Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

João Lucas Moreira Pires

Da propagação da informação como ambição de progresso ao perigo do colapso hermenêutico

Julho de 2025

Da propagação da informação como ambição de progresso ao perigo do colapso hermenêutico

João Lucas Moreira Pires

UMinho | 2025

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

João Lucas Moreira Pires

Da propagação da informação como ambição de progresso ao perigo do colapso hermenêutico

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Luís Cunha

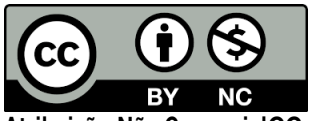
Julho de 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros, desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-Não ComercialCC BY-NC
https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/

Agradecimentos

Em primeiro lugar, manifesto a minha mais profunda gratidão à minha esposa, Gabriela Guimarães, por ter estado sempre ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente ao longo de todo este percurso. O seu amor, a sua paciência e a sua presença constante foram imprescindíveis para ultrapassar os desafios que se foram apresentando, sobretudo no momento doloroso da perda da minha mãe, Maria Isabel Moreira Pires.

Aos meus pais, expresso igualmente o meu sincero reconhecimento pelo apoio, carinho e incentivo permanentes, que me deram força para prosseguir, mesmo nas circunstâncias mais difíceis.

Não posso deixar de agradecer ao Professor Joaquim Costa, que iniciou a orientação desta tese e, por razões alheias à sua vontade, não pôde prosseguir nesse papel. As suas primeiras orientações e conselhos foram, ainda assim, de grande valor para a estruturação inicial deste trabalho.

Por fim, dirijo um agradecimento muito especial ao Professor Luís Cunha, que assumiu a orientação e me guiou com sabedoria, rigor e generosidade ao longo de todo o processo. A sua orientação foi determinante para a concretização desta tese.

A todos, o meu mais profundo e sentido agradecimento.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio, nem a qualquer forma de utilização indevida ou à falsificação de informações ou de resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Outrossim declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Da propagação da informação como ambição de progresso ao perigo do colapso hermenêutico

Resumo

A presente tese investiga a evolução da propagação da informação na sociedade contemporânea, analisando como a ambição de progresso através da disseminação de dados e conhecimentos pode, paradoxalmente, levar ao colapso hermenêutico. Inicialmente, a pesquisa traça um panorama histórico sobre o papel da circulação da informação na sociedade.

A tese aborda os mecanismos pelos quais a informação é produzida, distribuída e consumida, destacando as dinâmicas das novas plataformas digitais.

A pesquisa também revela os desafios associados ao excesso de informação, incluindo a desinformação, as *fakes news* e a sobrecarga cognitiva. Esses fenômenos contribuem para a fragmentação do entendimento coletivo e a polarização social, configurando um cenário de colapso hermenêutico, cuja capacidade de interpretar e compreender a realidade pode ser severamente comprometida.

Por meio de uma análise sociológica crítica, a tese explora o intervalo entre 2018, ano em que decorre a eleição presidencial no Brasil com a vitória de Jair Bolsonaro, até 8 de Janeiro de 2023, momento em que ocorre a invasão e a vandalização do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Palavras-chave: propagação da informação, colapso hermenêutico, desinformação, sociedade informacional, polarização social.

From the spread of information as an ambition for progress to the danger of hermeneutic collapse

Abstract

This thesis investigates the evolution of the propagation of information in contemporary society, analyzing how the ambition for progress through the dissemination of data and knowledge can, paradoxically, lead to hermeneutic collapse. Initially, the research provides a historical overview of the role of the circulation of information in society.

The thesis addresses the mechanisms by which information is produced, distributed and consumed, highlighting the dynamics of new digital platforms.

However, the research also reveals the challenges associated with too much information, including misinformation, fake news and cognitive overload. These phenomena contribute to the fragmentation of collective understanding and social polarization, configuring a scenario of hermeneutic collapse, where the ability to interpret and understand reality is severely compromised.

Through a critical sociological analysis, the thesis explores the interval between 2018, the year in which the presidential election takes place in Brazil with the victory of Jair Bolsonaro, until January 8, 2023, the moment in which the invasion and vandalization of the National Congress occurs , the Planalto Palace and the Federal Supreme Court (STF).

Keywords: propagation of information, hermeneutic collapse, disinformation, information society, social polarization.

Sumário

1. Introdução 8

2. Revisão da literatura e contexto da investigação 11

2.1 Primeiro Processo de Propagação da Informação - Livro 11

2.2 Segundo Processo de Propagação de Informação - Rádio, Cinema e Televisão 18

2.3 Terceiro Processo de propagação da Informação - Era Digital 28

3. Quadro Teórico 38

3.1 Informação 40

3.2 Hermenêutica 45

3.3 A Estratégia da Extrema Direita na Era Digital: Simultaneidade, Retórica do Ódio e Desumanização 47

4. Estratégia de Investigação 58

4.1 Delimitação da Pesquisa 59

4.2 Método de Seleção 61

4.3. O 8 De Janeiro De 2023 68

4.3.1 - Radicalização do Comum 73

4.3.2 - Pandemia e Paranoia 83

4.3.3 Identidade, Exclusão e Narrativas de Medo 86

4.3.4 Desordem e Desinformação 112

4.3.5 Impacto dos Ecossistemas Digitais na Democracia e no Estado de Direito 128

4.3.6 O evento do dia 8 de Janeiro 5 132

5. O Colapso Hermenêutico e a Polarização Digital: A Crise da Interpretação na Sociedade Digital 143

5.1 O Paradoxo da Informação 146

5.2 A Simultaneidade da Informação e o Fim da Reflexão 147

5.3 A Retórica do Ódio 148

5.4 A antinomia Bolsonarista 150

5.5 A Dinâmica da Guerra Cultural 153

6. Conclusão 160

1. Introdução

A relação do corpus social com o acesso à informação nos últimos 250 anos tem sido marcada por profundas transformações sociais e tecnológicas. O acesso à informação evoluiu significativamente conforme os modos de sua disseminação se modificaram, com invenções e inovações tecnológicas, desempenhando papéis cruciais em diferentes períodos históricos.

A prensa de Gutenberg, o rádio, a televisão, o cinema e, mais recentemente, as telecomunicações digitais, moldaram os períodos históricos quando emergiram, alterando substancialmente a maneira como as informações eram acessadas e compartilhadas.

Inicialmente, as mudanças no acesso à informação ocorreram em sociedades de massas, especialmente na Europa, com a popularização do livro, quando se tornou acessível a um público mais amplo. Num segundo estágio, na civilização ocidental, o rádio, o cinema e a televisão passaram a desempenhar papéis centrais na disseminação de informações. *Atualmente*, vive-se uma era em que as tecnologias digitais possibilitam o acesso global à informação, transcendendo barreiras geográficas e culturais.

Essas etapas refletem não apenas avanços tecnológicos, mas também mudanças na estrutura social e nos padrões de consumo de informação, evidenciando uma interdependência entre inovação tecnológica e transformações sociais.



Compreender como cada uma dessas transformações na propagação da informação influenciou o ordenamento social vigente em diferentes momentos históricos**,** é fundamental para elucidar os caminhos que a sociedade trilhou após a ascensão desses novos meios de comunicação, bem como para analisar a condição de experiência da vida social dos indivíduos.

A propagação da informação, historicamente, estabeleceu-se por meio de uma ordem temporal defasada, caracterizada por uma reflexão sobre o tempo. No entanto, as tecnologias digitais estão provocando um possível colapso hermenêutico na forma clássica de disseminação de informação, uma vez que, no ambiente digital, é possível que ação, transmissão, recepção e reação ocorram simultaneamente. O colapso hermenêutico ocorre quando o processo de interpretação resulta em um desfecho que compromete os próprios fundamentos do processo interpretativo.

Autores como Stiegler (2018), Maffesoli (1997), Giddens (1991; 1993), Levy (1995), Castells (1999a; 1999b; 2000; 2013), Lyotard (1984) e Rosa (2005; 2010) abordaram o tema, considerando a interface da comunicação, as relações informacionais, a técnica e o ser humano, a aceleração e a sociedade da informação. Suas contribuições serão essenciais para a análise deste projeto, oferecendo perspectivas valiosas sobre as interações entre comunicação, tecnologia e sociedade.

As proposições iniciais**,** do presente trabalho**,** são fundamentadas nas obras de João Cézar de Castro Rocha (1997; 2002; 2021), historiador e especialista em literatura comparada, cujos estudos abordam o impacto da literatura, as formas de leitura ao longo do tempo e o efeito provocado pela sobrecarga de informações em nossa capacidade de ler e compreender a literatura.

De acordo com Rocha, o excesso de informação dificulta o engajamento dos indivíduos com textos complexos. Ele argumenta que o bombardeio constante de informações provenientes de várias fontes, como mídias sociais, e-mails e veículos de notícias, pode reduzir nossa atenção e a capacidade de nos concentrar em uma única tarefa por um período prolongado. Rocha sustenta que a literatura requer um investimento significativo de tempo e atenção para ser plenamente compreendida e apreciada. Contudo, em um mundo em que a informação está prontamente disponível e os períodos de atenção são cada vez mais curtos, os leitores enfrentam dificuldades para se engajar com obras literárias que exigem atenção e esforço sustentados.

Este trabalho apoia-se nas obras de Byung-Chul Han (2021; 2021a; 2022), filósofo, professor e ensaísta, que examina o mundo contemporâneo, abordando a interseção entre distúrbios

psicoanalíticos (subjetivos) e os processos de controle e dominação (objetivos) na última (ou atual) fase do capitalismo. Em suas diversas obras, Han explora a ideia de que a sobrecarga de informações resulta em um estado onde os indivíduos são inundados por um fluxo constante de dados, tornando-se sobrecarregados e incapazes de processá-los de forma eficaz.

As análises de Rocha e Han oferecem uma base teórica robusta para examinar como a sobrecarga informacional afeta a capacidade de concentração e o engajamento com a literatura e outras formas de conhecimento profundo, influenciando significativamente a experiência e a estruturação da vida social na era digital.

2. Revisão da literatura e contexto da investigação

Esta revisão da literatura e contextualização da investigação busca mapear as transformações e suas implicações para a sociedade, oferecendo uma base teórica para a compreensão dos processos de propagação da informação e da hermenêutica. A revisão da literatura sobre os três processos de propagação da informação e a hermenêutica revelam uma evolução contínua na forma como a informação é disseminada e interpretada. Desde o impacto duradouro do livro até os desafios contemporâneos da era digital, estas transformações têm moldado e reconfigurado a sociedade.

A hermenêutica oferece uma lente crítica para entender essas mudanças, destacando a importância da interpretação e da reflexão na era da informação. Este capítulo contextualiza a investigação, fornecendo uma base teórica sólida para explorar as dinâmicas da propagação da informação, assim, buscasse compreender melhor como os avanços tecnológicos mudaram a maneira como o conhecimento é produzido, compartilhado e entendido em nossa sociedade atual. Como veremos, ainda mais, as tecnologias de comunicação não apenas “simplesmente” aumentam o acesso à informação, mas de fato, mudam radicalmente a maneira como compreendemos o mundo e nossa interação com ele.

2.1 Primeiro Processo de Propagação da Informação - Livro

Byung-Chul Han (2022) argumenta que "sem a impressão do livro, não teria sido possível haver o Esclarecimento, que faz uso da razão, do pensamento raciocinante" (Posição 222). A invenção da prensa móvel, em meados do século XV, representou um marco significativo na disseminação da informação. No entanto, vários fatores limitaram seu impacto inicial: o alto custo de impressão, a baixa taxa de alfabetização de grande parte da população e processos de diagramação ainda rudimentares. Consequentemente, o acesso aos livros foi restrito à realeza, a uma pequena elite mercantil e à Igreja, tornando-os inacessíveis ao público em geral.

A produção de livros era tão dispendiosa que levou Johannes Gutenberg à falência. Como McLuhan (1972, p.95) observa, houve um processo lento de incorporação do letramento e da escrita durante esse período.

Duas inovações tecnológicas do século XIX, a prensa a vapor e o telégrafo, coincidiram com a expansão da escolarização, características da Revolução Industrial. Esta expansão, tornou-se visível, em dados históricos, demonstrando a redução do analfabetismo em países como Inglaterra, País de Gales, Irlanda, Itália, Holanda, França e Prússia. A correlação entre avanços tecnológicos e o aumento da literacia sugere que a maior acessibilidade à informação

impressa foi um fator crucial para a disseminação do conhecimento e a promoção da educação.

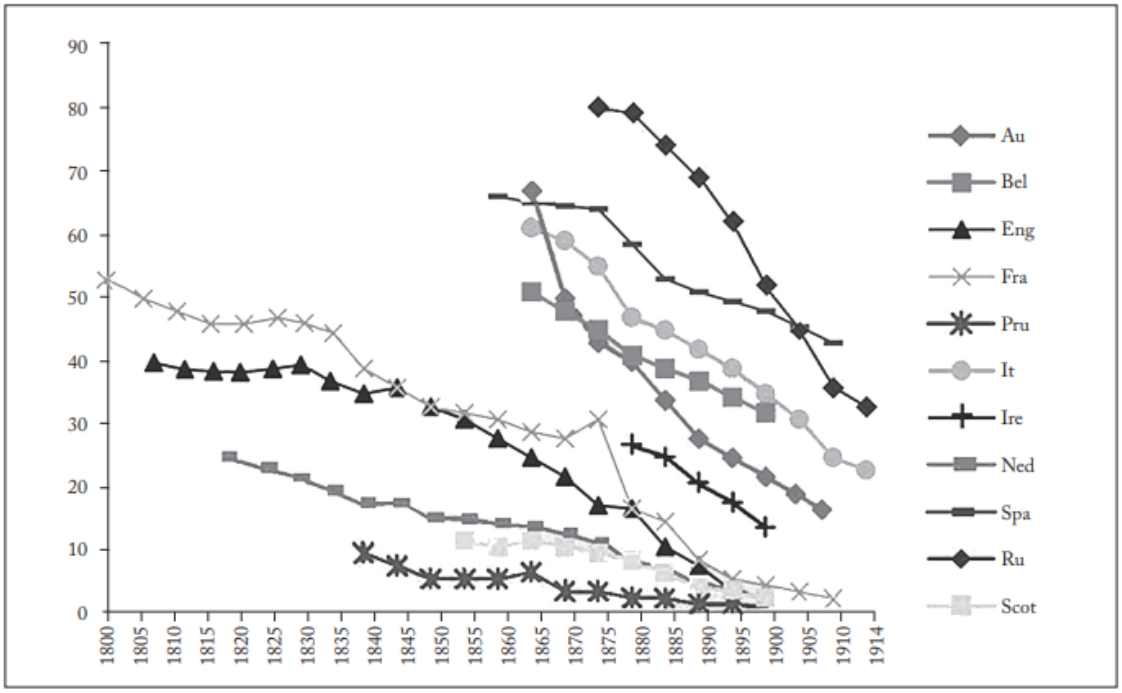


Figura 1 – Analfabetismo masculino na Europa – 1800-1914.
Fonte: Vincent, 2000, p. 9.

No início do século XIX, as prensas de impressão ainda eram muito semelhantes à prensa móvel de Gutenberg, inventada 350 anos antes. No entanto, em 1810, Friedrich Koenig revolucionou o processo, ao inventar a primeira prensa a vapor em Londres. Nos 30 anos seguintes, essa inovação foi aprimorada e o processo de impressão multiplicado: jornais que, em 1810, tinham uma tiragem de 5.000 exemplares passaram a ter tiragens de até 130.000 exemplares em 1860 (New York Times, 1998).

A eficiência e a capacidade de impressão aumentaram significativamente com a invenção do telégrafo em 1844. Esse dispositivo permitiu a captação de informações em diferentes locais e seu envio rápido para qualquer lugar com acesso a um telégrafo.

Ao longo do século XIX, o aumento da alfabetização e a proliferação de bibliotecas impulsionaram uma explosão no acesso à informação. Conforme destacado por João César de Castro Rocha (2002), no início do século XIX, uma família típica na Alemanha possuía poucos livros, geralmente a Bíblia e outros "clássicos" pontuais. Nesse período, a leitura em voz alta era comum, pois, frequentemente, apenas um membro da família sabia ler. No entanto, com a redução dos custos de produção e o aumento da alfabetização ao longo do século XIX, houve uma “súbita popularidade dos livros seculares, o que levou à disseminação de uma nova forma de leitura: solitária e silenciosa”. Entre 1800 e 1850, “a produção de livros cresceu dez vezes mais do que no período de 1721 a 1763” (Rocha, 2003, p. 22-23).

Essa transformação no acesso e na disseminação da informação marcou uma mudança significativa na dinâmica social e cultural, facilitando a democratização do conhecimento e promovendo um ambiente mais propício ao desenvolvimento intelectual e crítico da população.

A rápida expansão de bibliotecas pela Europa, em especial dentro das Universidades, começou a levar ao questionamento a figura do professor como fonte única e inequívoca de transmissão do saber.

> "Na passagem do século XVIII para o XIX, muitos chegaram a supor que a figura do professor e mesmo a universidade haviam se tornado um evidente anacronismo. Afinal, por que frequentá-los, se as bibliotecas públicas, os clubes de leitura e as associações de ensino se multiplicavam com rapidez nunca vista? Recordemos que Karl Marx escreveu uma das mais importantes obras de todos os tempos, estimulando muitos a transformar o mundo em lugar de somente interpretá-lo, graças a seu cartão de leitor do "Reading Room" do British Museum. Comodamente instalado no sugestivo salão circular, viajou à roda da história, consultando livros e documentos necessários para a redação de O Capital. Salvo engano, não precisou de vínculo formal com universidade alguma para desenvolver sua pesquisa. Entretanto, dispunha de uma biblioteca que encantaria qualquer personagem de Jorge Luis Borges" (Rocha, 2002, p. 22).

O excesso de informação**,** até então inédito na história do mundo, fazia com que as universidades, que tinham já naquele momento mais de 500 anos de história, percebiam-se estar em meio a um dilema existencial.

> "Portanto, ao contrário do que geralmente se acredita, a imprensa se revelou, num primeiro momento, uma séria ameaça à estrutura existente do ensino universitário. A visão do binômio universidade/biblioteca como sendo a imagem de um encontro perfeito somente pôde ser

> construída a partir da reinvenção do próprio conceito de ensino. Caso contrário, a biblioteca teria tornado a universidade uma curiosa relíquia. Enfrentar esse problema e propor uma solução realmente original foi o mérito maior do projeto preparado por Wilhelm von Humboldt para o Estado da Prússia, e que se revelou decisivo na fundação da Universidade de Berlim, em 1810. Humboldt inventou nada menos do que uma nova pedagogia, capaz de assimilar de forma criativa a tecnologia de informação que parecia condenar irremediavelmente a figura do professor a um triste e lento ocaso". (Rocha, 2002, p. 22)

A pergunta para a Universidade era o que fazer com o excesso de informação, se seria possível lidar com ela ou o autodidatismo poderia ser o novo modelo de acesso ao conhecimento. A fórmula encontrada foi a universidade ser o local onde se trabalha, justamente, com o excesso de informação existente e agora também pesquisando e criando as novas informações, gerando um novo modo de sistematizar o conhecimento e transmiti-lo de forma estruturada aos alunos.

> "A engenhosa solução encontrada por Humboldt criou o modelo moderno de universidade, no qual ensino e pesquisa dão-se as mãos, constituindo duas faces da mesma moeda, por assim dizer. Nesse modelo, o professor reencontra uma função nobre: como a pesquisa é um esforço contínuo e literalmente interminável, a presença física do mestre não pode ser substituída por nenhuma tecnologia de informação, tampouco pelo autodidatismo do aluno às voltas com os tesouros da biblioteca. [....] a ciência é compreendida como um problema que nunca pode ser totalmente resolvido. Portanto, a pesquisa se transforma num esforço infinito. Pelo contrário, na escola a tarefa da instituição se limita à transmissão de conhecimento prontos, ou seja, conhecimentos previamente estabelecidos. Já numa instituição científica superior, o relacionamento entre professores e alunos adquire uma feição completamente

> nova, pois, neste ambiente, ambos existem em função da ciência.” (Rocha, 2002. p.24, 25).

Nos séculos XVIII e XIX, o crescimento acelerado da produção e distribuição de livros foi impulsionado pelo desenvolvimento das tecnologias de impressão e pela expansão do mercado editorial. Esse avanço resultou em uma explosão de conhecimento e ideias, com os livros, tornando-se cada vez mais acessíveis a indivíduos de diferentes classes sociais.

Alexander von Humboldt, um fervoroso defensor do poder transformador dos livros e da educação, acreditava que a universidade deveria ser um espaço onde os estudantes pudessem explorar uma ampla gama de disciplinas, incluindo filosofia, ciências naturais e humanidades. Para Humboldt, a exposição a diversas ideias e perspectivas era crucial para o desenvolvimento das habilidades de pensamento crítico, capacitando os alunos a se tornarem cidadãos ativos e engajados.

Para concretizar essa visão, Humboldt concebeu um modelo inovador para a universidade, que ele denominou "unidade de pesquisa e ensino". Esse modelo enfatizava a importância da colaboração estreita entre alunos e professores e a integração da pesquisa e do ensino em todos os aspectos da vida acadêmica. Essa abordagem foi revolucionária para a época e estabeleceu um padrão para as modernas universidades de pesquisa ao redor do mundo.

O crescimento do livro desempenhou um papel crucial na realização da visão de Wilhelm von Humboldt para a Universidade Humboldt. A vasta biblioteca da universidade, contendo dezenas de milhares de livros de diversas partes do mundo, era um recurso indispensável para estudantes e acadêmicos. O numeroso acervo permitiu aos alunos explorarem novas ideias e se familiarizarem com as pesquisas mais recentes, além de fornecer um registro de conhecimento que poderia ser ampliado e aprofundado ao longo do tempo.

A fundação da Universidade Humboldt esteve intimamente ligada à expansão da produção e distribuição de livros durante os séculos XVIII e XIX. Wilhelm von Humboldt acreditava que os livros e a educação eram ferramentas essenciais para a transformação social e projetou a universidade para refletir essa visão. A disponibilidade crescente de livros permitiu, à instituição, construir uma biblioteca abrangente, oferecendo aos alunos acesso a uma vasta gama de conhecimentos e ideias, aspecto fundamental para o sucesso da concepção de Humboldt.

Antes do século XVIII, as universidades europeias geralmente focavam no ensino de disciplinas restritas, como teologia, direito e medicina. O currículo era frequentemente baseado em um conjunto limitado de textos e ensinamentos tradicionais, com os alunos sendo encorajados a memorizar e repetir esse conhecimento.

A ascensão do livro e o movimento do Iluminismo desafiaram esse modelo educacional tradicional. A proliferação dos livros possibilitou, a acadêmicos e aos estudantes, o acesso a uma variedade mais ampla de conhecimentos e ideias, promovendo uma maior ênfase no pensamento crítico e na pesquisa empírica. Essa mudança de enfoque resultou no surgimento de novas disciplinas, como ciências naturais, filosofia e economia, que, tradicionalmente, não eram abordadas nas universidades.

Assim, o crescimento do livro não apenas apoiou a visão de Humboldt para a educação superior, mas também catalisou uma transformação mais ampla no modelo educacional europeu, promovendo uma abordagem mais inclusiva e diversificada do conhecimento.

Como resultado das transformações sociais e tecnológicas, as universidades começaram a se adaptar às novas demandas da sociedade. Instituições como a Universidade Humboldt foram fundadas com um foco na educação e pesquisa interdisciplinares, possibilitado pela crescente disponibilidade de livros e outras fontes de conhecimento. Outras universidades começaram a introduzir novas disciplinas em seus currículos, como ciências e engenharia, para responder à crescente demanda por habilidades práticas na força de trabalho.

O crescimento do livro no século XVIII não substituiu o modelo universitário existente, mas induziu mudanças significativas na forma como as universidades operavam. A maior disponibilidade de livros e outras fontes de conhecimento resultou em uma ênfase acentuada no pensamento crítico e na pesquisa empírica. Essa evolução contribuiu para o surgimento de novas disciplinas e a adaptação das universidades às novas necessidades sociais, configurando um ambiente acadêmico mais dinâmico e responsivo às transformações da sociedade.

Os livros também são parte essencial na consolidação das identidades nacionais, No século XIX europeu, estabelece-se uma correspondência entre histórias populares, língua nacional e identidade.

A identidade nacional não surgiu espontaneamente, mas foi moldada por um conjunto de estratégias e mediações que ajudaram a construir e consolidar um sentimento de pertencimento coletivo. Para isso, foi necessária a unificação de um idioma, a elaboração de uma narrativa histórica que remontasse a origens distantes, frequentemente mitificadas, a valorização de tradições populares, a exaltação de uma paisagem natural única e a criação de símbolos visuais e culturais, como bandeiras, brasões e outros emblemas que reforçassem essa unidade. “O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistiu em inventariar esse patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo” (Thiesse, 2000, p. 18).

Essa perceção simplificada sugere que a literatura seria direcionada para algo externo a si mesma, refletindo uma noção de nacionalidade. Contudo, isso é uma visão limitada. O que realmente ocorreu em alguns países europeus foi um processo multissecular decisivo de afastamento do latim e a formação de línguas vernáculas, através da criação de gramáticas e dicionários.

Entre os séculos XV e XIX, o francês, por exemplo, adquiriu sua estrutura e flexibilidade expressiva, em um processo que levou de sete a oito séculos. Essa língua, originária dos Francos, afastou-se gradualmente do latim. O mesmo processo aconteceu com o português, o espanhol e o italiano, a ponto de se tornarem criações literárias distintas, não apenas idiomas como os entendemos hoje.

O alemão, por exemplo, é fruto da tradução da Bíblia feita por Martinho Lutero, que, por sua vez, traduziu do latim, pois não sabia grego. De modo semelhante, o que chamamos de italiano é resultado do trabalho de Boccaccio e Dante, que escreveram em toscano. O espanhol, na verdade, é o castelhano, língua da região de Castilla, que resistiu à expansão árabe na Idade Média. O português tem suas origens no galego e em outras variantes regionais.

Dessa forma, são todas, de certo modo, línguas literárias. Não haveria português sem Antônio Vieira e Camões, e nenhum autor contribuiu tanto para o inglês quanto Shakespeare.

No século XVI, e ainda no XVII, o francês não era uma língua dominante em relação ao latim, que servia como língua comum entre intelectuais, que escreviam e se comunicavam em latim. Naquela época, o francês era visto como incapaz de expressar pensamentos complexos e abstratos, o que dificultava seu uso na filosofia. Enquanto o alemão era considerado adequado para a filosofia, o francês ainda não havia alcançado esse nível.

Em 1549, Joachim du Bellay, membro da La Plêiade, escreveu “La Défense et Illustration de la Langue Française” ("Defesa e Ilustração da Língua Francesa"), sugerindo que o francês tinha, sim, vigor e capacidade para expressar qualquer ideia. Du Bellay propôs que os franceses deveriam fazer o que os romanos fizeram com os gregos: “devorá-los, extrair deles o melhor para nossa seiva e alimento”, uma metáfora para uma espécie de antropofagia cultural.

Nos séculos XVIII e XIX, o francês deixou de ser subserviente ao latim, tornando-se, de certa forma, o "latim da modernidade." Entretanto, no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o francês perdeu esse status para o inglês, que, atualmente, passa por uma transformação, dando lugar ao que chamamos de "inglês da internet" ou "inglês das redes sociais."

2.2 Segundo Processo de Propagação de Informação - Rádio, Cinema e Televisão

Em 1895, a invenção de Guglielmo Marconi, inicialmente chamada de "telégrafo sem fio", marcou o início de uma nova era na propagação de informação. Essa tecnologia, combinada com as inovações do americano Reginald Fessenden, levou ao desenvolvimento do rádio. A patente oficial, no entanto, foi concedida a Nikola Tesla, devido ao uso de componentes de sua autoria em diversos modelos de rádio que começaram a ser desenvolvidos globalmente.

O impacto do rádio foi imediato e significativo. Em 1922, cerca de 100 mil aparelhos foram comercializados nos Estados Unidos. Reconhecendo o enorme potencial, da comunicação via rádio, empresas de notícias impressas fizeram investimentos substanciais para aprimorar a tecnologia. Como resultado, o custo de produção do rádio caiu, aumentando sua popularidade. Em 1925, havia 5,5 milhões de aparelhos de rádio em uso nos Estados Unidos, consolidando-se como o meio de comunicação instantânea de massa mais eficaz daquela época. (New York Times, 1998)

A expansão do rádio foi particularmente notável no mundo ocidental. Países da Europa, América do Sul e América do Norte passaram a ver o rádio como uma fonte central de informação e entretenimento para suas populações.

No contexto sociopolítico, a radiocomunicação e a cinematografia desempenharam papéis cruciais na mobilização das massas urbanas (Adorno, 1975; 2009) pelos governos autoritários de esquerda e de direita no início do século XX. Essas tecnologias não apenas facilitaram a disseminação de discursos políticos, mas também atuaram como catalisadoras da crise do modelo de democracia liberal, incapaz de absorver e responder às demandas e aos novos atores que emergiam no cenário político. No regime nazista alemão, Joseph Goebbels, ministro da propaganda, instituiu em 1933 a política pública do Volksempfänger, o "rádio do povo". Tal ação governamental visava tornar os aparelhos de rádio acessíveis a todos, amplificando o alcance da propaganda estatal.

Portanto, esse fenômeno é representativo de como as tecnologias de comunicação podem ser usadas para reforçar condutas coletivas e autoritarismo. Em vez de incentivar mais pessoas a ouvir e participar do debate público, o rádio, como fenômeno de massa, operou como um instrumento de coordenação social, privando a coletividade de oportunidades por intermédio de uma única voz. Como resultado, a dissolução completa das democracias liberais não só reflete a incapacidade dos líderes políticos de gerenciar as novas expectativas, mas também a capacidade de as novas tecnologias pré-condutivas tornarem-se ferramentas de dominação e disciplina ideológica.

Dessa forma, o rádio, juntamente com o cinema e a televisão, não apenas transformou os meios de comunicação de massa, como inclusive desempenhou um papel central nas dinâmicas políticas e sociais do século XX, influenciando significativamente a formação de opinião pública e a mobilização das massas.

> "A Alemanha inteira ouve o Führer com o Volksempfämger'. Entre 1933 e 1939, estima-se que tenham sido produzidos 7 milhões de Volksempfämger para uma população de 70 milhões. (...) em 1941, 65% dos lares alemães tinham um Volksempfämger". (*Mello*, 2020, p. 22.)

Era o rádio o "meio" de transformar a propaganda nazista em propaganda de massas, Tchakhotine(2001).

> "O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu conteúdo é um outro meio" (McLuhan, 2000, p.33)

O componente essencial para a compreensão dos efeitos sociais do rádio reside em sua própria natureza, nos mecanismos intrínsecos de configuração e operação que acabam por moldar sua mensagem. A importância não está no conteúdo transmitido pelo rádio, mas na própria existência e capacidade desta tecnologia de modificar a sociedade.

O rádio foi uma tecnologia transformadora que revolucionou a forma como a informação era compartilhada e consumida. Ele permitiu a transmissão de notícias, entretenimento e outras formas de conteúdo para um público vasto em tempo real, independentemente de sua localização geográfica. Esse veículo de comunicação possibilitou que as pessoas tivessem acesso a informações e entretenimento que, de outra forma, estariam fora de seu alcance, como notícias de regiões distantes do mundo ou músicas de diferentes culturas.

O rádio trouxe várias inovações importantes transformando, assim, a comunicação e a disseminação de informações. Algumas das principais inovações do rádio incluem:

Transmissão em Tempo Real: O rádio possibilitou a transmissão de notícias, entretenimento e outros tipos de conteúdo em tempo real para um público amplo. Isso permitiu que as pessoas acessassem informações e entretenimento no momento em que ocorriam, independentemente de sua localização.

Distribuição Ampla: O rádio permitiu as emissoras alcançassem um público significativamente mais amplo do que anteriormente possível. Isso significava pessoas em áreas remotas ou rurais podiam acessar notícias e entretenimento que, de outra forma, não estariam disponíveis para elas.

Comunicação de Massa: O rádio possibilitou às figuras públicas, políticos e a outras pessoas influentes comunicarem suas mensagens a grandes audiências. Esse aspecto foi crucial para moldar a opinião pública e mobilizar as massas em torno de questões e causas específicas.

Novas Formas de Entretenimento: O rádio criou novos formatos de entretenimento, como dramas radiofônicos, programas musicais e talk shows. Esses novos formatos contribuíram para a formação da cultura popular, proporcionando, assim, novas oportunidades para artistas e performers.

Publicidade: O rádio ofereceu uma nova plataforma para os anunciantes atingirem um público amplo fomentando, assim, o crescimento da cultura de consumo, o que influenciou significativamente as percepções dos consumidores sobre produtos e serviços.

Comunicação Móvel: Com a criação dos rádios portáteis, as pessoas tiveram acesso a informações e a toda a forma de entretenimento em qualquer lugar, interagindo com a mídia, de modo a gerar novas oportunidades de comunicação.

O rádio desempenhou um papel fundamental na formação da opinião pública e na conscientização social, uma vez que políticos, ativistas e outras figuras públicas tiveram a possibilidade de transmitirem suas mensagens a grandes audiências. O que, de certo modo, foi crucial para alimentar movimentos sociais e políticos e para mobilizar a população em torno de questões e causas diversas.

A introdução do rádio teve um impacto profundo na cultura popular, contribuindo para a criação de novas formas de entretenimento, como dramas radiofônicos e programas de variedades, e permitindo que músicos e outros artistas alcançassem públicos mais amplos do que nunca.

A inserção do rádio pode ser vista como um momento crucial na expansão do acesso à informação. Ele revolucionou a maneira como as informações eram compartilhadas e consumidas, influenciando profundamente a sociedade, a cultura e a política.

Assim como o crescimento do livro no século XVIII, o rádio desempenhou um papel fundamental na democratização do acesso à informação, moldando a compreensão do mundo por parte das pessoas. As notícias disseminadas, pelo novo meio de comunicação, eram compartilhadas e consumidas, influenciando profundamente a sociedade, a cultura e

a política. Outro elemento importante, foi a divulgação de músicos e de outros artistas, alcançando, assim, públicos mais amplos do que nunca.

O impacto do rádio na política foi particularmente significativo durante o início do século XX, quando se estabeleceu como o meio de comunicação dominante. Ao oferecer aos políticos uma nova e poderosa ferramenta para se comunicar com os eleitores e moldar a opinião pública, o novo veículo permitindo-lhes alcançar grandes audiências de forma rápida e eficiente, independentemente da localização geográfica. As transmissões radiofônicas de discursos políticos, comícios e debates foram cruciais para mobilizar eleitores e obter apoio para campanhas políticas. Além disso, o rádio possibilitou que os políticos contornassem a mídia impressa tradicional, comunicando-se diretamente com o público, aumentando, assim, sua visibilidade e influência.

Ao facilitar novas formas de comunicação sobre a política institucional, a partir de programas radiofônicos de entrevistas, havia a possibilidade de os políticos discutirem e debaterem questões relevantes de um modo conversacional. Isso ajudou a criar uma conexão mais pessoal e íntima entre políticos e eleitores, incentivando uma cultura política mais ativa e engajada.

Simultaneamente, a influência do rádio na política também apresentou aspectos negativos. A possiblidade de os políticos de utilizarem o rádio para manipular a opinião pública gerou preocupações, especialmente durante a ascensão dos regimes autoritários em meados do século XX.

O impacto do rádio na política foi ambivalente, trazendo tanto benefícios quanto desafios. Por um lado, ele ofereceu aos políticos uma ferramenta poderosa para se comunicar com os eleitores e moldar a opinião pública, além de facilitar o surgimento de novas formas de comunicação política. Por outro lado, o rádio foi usado para manipular a opinião pública e promover informações tendenciosas ou enganosas, levantando preocupações entre muitos comentaristas.

O processo de propagação da informação atingiu novas dimensões com a introdução do cinema e da televisão. Os estudiosos da Escola de Frankfurt, por exemplo, estavam preocupados com os efeitos dos meios de comunicação de massa na sociedade e com as maneiras pelas quais eles poderiam contribuir para o que denominavam "indústria cultural". Os integrantes argumentavam que a indústria cultural produzia uma cultura de massas destinada a atrair o menor denominador comum, sendo utilizada para criar uma falsa consciência que servisse aos interesses da classe dominante. Analisando esse processo,

fizeram diversas observações sobre como a arte acabava por conquistar o imaginário das pessoas.

Adorno e Horkheimer, representantes da Escola de Frankfurt, sugeriam que a arte estava sendo socialmente ultrapassada e que o fetichismo da mercadoria não era apenas um efeito das relações de produção e circulação, mas uma técnica calculada e administrada dentro dessas relações. Walter Benjamin, em particular, demonstrou como essa técnica se manifestava no cinema, refletindo o impacto das relações de produção e circulação sobre a cultura e a consciência social.

> "Embora nos sejam familiares, grosso modo, os gestos de pegar um fuzil ou uma colher, pouco sabemos do contato real entre a mão e o metal, para não mencionar como os nossos diferentes estados de espírito são capazes de mudar esse contato." (Benjamin, 1987, p.190)

O gesto de pegar um fuzil ou uma colher é conhecido, segundo Walter Benjamin, pela consciência. No entanto, o cinema revela opticamente algo inexplorado na relação entre a mão e a colher, ou entre o sujeito e o fuzil, introduzindo assim um novo regime de tempo e espaço, um novo objeto, uma nova experiência e, portanto, um novo sujeito.

Refletir sobre a técnica como arte não se limita ao filme em si, mas envolve a maneira como o filme é produzido e as implicações sociais desse processo, que alteram a percepção do real pelos sujeitos. Em um paralelo com a atualidade, o domínio e a apropriação das tecnologias digitais possibilitaram o controle do circuito de imagens, exemplificado pelos *memes* na internet, criando um cerco de massas no ambiente digital. A crise do capitalismo coloca em questão a direção que essa técnica tomará, uma vez que a técnica exerce um poder significativo sobre as pessoas.

Não se trata de arte como ritual, mito ou culto, mas sim de arte como política, política de massas, política no contexto do capitalismo. Nesse contexto, o excesso de informação pode ser interpretado como uma manifestação da indústria cultural. A enorme quantidade de informação produzida e veiculada pela mídia pode contribuir para a formação de um público passivo e acrítico, incapaz de se engajar criticamente com a informação que recebe. Isso, por sua vez, pode reforçar a ideologia dominante e promover os interesses da classe dominante.

A indústria cultural cria um falso senso de escolha e liberdade, cujos consumidores acreditam possuir diversas opções, enquanto, na verdade, estão limitados a um conjunto restrito de alternativas. De maneira análoga, na era da sobrecarga de informações, parece haver acesso

a uma ampla gama de dados, entretanto, muitos desses conteúdos são filtrados e controlados por corporações e interesses poderosos.

O trabalho de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural aborda como esse mecanismo manipula o sujeito de massa. Sob essa perspectiva, o cinema transforma-se em uma máquina de conservação de uma sociedade perversa.

Os autores focam na indústria cultural, especialmente no cinema, considerado uma forma de arte e entretenimento que se tornou uma das mais populares e influentes globalmente. A origem do cinema remonta ao final do século XIX, com a invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière em 1895. Desde então, o cinema passou por uma série de mudanças e transformações, consolidando-se como uma das indústrias mais importantes e lucrativas do mundo. (Bordwell, 2008)

O surgimento do cinema representou um grande avanço tecnológico, modificando a maneira como as pessoas viam o mundo. A invenção do cinematógrafo permitiu a captura de imagens em movimento e a reprodução dessas imagens para uma audiência, possibilitando a criação de filmes. Os primeiros filmes retratavam cenas simples do cotidiano, como a chegada de um trem à estação ou a saída de trabalhadores de uma fábrica.Os cineastas começaram tão logo a utilizar o cinema para contar histórias e criar obras de arte, expandindo seu impacto e alcance culturais.

Durante as primeiras décadas do século XX, o cinema consolidou-se como uma forma amplamente popular de entretenimento global. A indústria cinematográfica consolidou-se como uma forma amplamente popular de entretenimento, expandindo-se internacionalmente, com estúdios estabelecidos em várias partes do mundo. Nas décadas de 1920 e 1930, o cinema transformou-se em um fenômeno cultural, uma vez que oferecia certo escapismo bastante significativo à época da Grande Depressão.

A década de 1940 foi marcante para a história do cinema, destacando-se pela introdução do som e pelo surgimento do filme noir. A incorporação do som transformou a experiência cinematográfica, permitindo ao público ouvir diálogos e músicas Ao ouvir diálogos e músicas, o público teve contato com uma nova forma de receber mensagens, criando assim uma experiência mais envolvente. O filme noir, por sua vez, emergiu como um estilo popular durante esse período, caracterizado por sua atmosfera sombria e narrativas complexas.

Theodor Adorno, um dos principais expoentes da Escola de Frankfurt, escreveu extensivamente sobre o cinema e sua relação com a cultura popular. Em seu livro *A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas*, coescrito com Max Horkheimer, Adorno argumenta que a indústria cultural, incluindo o cinema, é projetada para manter as

massas em um estado de passividade intelectual. O filósofo sustenta que o cinema comercial reforça os valores dominantes da sociedade, mantendo as massas distraídas de questões sociais e políticas mais importantes.

Adorno também vê o cinema comercial como uma forma de propaganda, por promover o consumismo e o individualismo. Ele argumenta SEREM os filmes projetados para criar um falso senso de felicidade e satisfação em suas audiências, incentivando-as a consumir mais bens e serviços para alcançar esse estado ilusório de felicidade.

Outros membros da Escola de Frankfurt possuíam uma visão mais otimista do cinema. Walter Benjamin, uma figura central nessa escola, argumentou que o cinema tinha o potencial de emergir como uma forma de arte verdadeiramente revolucionária. Ele acreditava que o cinema poderia ser utilizado para desafiar as estruturas de poder dominantes na sociedade, proporcionando novas maneiras de enxergar o mundo e refletir sobre questões sociais e políticas.

Benjamin sustentava que o cinema permitia uma experiência coletiva capaz de unir as massas em torno de uma causa comum. Considerava, também, uma ferramenta educativa poderosa, capaz de oferecer novas perspectivas sobre a sociedade. Em suas palavras: "A massa está tão isolada em suas condições sociais que as realizações culturais mais elementares se tornam para ela um mistério. E este não é o menor dos motivos pelos quais o cinema pode ter um papel revolucionário" (Benjamin, 1987, p.180).

A utilização do cinema, pelo regime nazista, exemplifica como a mídia pode ser manipulada com fins políticos. Durante o governo do Partido Nazista na Alemanha (1933-1945), o cinema foi amplamente explorado como ferramenta de propaganda para promover a ideologia nazista e disseminar o antissemitismo.

De acordo com o historiador Eric Rentschler, em seu livro "The Ministry of Illusion: Nazi Cinema and Its Afterlife", o cinema nazista foi responsável por criar uma imagem idealizada da nação alemã e do líder nazista, Adolf Hitler. Os filmes produzidos sob o regime nazista enfatizavam a superioridade racial alemã e o papel de liderança da Alemanha na Europa, ao mesmo tempo em que promoviam a demonização dos judeus e outras minorias consideradas "indesejáveis" pelo regime.

Além disso, o cinema nazista foi instrumental em distorcer a realidade e manipular a informação para apoiar as políticas do regime e reinterpretar a história de maneira compatível com a ideologia nazista, conforme destacado por Bill Niven em seu livro "Nazism and Cinema". A manipulação da informação pelo cinema nazista é evidente em filmes como "O Judeu Süss" (1940), que retrata os judeus como uma ameaça à segurança nacional e

promove a ideia de sua expulsão da Alemanha. Outro exemplo é "Triumph of the Will" (1935), que glorifica o Congresso do Partido Nazista, apesar dos relatos de violência e repressão associados ao evento.

O cinema nazista representa um caso extremo de como a mídia pode ser utilizada para distorcer e manipular informações com fins políticos. A Escola de Frankfurt, em sua análise, interpretou esse tipo de produção cinematográfica como uma forma de propaganda política que servia aos interesses do regime nazista. Martin Jay, em "The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research", discute como a Escola de Frankfurt reconheceu a natureza política do cinema nazista e sua relevância como um recurso ideológico.

Segundo a perspectiva frankfurtiana, o cinema nazista transcendeu a função de mero entretenimento, configurando-se como uma ferramenta eficaz para manipular a opinião pública em favor do regime. Para a Escola de Frankfurt, o cinema era uma das formas mais poderosas de disseminar ideologias e moldar a cultura popular, funcionando como um instrumento crucial para a perpetuação do domínio ideológico e político.

Sendo um dos principais pensadores da escola de Frankfurt, Theodor adorno, escreveu**,** em 1941**,** um artigo intitulado "A Indústria Cultural e a Propaganda", no qual argumenta que o cinema nazista representava uma "falsificação da realidade" destinada a manter a população alemã sob controle e a promover a ideologia nazista. Para Adorno, o cinema nazista funcionava como um meio de controlar a cultura e moldar a opinião pública, inibindo a formação de um pensamento crítico e autônomo. Ele destacava que a propaganda cinematográfica tinha o objetivo explícito de reduzir os sujeitos a um estado de inércia, facilitando assim seu controle.

A Escola de Frankfurt interpretava o cinema nazista como uma ferramenta de manipulação da informação e de propaganda política, alinhada aos interesses do regime nazista. Para os pensadores frankfurtianos, o cinema era um dos meios mais eficazes para a disseminação de ideologias e para a formação da cultura popular, o que tornava sua crítica ao cinema nazista especialmente incisiva. Em "A Indústria Cultural e a Propaganda", Adorno conceptualiza a indústria cultural como uma forma de propaganda política que serve aos interesses da classe dominante, manipulando e controlando as massas.

Adorno argumenta que a cultura de massa constitui uma falsificação da realidade, baseada em estereótipos e clichês, com o objetivo de manter a população sob controle. Ele critica a maneira como a indústria cultural, através do cinema e de outros meios de comunicação de massa, perpetua uma realidade distorcida que impede o desenvolvimento de uma

consciência crítica e autônoma entre os indivíduos, servindo assim para a manutenção do *status quo.*

Adorno também aborda a questão da padronização cultural, característica central da indústria cultural. Para ele, a padronização atua como uma forma de controle social que obstrui a formação de um pensamento crítico e autônomo. Além disso, Adorno argumenta que a cultura de massa promove uma forma de alienação, distanciando as pessoas da realidade.

Em "A Indústria Cultural e a Propaganda", Adorno discute ainda a passividade das massas frente à cultura de massa. Ele observa que pessoas tornam-se cada vez mais passivas e acríticas diante da cultura industrializada, facilitando assim o controle da opinião pública.

Este texto é fundamental para compreender a crítica da Escola de Frankfurt à cultura de massa e à propaganda política. Adorno ilustra como a indústria cultural transformou-se em um mecanismo de controle social e manipulação das massas, e como a cultura de massa contribui para a alienação e padronização cultural. Sua análise mantém relevância na contemporaneidade, dado o papel persistente da cultura de massa na formação da opinião pública.

Há uma correlação possível entre as décadas de 1920 e 1930 e as primeiras duas décadas do século XXI. Em ambos os períodos, ocorreram crises significativas do capitalismo: o *crash* da bolsa de Nova York e uma série de crises subsequentes que abalaram o sistema capitalista, assim como uma crise do modelo de democracia liberal predominante na transição do século XIX para o século XX. Esse modelo falhava em absorver as massas urbanas que emergiam cada vez mais nas grandes cidades europeias.

Richard Sennett, em sua obra "A Cultura do Novo Capitalismo", menciona que Bismarck construiu um novo modelo na Alemanha, implementando políticas públicas inéditas na tentativa de conter as massas e evitar revoltas trabalhistas. Contudo, mesmo oferecendo uma forma alternativa de liberalismo, o estado *bismarckiano* acabou por se mostrar insuficiente, culminando na ascensão do nazismo na Alemanha.

A interseção entre as crises do capitalismo e da democracia liberal resultou no aparecimento de movimentos autoritários, como o nazifascismo. Esse fenômeno não teria se fortalecido sem o controle estratégico dos meios de comunicação de massa, então emergentes, como o rádio, o cinema e a tecnologia avançada de microfonia. A utilização dessas tecnologias foi fundamental para a difusão de propaganda política, permitindo a mobilização de massas e a consolidação de uma hegemonia ideológica, características centrais para o avanço do totalitarismo. Quando pensamos em figuras como Hitler ou Mussolini, imaginam-se

automaticamente líderes cercados de microfones, simbolizando a microfonia moderna que possibilitou discursos multitudinários. Organizar comícios de massa para 20 mil pessoas teria sido uma tarefa árdua sem os avanços na microfonia e nos sistemas de transmissão de som que surgiram no início do século XX. Embora se possam traçar paralelos com os comícios dos césares na Roma Antiga, quando grandes multidões se reuniam em praças públicas, a política de massa ganhou uma nova dimensão de alcance e influência com a tecnologia da microfonia e do rádio, eliminando-se, assim as barreiras da distância.

O rádio desempenhou um papel essencial na organização política desse período, permitindo que as massas tivessem acesso direto à voz e ao discurso de líderes distantes, facilitando a disseminação de ideologias. A nova estratégia de comunicação foi fundamental para o sucesso do nazifascismo.

> “No projeto da modernidade de desenvolver a massa como sujeito, acumulam-se, tanto quanto pudemos entender, material explosivo psicopolítico e facilmente inflamável. Ele pode detonar por meio de faíscas tanto de cima como de baixo. (...) a massa como tal representa um pseudo sujeito com o qual não se pode travar relações sem trazer à baila um elemento de desprezo, e incluo a adulação como um desprezo invertido.” (Sloterdijk,2022, p.37, p.39)

A Escola de Frankfurt argumentou que a ascensão da mídia de massa e da indústria cultural contribuía para a sobrecarga de informações, bombardeando as pessoas com um fluxo constante de informações triviais, sensacionalistas e, muitas vezes, contraditórias. Os integrantes acreditavam que isso não apenas representava uma forma de dominação cultural, mas também funcionava como um mecanismo de controle social destinado a distrair as pessoas de questões políticas e econômicas mais importantes.

O conceito de sobrecarga de informação está, portanto, diretamente relacionado à mídia de massa, que pode moldar nossa compreensão do mundo e contribuir para uma sensação de confusão e desorientação. Pode-se observar uma correlação entre crises no capitalismo como sistema e crises na democracia: a liberal no século XX e a representativa no século XXI.

Segundo Rosanvallon (2020), "O populismo revoluciona a política do século 21. Mas nós ainda não nos demos conta da justa medida da transformação que ele induz" (p. 9).

Uma das opções apontadas por diversos grupos como solução para a crise é o referendo. No entanto, Rosanvallon (2020) desaprova e critica essa opção, argumentando que um

referendo carrega uma série de anseios e esperanças que tal recurso não pode satisfazer. Esses anseios incluem uma maior ingerência dos cidadãos nos temas públicos, uma reestruturação da exteriorização eleitoral e uma contrapartida à deficiência de representação.

2.3 Terceiro Processo de propagação da Informação - Era Digital

Na transição para a década de 1990, a informatização dos dados iniciou um processo de transformação significativo. Com o advento da World Wide Web em 1989 e a crescente popularização dos computadores domésticos, indivíduos e organizações começaram a armazenar e manipular informações de forma mais eficaz.

Na virada do milênio, essa tecnologia, ainda incipiente, enfrentou a ameaça do chamado "Bug do Milênio", uma vez que os sistemas computacionais da época não estavam preparados para a transição das datas de 1999 para 2000, o que gerou uma sensação de pânico generalizado. Para economizar espaço de armazenamento, os anos eram registrados com apenas dois dígitos, e os softwares antigos não conseguiam processar a mudança de 99 para 00. No entanto, os profissionais do setor tecnológico implementaram estratégias adequadas que permitiram ultrapassar o desafio, impedindo que o cenário previsto se verificasse.

Após esse episódio, a internet continuou sua trajetória de expansão acelerada. No início dos anos 2000 (RNP, 2001), havia aproximadamente 500 milhões de assinantes de telefonia móvel e 250 milhões de usuários de internet. No começo de 2011 (Gazeta do Povo, n.d.), os assinantes de telefonia móvel ultrapassaram 5 bilhões, enquanto os usuários de internet ultrapassaram ligeiramente os 2 bilhões.

Dados das Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas (ONU Brasil, 2019) indicam que a população global atualmente é de 8,08 bilhões de pessoas. Esse número representa um aumento de 74 milhões em comparação com o ano anterior, correspondendo a um crescimento anual de 0,9%.

No início de 2024 (GSMA, 2024), o número de usuários exclusivos de dispositivos móveis era de 5,61 bilhões. As informações mais recentes revelam que 69,4% da população mundial utiliza agora um dispositivo móvel, com o total global crescendo em 138 milhões desde o começo de 2023.

Atualmente, mais de 66% da população global acessa a Internet, com os dados mais recentes situando o número total de usuários em 5,35 bilhões.

A Era da Informação é caracterizada pelo rápido desenvolvimento e uso generalizado das tecnologias digitais, particularmente a internet e outras tecnologias de comunicação. Esse período testemunhou uma explosão na quantidade e acessibilidade da informação, transformando diversos aspectos da sociedade, incluindo a comunicação, o trabalho, a aprendizagem e o consumo.

Nos últimos anos, o mundo tem sido inundado por um volume massivo de informações, que tem influenciado significativamente a forma como as pessoas se relacionam, trabalham e se informam. Esse excesso de informação resulta do crescimento exponencial das tecnologias da informação e comunicação, permitindo a criação e disseminação de dados em uma escala sem precedentes.

Devido ao crescimento exponencial das tecnologias da informação, nos últimos 35 anos, os países mais desenvolvidos em pesquisas, nessa área, têm determinado e disseminado um conteúdo de informações em uma escala sem precedentes. A partir de uma nova forma de interação, alterou-se, significativamente, o modo como os seres humanos interagem entre si, influenciando modelos comportamentais em relação ao trabalho e à própria obtenção de conteúdos informativos.

Observa-se que a profusão de informações tem provocado mudanças significativas na sociedade. Uma vez que o excesso de informação tem transformado a maneira como as pessoas se comunicam. A proliferação de plataformas de redes sociais oferece acesso a uma vasta quantidade de informações e opiniões sobre diversos temas, modificando a maneira como os indivíduos se relacionam e se informam. As redes sociais possibilitam a comunicação e troca de informações em uma escala e velocidade antes inimagináveis.

Além disso, o excesso de informação tem alterado a forma como as pessoas consomem informação. Com inúmeras fontes de informação disponíveis, os indivíduos agora podem escolher a fonte que preferem, alinhando-se a versões dos fatos que corroboram suas crenças e ideias pré-concebidas. Esse fenômeno tem criado bolhas de informação, pelas quais as pessoas consomem apenas informações que confirmam suas visões de mundo, potencializando a polarização e a radicalização de opiniões.

O excesso de informação tem transformado a forma como as pessoas trabalham. A crescente conectividade permite que as pessoas trabalhem de qualquer lugar e a qualquer momento, podendo gerar uma sensação de sobretrabalho e ansiedade. Ademais, a grande quantidade de dados disponível pode dificultar a tomada de decisões, uma vez que torna-se desafiador discernir o que é importante do que não é, o grau de importância informacional.

Algumas alterações comportamentais sublinham a necessidade de uma reflexão crítica sobre o impacto das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, especialmente no que tange à comunicação, consumo de informação e dinâmica laboral.

Byung-Chul Han oferece uma análise perspicaz sobre o atual contexto global, ao trabalhar com a noção de regime de informação: "chamamos regime de informação a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos" (Posição 42). Em diálogo com Foucault, Han introduz uma nova perspectiva sobre o "biopoder", afirmando que "o regime da informação, porém, cujo surgimento Foucault evidentemente não percebeu, não segue uma biopolítica. Seu interesse não está no corpo. Apodera-se da psique pela psicopolítica" (Han, 2022, Posição 66).

A instrumentalização das massas como sujeito tem sido utilizada tanto em processos de democratização, quanto em momentos de manipulação negativista da informação, distinguindo-se da manipulação positiva, que envolve a escolha consciente da informação. Em ambos os casos, a tecnologia de comunicação predominante é utilizada para construir uma imagem relativamente coesa. No século XIX, essa tecnologia foi a publicação impressa; no século XX, associaram-se o rádio, o cinema e a televisão; no século XXI, é o universo digital.

Han elabora essa ideia ao afirmar: "Dedaleira se diz, em latim, Digitalis. A palavra 'digital' indica o dedo, digitus, que, antes de qualquer coisa, conta. A cultura digital faz com que o ser humano se degrade em, por assim dizer, um ser de dedos. A cultura digital se baseia no dedo contador. A história, porém, é narrativa. Ela não conta. Contar é uma categoria pós-histórica. Nem tweets nem informações se reúnem em uma narrativa" (Han, 2021a, p. 551).

A doutrinação das massas se deve ao seu potencial psicopolítico, prontas a entrar em combustão devido à emergência de novos atores políticos e às invenções tecnológicas que revolucionam a quantidade de informação disponível. Considerando a figura de Leonardo da Vinci, é provável que ele não tenha lido em toda sua vida a quantidade de livros aos quais somos expostos durante a educação formal, nem teve acesso a tantos livros quanto temos hoje de forma simples em casa. A revolução no acesso à informação, iniciada com a prensa de Gutenberg, no fim do século XVIII e início do XIX, reduziu o custo de impressão e permitiu a ampla disseminação de textos, já naquela época falava-se em excesso e dilúvio de informação.

Contemporaneamente, enfrentamos um excesso ainda maior de informações, possibilitado pelo alto grau de desenvolvimento das tecnologias digitais. Esse excesso não apenas dissemina informação, mas também envolve a construção e circulação simultânea de dados.

O colapso hermenêutico decorrente dessa overdose de informações é uma possível consequência da revolução no acesso à informação na sociedade contemporânea.

Walter Benjamin oferece uma contribuição crucial para nossa discussão em seu texto "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica", salientando a importância transcendente do cinema e da técnica de montagem no modo de compreensão moderna. O filósofo e sociólogo destaca que:

> “A massa é a matriz, da qual, atualmente, todo o comportamento familiar diante de obras de arte emerge de modo renovado. A quantidade converteu-se em qualidade: a massa substancialmente maior de participantes fez surgir um modo diferente de participação.” (Benjamin, 2012, p. 109)

Benjamin também argumenta que:

> “No interior de grandes períodos históricos, transforma-se com a totalidade do modo de existência das coletividades humanas também o seu modo de percepção. O modo como a percepção humana se organiza - o médium no qual ocorre - não é apenas naturalmente, mas também historicamente.” (Benjamin, 2012, p. 25)

Dessa forma, ele sugere que a cultura molda o cotidiano das pessoas.

É possível estabelecer similaridades entre o uso do rádio na Alemanha nazista, que serviu como um instrumento eficaz para converter a propaganda em uma realidade social aceita, e o atual fenômeno das *fake news*, onde plataformas digitais multiplataformas desempenham uma função similar. Essas plataformas, como o WhatsApp, facilitam a disseminação massiva e instantânea de conteúdos, seja por meio de vídeos ao vivo, mensagens de texto, áudios ou documentos, permitindo que desinformações sejam amplamente distribuídas e rapidamente internalizadas por diferentes públicos. No Brasil, o WhatsApp é um exemplo paradigmático dessa dinâmica, sendo amplamente utilizado como meio de circulação de informações falsas, contribuindo, assim, para a construção de realidades paralelas que se afastam da factualidade e do debate público informado. Esse processo reflete uma reconfiguração dos meios de comunicação de massa, nos quais a circulação descentralizada de informações favorece a fragmentação do espaço público e a formação de bolhas informacionais, nas quais verdades alternativas se fortalecem, minando o potencial de consenso democrático.:

> “No Brasil de hoje, com 210 milhões de habitantes há, segundo estimativa oficial de 2017, a única disponível, mais de 120 milhões de usuários de WhatsApp. Na realidade, a cifra deve estar mais próxima de 136 milhões, ou seja: mais de 60% dos brasileiros se servem do aplicativo de troca de mensagem. Segundo maior mercado do mundo para o WhatsApp, o Brasil só perde para a Índia” (Patrícia Campos Mello. A máquina do ódio. op. cit., p. 22).

O ataque terrorista ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 é um marco histórico que inaugura o século XXI e exemplifica um novo arranjo na lógica de transmissão de informação:

> “No 11 de setembro de 2001. Mais uma vez, a CNN transmitiu ao vivo o ‘acidente’ de um avião que se chocou com a primeira das Torres Gêmeas em Nova Iorque. Por longos, eternos minutos, os comentaristas tentavam entender o que se passara, pois parecia impossível imaginar as razões do desastre. Como um piloto poderia desorientar-se a tal ponto, de modo a colidir com um arranha-céu no centro urbano? Teria desmaiado em pleno voo ou uma falha mecânica teria deixado o avião à deriva? Eis que um curto-circuito atravessa a todos sem exceção (comentaristas e espectadores): uma segunda aeronave se choca de modo claramente proposital contra a segunda torre. Vale a pena assistir ao vídeo com atenção: poucas vezes revelou-se com tanta eloquência o colapso hermenêutico produzido pela simultaneidade dos eixos fato-transmissão-recepção. Martin Amis tudo disse numa frase cortante: ‘Foi o surgimento do segundo avião (...): esse foi o momento decisivo’. Somente então a hipótese de um atentado terrorista foi levantada pelos comentaristas. O espaço de tempo transcorrido entre o primeiro e o segundo avião inaugurou de fato o século XXI.” (Rocha, 2018, p. 55).

O princípio do relativismo não é a negação da verdade, mas a ampliação da verdade para outros registros, como argumenta Levi-Strauss em "O pensamento selvagem". Não se trata de uma dicotomia entre pensamento primitivo e moderno, mas de reconhecer que o pensamento selvagem possui uma lógica interna muito próxima do pensamento matemático.

A antropologia, inicialmente uma disciplina do projeto colonial no século XIX, era evolucionista e, de certa forma, justificava o colonialismo. No entanto, a grande lição da antropologia e da sociologia no século XX foi a transformação que adotou o relativismo cultural como princípio fundamental. Esta abordagem reconhece e valoriza a diversidade cultural, desafiando as noções eurocêntricas de superioridade cultural e intelectual.

O pós-modernismo, conforme delineado por Jean-François Lyotard em "A condição pós-moderna", e suas críticas às grandes narrativas, não pretendem essencialmente questionar a ideia de verdade. Em vez disso, visam a denunciar o apagamento de outras verdades possíveis, promovendo uma pluralização da ideia de verdade que se torna culturalmente contextualizada.

É crucial ressaltar que, mesmo críticos do pós-modernismo, como Terry Eagleton, reconhecem o impacto significativo desse movimento. Eagleton observa que "O pós-modernismo tem sido audacioso no questionamento das concepções tradicionais de verdade, e seu ceticismo frente às pretensões de uma verdade absoluta e monológica tem produzido efeitos radicais genuínos" (Eagleton, 1993, p.273).

No contexto das tecnologias de comunicação multimídia do século XXI, observa-se uma predominância de narrativas fragmentadas, que, de certa forma, implicam a inexistência de uma verdade única e coerente. Assim, o princípio de relativização da verdade absoluta, que antes apagava todas as demais, evolui para a extinção da própria possibilidade de alcançar uma verdade singular, prevalecendo apenas a narrativa fragmentada.

A filologia e a interpretação implicam uma defasagem temporal significativa entre a leitura, seu processamento e a emissão de um juízo. Walter Benjamin, em "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", exemplifica essa necessidade de tempo humano para a checagem de notícias, comparação de fontes e escrita de texto.

Entretanto, o universo digital opera com a simultaneidade entre ação, transmissão e recepção. Um ato ocorre e é imediatamente transmitido, provocando reações antes mesmo de sua conclusão. Essa simultaneidade pode retroativamente influenciar o próprio ato, inserindo-nos numa temporalidade de máquinas, não humana. A principal consequência é o abandono da temporalidade reflexiva em favor de um predomínio do afeto imediato.

Essa simultaneidade entre ação, transmissão e recepção gera um colapso hermenêutico, evidenciando a necessidade da defasagem temporal para uma interpretação adequada. A produção e reprodução de textos em plataformas como o Twitter ilustram esse encurtamento de tempo entre escrita e resposta, que não é real-time.

O colapso hermenêutico descreve situações em que a interpretação de um texto ou conceito leva a um paradoxo ou a uma distorção tão radical cujo significado original se torna-se irreconhecível. Pensando na narrativa, partimos da ideia de que "texto" deriva do latim, significando "tecido". Como um tecido, um texto possui costura e alinhavo, permitindo grande espaço para interpretação, embora isso não signifique que todas as interpretações sejam igualmente válidas.

Wolfgang Iser (Iser, 2002, pp. 955-987) explora a formação de narrativas, distinguindo entre textos ficcionais e não ficcionais. O texto ficcional é caracterizado por indeterminações estruturais. Por exemplo, quando se afirma que "o casaco era da cor da noite", surge a indagação: qual é a cor da noite? Preta? Azul escura? Uma combinação de tons escuros? Tais indeterminações, que Iser chama de "lugares vazios", são deliberadamente projetadas para estimular a imaginação do leitor, que preenche esses vazios com sua própria interpretação.

Retomando a ideia de interpretação, um texto ficcional não admite uma única interpretação, mas isso não implica que qualquer leitura desvinculada do texto original seja válida. Se um texto é considerado como um tecido, com costura e alinhavo, é possível encontrar um mínimo denominador comum dentro do texto, que guia as interpretações.

No debate entre Jürgen Habermas e Jean-François Lyotard sobre a pós-modernidade (Lyotard, 2015), Lyotard propõe o conceito de "le différend", referindo-se ao momento em que registros discursivos são tão distintos que o diálogo torna-se impossível. No entanto, é necessário evitar o paradoxo da univocidade hermenêutica. Se considerarmos que existe apenas uma interpretação correta, uma vez atingida, a interpretação esgota-se. Por outro lado, se todas as interpretações forem igualmente válidas, a própria necessidade de interpretar se dissolve. Portanto, é fundamental que as interpretações de um texto sejam fundamentadas no próprio texto e mantenham uma relação coerente com ele. A multiplicidade de interpretações não compromete a veracidade interpretativa; ao contrário, enriquece a diversidade e clareza do conteúdo, embora também possa gerar controvérsias.

Byung-Chul Han, em "Desaparecimento dos Rituais", argumenta que as narrativas podem ser vistas como rituais:

> "Rituais são processos de incorporação, encenações do corpo. Os regimes válidos e os valores de uma

> comunidade são experienciados corporalmente e sedimentados. São inscritos no corpo, incorporados, ou seja, internalizados corporalmente. Desse modo, os rituais criam um saber e uma memória corporalizados, uma identidade corporalizada, uma comunhão corporal. A comunidade ritual é uma corporação." (Han, 2021, p. 15).

Assim, diante de uma narrativa, existe um mínimo denominador comum que possibilita a compreensão do que está sendo "dito".

Byung-Chul Han, em sua análise, argumenta que os rituais não apenas conceituam, mas também perpassam e são encenados através dos nossos corpos, um processo muitas vezes inconsciente. Ao utilizar o termo "corporação", Han faz um jogo de palavras, geralmente associado a fenômenos da sociedade do trabalho, para enfatizar a corporificação dos rituais, que tomam forma através dos corpos.

Han sustenta que “O mundo hoje está muito desprovido de simbólico. Dados e informações não possuem força simbólica” (Han, 2021, p. 7). Este ponto dialoga com Clifford Geertz (1980), que descreve o ser humano como um animal simbólico, criador de uma teia de símbolos que dão significado aos gestos e elementos culturais. Han sugere que a nossa sociedade contemporânea, dominada pelo “dataísmo”, foca excessivamente na informação, que, desprovida de força simbólica, torna-se meros dados, enquanto a verdadeira força reside na cultura e nos ritos.

Han identifica um problema central na sociedade atual: “A percepção serial é extensiva, enquanto a percepção simbólica é intensiva. [...] A comunicação digital é uma comunicação extensiva. Ela não produz relações, mas conexões. [...] O regime neoliberal acelera a percepção serial, aumenta o hábito serial. Elimina deliberadamente a duração para obter mais consumo” (Han, 2021, p. 12). Ele contrasta a percepção serial, que valoriza a quantidade, com a percepção simbólica, que valoriza a intensidade e profundidade do fenômeno. Essa distinção alinha-se com o conceito de leitura intensiva e extensiva de Rolf Engelsing. No mundo digital, a leitura torna-se superficial devido ao grande volume de informações, enquanto, em sociedades anteriores, a leitura era intensiva, sendo raros os livros e havendo a necessidade de múltiplas leituras para serem compreendidos profundamente.

Dialogando com a Escola de Frankfurt, especialmente com Walter Benjamin, Han explora a ideia de narração: “A narração é uma forma de conclusão. Tem começo e fim. Uma ordem fechada a caracteriza. Informações, ao contrário, são aditivas, não narrativas. Não se juntam, terminando em um conto, em uma canção que doa sentido e identidade. Permite apenas um

acúmulo sem fim" (Han, 2021, p. 33). Han aplica a teoria da narratividade de Benjamin à contemporaneidade, destacando que a narração implica uma transformação com início e fim, enquanto a informação é aditiva e infinita, desprovida da dimensão simbólica.

Segundo Benjamin, a narrativa permite a incorporação de experiências vividas, transmitindo-as às gerações futuras. Sem narração, apenas acumulamos informações, e, consequentemente, os seres humanos perdem a capacidade de transmitir experiências significativas.

A hermenêutica é frequentemente compreendida como a arte de interpretar textos e palavras, uma técnica ou método amplamente discutido por teóricos como Gadamer (1997) e Ricoeur (1995). Este trabalho busca mensurar um possível colapso hermenêutico que pode ocorrer devido às novas formas digitais de transmissão da informação. Tradicionalmente, a informação era processada de forma vertical: primeiro a ação, depois sua transmissão e, posteriormente, sua recepção, sem ocorrer de forma simultânea. Benjamin (2012) explorou essa forma clássica através do conceito de narrativa clássica, caracterizada por uma temporalidade reflexiva que estabelece a hermenêutica.

O possível colapso hermenêutico pode emergir com a simultaneidade horizontal proporcionada pelas tecnologias digitais, cuja ação, transmissão e recepção ocorrem instantaneamente, abandonando a temporalidade reflexiva e desfazendo a configuração hermenêutica tradicional. Com essa simultaneidade horizontal, inúmeras informações são transmitidas ao mesmo tempo, sobrecarregando a capacidade cognitiva do indivíduo.

Herbert Simon (Simon, 1971), psicólogo e economista americano, argumenta que a sobrecarga de informações pode levar a um colapso da capacidade cognitiva, um fenômeno por ele considerado como "paradoxo da informação". Simon afirmou que: "Uma riqueza de informação cria uma pobreza de atenção e uma necessidade de alocar essa atenção de forma eficiente entre a superabundância de fontes de informação que podem consumi-la" (tradução livre; Simon, 1971, p. 40). Assim, quanto mais informações são disponibilizadas, mais difícil torna-se encontrar as informações relevantes.

Utilizo simbolicamente o pronome indefinido "todos" para enfatizar que cada século possui seus termos fetiches. Na Grécia antiga, o princípio era o "ser"; no período feudal, o vocábulo central era "Deus"; e nos séculos seguintes, o fetiche tornou-se o "progresso". Ao considerar a ideia de um possível colapso narrativo, sugere-se uma crise que pode ser vista como o fetichismo da pós-modernidade atual. Este fenômeno constitui o "Roi clandestin (rei secreto)" que Simmel (1989, p. 234) descreveu como um "état d'esprit (estado de espírito)". O colapso

da narrativa pode ser parte do processo de transição da modernidade para a pós-modernidade, conforme discutido por Maffesoli (2011).

3. Quadro Teórico

Este capítulo dedica-se à construção do quadro teórico que fundamentará a análise do colapso hermenêutico na era digital no caso Brasil 2018 a 2023.

Para a análise da práxis do colapso hermenêutico, começaremos por examinar o fenômeno da simultaneidade, inserida no eixo de verticalidade, e a dimensão da perfeição da manipulação permitida pelo digital. Embora fake news, mentiras e manipulação sempre tenham existido, a escala atual é absolutamente nova. Um dos possíveis efeitos desse processo de dissonância cognitiva é a ascensão da extrema-direita.

Importa compreender esse fenômeno, em seu formato atual, como resultado da ascensão das tecnologias da informação, inseridas nesse novo eixo de verticalidade. O colapso hermenêutico pode estimular uma dissonância cognitiva, conceito proposto por Leon Festinger em 1957 no livro “Teoria da Dissonância Cognitiva". Festinger argumenta que pensar em dissonância cognitiva é pensar em narrativa, pois a dissonância é um traço da condição humana, tal como a narrativa. A dissonância cognitiva representa um "processo" de distanciamento entre aquilo que se crê e a forma como, o ser humano se comporta, ocorrendo uma discrepância entre o que se fala e o que se faz, entre a intenção e o gesto, o que é sendo inerente ao ser humano.

Por exemplo, Festinger ilustra essa ideia com o caso de um médico tabagista. Nenhuma outra pessoa saberá melhor que ele próprio sobre os malefícios do tabagismo. Quais são, então, suas possibilidades? Ou ele rejeita a literatura científica que atesta os malefícios do fumo, ou busca estudos que minimizem essa informação. Pode ainda o médico rejeitar informações que contrariem sua convicção ou procurar informações que reforcem o que já acredita.

Como isso se relaciona com um possível colapso hermenêutico? Diversas "informações" que circulam hoje na internet, quando examinadas mais calmamente através de um processo clássico de processamento da informação, revelam-se erradas. Pensando tanto na campanha eleitoral de Bolsonaro no Brasil, quanto na de Trump nos EUA, ou mesmo na campanha do Brexit, é plausível evidenciar, explícita e categoricamente, que uma parte significativa dessas campanhas estava fundamentada em erros. No entanto, ao focar apenas no erro objetivo, não conseguimos compreender o fenômeno. Para entendê-lo, é necessário rememorar a diferenciação entre "erro" e "ilusão" que Freud apresentou em "O Futuro de uma Ilusão".

> “A crença de Aristóteles de que os insetos se desenvolvem do esterco (crença a que as pessoas ignorantes ainda se aferram) era um erro; assim como a crença de uma geração anterior de médicos de que a tabes dorsalis

> constitui resultado de excessos sexuais. Seria incorreto chamar esses erros de ilusões. Por outro lado, foi uma ilusão de Colombo acreditar que descobriu um novo caminho marítimo para as Índias. O papel desempenhado por seu desejo nesse erro é bastante claro. Pode-se descrever como ilusão a asserção feita por certos nacionalistas de que a raça indo-germânica é a única capaz de civilização, ou a crença, que só foi destruída pela psicanálise, de que as crianças são criaturas sem sexualidade. O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos." (Freud,1997, p.12)

Relativamente às tecnologias digitais maquínicas, qualquer ser humano pode fazer um plano de vida, como estudar seis horas por dia, fazer diariamente uma hora de exercício físico, comer apenas alimentos saudáveis, e, assim definir como objetivo, viver até os 100 anos. No entanto, manter esse plano exato, durante 45 anos, talvez seja impossível para um ser humano, dado que falhas ocorrem. Em contraste, uma máquina poderia conseguir isso, pois o que caracteriza uma máquina é a perfeita consonância entre dado recebido, assimilação e produto oferecido. Já o ser humano pode receber o mesmo estímulo 15 vezes e, provavelmente, terá 15 reações diferentes.

Para compreender a relação entre as tecnologias da informação digital e o crescimento global da extrema-direita, é necessária uma pausa reflexiva para analisar a novidade mais expressiva trazida por essas tecnologias. Historicamente, essa novidade diz menos respeito ao volume de informação disponível e mais à simultaneidade dos eixos que compõem a comunicação. O volume de informação está relacionado a um cenário determinado e submete-se à complexidade do arranjo comunicativo de um determinado período histórico, não sendo algo novo por si só. No entanto, a consequência desse processo é nova, especialmente considerando a escala em que está ocorrendo, exponenciando a relação entre "verdades falsas" e "verdades políticas" que não coincidem com a verdade factual.

A simultaneidade dos eixos é talvez o fator mais inédito. Tradicionalmente, os eixos estavam em momentos temporais diferentes, o que facilitava o encadeamento narrativo. O colapso hermenêutico investigado neste trabalho é, portanto, exacerbado pela simultaneidade dos eixos proporcionada pelas tecnologias da informação digital.

Consideremos o cenário típico do jornalismo: entre o acontecimento e sua transmissão pelos médias ocorre uma defasagem temporal preliminar, envolvendo processos de apuração,

redação, revisão, diagramação e, finalmente, divulgação. Esta defasagem é ampliada pelo intervalo específico do jornal impresso: a leitura ocorre no dia seguinte ao acontecimento, em horários variados e por uma ampla diversidade de leitores.

A ação de narrar, conforme Benjamin (1987), exige a concreção e o adensamento das experiências pelo lapso temporal. Sem esse intervalo, nenhuma história comum poderia ser constituída ou organizada; como conceber um narrador eternamente preso ao instantâneo? A hermenêutica, portanto, requer um distanciamento temporal entre o presente do investigador e o tempo singular do objeto a ser investigado. Sem essa defasagem, o investigador ficaria desprovido de referências adequadas. Assim, como podemos imaginar o ato interpretativo na contemporaneidade? O mundo das tecnologias da informação digital inaugura uma nova simultaneidade entre os eixos: a transmissão do evento ocorre concomitante sua ocorrência, coincidindo com o momento de sua recepção, trazendo à tona, assim, a hipótese de um colapso narrativo.

A expansão dos grupos de extrema-direita, como os bolsonaristas no Brasil, o trumpismo nos EUA, parte do movimento Brexit, o Chega em Portugal, o Vox na Espanha, entre outros, apropriaram-se da potência das tecnologias da informação digital. Esses grupos conseguiram transpor, para o campo da política, o universo e a estrutura do digital, especialmente a simultaneidade que norteia suas ações.

3.1 Informação

Informação é um conceito multifacetado que pode ser definido de várias maneiras, dependendo do contexto em que esteja inserido. Em termos gerais, a informação pode ser compreendida como um conjunto de dados ou conhecimentos transmitidos de uma fonte para um receptor, com a intenção de comunicar algo. A informação pode ser compartilhada por meio de diversos canais, incluindo linguagem escrita ou falada, imagens, sinais sonoros e gestos, entre outros.

Os estudos de Seiffert (1968), Schnelle (1976), Capurro (1978) e Peters (1988), são fundamentais para a definição do termo "informação". A análise etimológica do termo revela sua origem latina, informatio, que, de acordo com esses autores e corroborado pelo Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (Aulete & Caldas, 1980), significa "delinear, conceber ideia".

Marshall McLuhan, em sua obra mais famosa, Understanding Media, traduzida para o português como Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem, argumenta que "o conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo. Se alguém perguntar, ‘Qual é o conteúdo da

fala?', necessário se torna dizer: 'É um processo de pensamento, real, não-verbal em si mesmo'" (McLuhan, 1969, p. 22).

Assim, a informação pode ser entendida como a mensagem que um enunciador transmite a um receptor. A informação contém um componente de sentido, uma significação que é propagada ao receptor por meio da mensagem apresentada. Em todos os casos, a informação refere-se a algo específico, a algum conteúdo particular.

> "Entre os regulamentos do senado, o seguinte merece ser assinalado. Quando uma proposta é feita, é proibido discuti-la no mesmo dia; a discussão é transferida para o dia seguinte. Desta maneira ninguém fica exposto a desembuchar levianamente as primeiras coisas que lhe passem pela cabeça, e a defender, em seguida, a sua opinião antes do que o bem geral." (More, 1972, p. 224)

Hannah Arendt (1988), ao tratar da informação na narrativa, não considera o fato como uma crença, mas como algo externo à narrativa que o organiza, dotado de poder coercitivo. Max Weber (2004), ao discutir a alteração substancial na interpretação e no entendimento da história, concebe-a como um direito, eliminando, assim, a ideia de condicionalidade obrigatória.

Quando um historiador escreve a sua própria narrativa histórica, ele o faz consciente de todas as variáveis presentes nessa história ou traz consigo pressupostos que não domina e, por vezes, nem tem conhecimento? Essa questão levanta um debate sobre a objetividade histórica e a influência de pré-conceções e desconhecimentos na construção da narrativa histórica.

Mesmo que admitamos que cada geração tem o direito de escrever sua própria história, não admitimos mais nada além de ter ela o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva; não admitimos o direito de tocar na própria matéria factual. É óbvio que não se trata de uma fé cega no "facto", visto como exterior à narrativa que o organiza. Pelo contrário, a mudança de perspectiva implica seu rearranjo, supõe assim uma modificação substancial da intepretação. No entanto, sem uma dimensão minimamente objetiva, o espaço público desmancha-se no ar e a convivência coletiva torna-se uma estéril batalha de versões (Arendt, 1988, p. 296)

Uma das definições de informação é a proposta por Luciano Floridi (2010), que a caracteriza como "dados semanticamente relevantes". Segundo Floridi, a informação não é meramente um conjunto de dados, mas sim uma explanação que possui significado ou relevância para

o receptor. Essa definição enfatiza não apenas a quantidade de informação transmitida, mas também sua qualidade e relevância.

Ademais, a informação pode ser compreendida como um recurso valioso em diversas esferas, como a economia, a política, a tecnologia e a cultura. No contexto econômico, a informação é vista como um ativo crucial para as empresas, permitindo decisões mais informadas pontuais e estratégicas. Na política, a informação a tomada de consciência é utilizada para mobilizar e influenciar a opinião pública, bem como para estabelecer a legitimidade do poder. No campo tecnológico, a informação o conjunto de dados é essencial para o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial e análise de dados. Na esfera cultural, a informação difusão de saberes desempenha um papel central na disseminação de conhecimentos e na essencialmente para a preservação da memória coletiva.

É crucial destacar que a informação não é neutra, sendo influenciada por fatores sociais, políticos e culturais. A forma como a informação é produzida, transmitida e recebida pode ser moldado por questões como gênero, raça, classe social e poder. Portanto, uma análise crítica de todo conteúdo informacional, é fundamental para compreender seu significado e suas implicações em diferentes contextos.

Devido à multiplicidade semântica do vocábulo informação, adotou-se, neste estudo, a conceção de "ordem da temporalidade". O conceito, introduzido pelo filósofo e fenomenólogo francês Maurice Merleau-Ponty, refere-se à ideia de que nossa experiência em relação a tempo não se trata apenas de uma progressão linear de momentos discretos, mas sim de um fenômeno complexo e multidimensional que envolve diferentes camadas ou ordens de consciência temporal. Entre suas várias obras, a principal que aborda esse tema é *Fenomenologia da Percepção* (2011), originalmente publicada em 1945.

De acordo com Merleau-Ponty, existem pelo menos três diferentes ordens de temporalidade na reflexão:

1. O momento presente: Essa é a experiência mais imediata e concreta do tempo, quando estamos conscientes de nossas sensações, percepções e ações atuais.

2. Retenção: Refere-se à maneira como o passado é preservado ou retido em nossa experiência presente. Por exemplo, podemos lembrar de algo que aconteceu no início do dia ou alguns minutos atrás.

3. Protenção: Refere-se à nossa consciência antecipada do futuro. É a maneira como nos projetamos no tempo, imaginando o que pode acontecer a seguir e preparando-nos para as possibilidades futuras.

Esse raciocínio da temporalidade, segundo Merleau-Ponty, sugere que nossa percepção do tempo é uma construção complexa, na qual o presente, o passado e o futuro estão interligados e influenciam nossa compreensão e experiência da realidade.

AS diferentes ordens de temporalidade, quando consideradas em conjunto, criam uma experiência de tempo complexa e dinâmica, que está em constante mudança e evolução à medida que nos movemos pelo mundo. Para Maurice Merleau-Ponty, a reflexão envolve um aprofundamento da consciência dessas diferentes camadas de experiência temporal e uma apreciação das maneiras pelas quais elas se cruzam e se influenciam mutuamente.

O conceito de "ordem da temporalidade" na reflexão é crucial na filosofia de Merleau-Ponty, pois destaca a natureza multidimensional e intrincada de nossa experiência do tempo. Ao reconhecer que nossa percepção temporal envolve diversas camadas ou ordens de consciência, Merleau-Ponty desafia o modelo tradicional de tempo como uma sequência linear e estática de momentos discretos.

Para Merleau-Ponty, as diferentes ordens de temporalidade na reflexão não são aspectos separados e independentes de nossa experiência do tempo, mas estão inter-relacionadas e interdependentes. Por exemplo, nossa experiência do momento presente é moldada por nossa retenção do passado e nossa projeção do futuro. Da mesma forma, nossa antecipação do futuro é influenciada por nossas memórias do passado e por nossa vivência do presente.

Merleau-Ponty acreditava que, ao aprofundar nossa consciência das diferentes ordens de temporalidade na reflexão, podemos desenvolver uma compreensão mais nuançada e dinâmica de nossa experiência temporal. Isso, por sua vez, pode nos ajudar a entender melhor a nós mesmos e nosso lugar no mundo, cultivando uma maneira mais significativa e autêntica de estar no mundo.

A importância da ordem da temporalidade na reflexão filosófica de Maurice Merleau-Ponty reside em sua capacidade de desafiar as concepções tradicionais de tempo, oferecendo uma compreensão mais rica e complexa de nossa experiência temporal. Na filosofia de Merleau-Ponty, hermenêutica e temporalidade estão intimamente interligadas no contexto da reflexão. A hermenêutica, entendida como a arte da interpretação, está profundamente conectada à nossa experiência do tempo, que é, conforme Merleau-Ponty, um processo dinâmico e interpretativo, envolvendo a integração do passado, presente e futuro.

Merleau-Ponty argumenta que nossa experiência do tempo não se limita à medição objetiva ou à progressão linear, mas é um fenômeno dinâmico e interpretativo. Essa perspectiva sugere que nossa vivência temporal está inextricavelmente vinculada à nossa atividade interpretativa e à nossa percepção do mundo.

Nesse sentido, a experiência temporal é sempre mediada por nossa interpretação contínua do mundo ao nosso redor, tornando a temporalidade uma construção complexa e interativa que desafia a linearidade tradicionalmente atribuída ao tempo.

Na hermenêutica, a interpretação envolve um processo de compreensão e criação de significado a partir de um texto ou outro artefato cultural. No contexto da reflexão, esse processo de interpretação é semelhante, aplicando-se à compreensão de nossas experiências temporais. Ao refletir sobre nossas vivências, somos capazes de interpretar e atribuir sentido ao nosso passado, presente e futuro de maneira que nos permite entender melhor a nós mesmos e nosso lugar no mundo.

Além disso, o processo de interpretação na hermenêutica e na reflexão envolve uma circularidade, em que/na qual nossa compreensão do passado é informada por nossas experiências presentes, e nossa compreensão do presente é moldada por nossa interpretação do passado. Essa circularidade está profundamente conectada à nossa experiência de temporalidade, destacando a interdependência entre passado, presente e futuro em nossa vivência do tempo.

A relação entre hermenêutica e temporalidade, na reflexão filosófica de Maurice Merleau-Ponty, sublinha a importância da interpretação e da construção de significado em nossa experiência temporal. Essa relação ressalta a natureza dinâmica e interpretativa de nossa interação com o passado, presente e futuro, evidenciando a complexidade da nossa percepção temporal.

3.2 Hermenêutica

O conceito de hermenêutica abrange três abordagens intelectuais distintas. A primeira, abordagem, de natureza metodológica, encontra seu modelo na exegese bíblica, definindo regras específicas para a interpretação dos textos. Tal metodologia recorre a diversas disciplinas, desde a filologia até as ciências humanas, passando pela gramática, lógica e retórica, com o objetivo de restaurar o sentido do texto, conforme as intenções do autor. Friedrich Schleiermacher estabelece as bases dessa prática, aplicando-a tanto à leitura do Novo Testamento quanto à tradução de Platão e aos textos dos pré-socráticos. Para além da análise gramatical, Schleiermacher utiliza a análise estilística, destacando o uso criativo da linguagem pelo autor. No entanto, esSa abordagem é frequentemente criticada, por seu caráter excessivamente psicológico, dependente de uma teoria do "eu" falante.

Wilhelm Dilthey amplia a objetividade do método hermenêutico, ao fundamentar a compreensão dos "monumentos escritos" em dados históricos, considerando-os testemunhos de vida. Ao direcionar a hermenêutica para a decifração histórica da experiência vivida, Dilthey supera tanto o subjetivismo de Schleiermacher, quanto o positivismo do historicismo ambiental. Dilthey transforma o método em uma abordagem epistemológica, aplicável à descoberta dos critérios fundamentais de interpretação. Teóricos como Martin Heidegger e Paul Ricoeur continuam a explorar esse tema, com Dilthey expandindo o campo da hermenêutica, ao incluir não apenas textos, mas também os múltiplos aspectos do mundo vivido, enriquecendo as ferramentas de interpretação para as novas ciências humanas.

A hermenêutica pode ser entendida, conforme proposta pela fenomenologia, psicanálise e teologia, como uma abordagem filosófica que integra as duas abordagens anteriores. Heidegger, por exemplo, propõe enxertar o objetivo hermenêutico da fenomenologia na ontologia. Embora alguns possam considerar que a virada ontológica perverta a abordagem hermenêutica, assimilando a filosofia de Heidegger a uma fenomenologia sem hermenêutica, seu projeto é, na verdade, mais complexo. Heidegger busca realizar a intersecção de uma hermenêutica da metafísica e uma hermenêutica da existência humana, posicionando-a na questão do ser.

Os temas da destruição e desconstrução, bem como o retorno aos fundamentos da metafísica, demonstram a vontade de Heidegger de interpretar a própria escrita da metafísica como uma rapsódia do esquecimento da questão do ser. Simultaneamente, o problema filosófico da existência humana realiza-se em uma hermenêutica do Dasein que liberta a questão do ser da captura pela razão subjetiva. O discurso da metafísica emerge, assim, no discurso de uma subjetividade que se afirma como a razão última do ser. Heidegger trabalha

para desconstruir essa subjetividade, tanto a que se inscreve como motivo da metafísica, quanto a que se esconde na letargia antropológica da banalidade cotidiana.

A hermenêutica heideggeriana combina a denúncia e a decifração no mesmo processo de desconstrução. O objetivo é desmascarar a ilusão do caráter absoluto da subjetividade, que causa as inconsistências da modernidade. Essa subjetividade manifesta-se como consciência, cogito ou intersubjetividade, e se apresenta tanto no anonimato da tagarelice e curiosidade, quanto na figura da nação, do povo ou do Estado, revelando o esquecimento fatal do ser. Para Heidegger, é crucial afastar-se de todas as formas de subjetividade e considerar o homem como inscrito no campo do ser-no-mundo, a razão de sua transcendência e finitude.

A virada heideggeriana, portanto, não é apenas uma aposta ou desafio, mas um desejo de pensar de maneira diferente, mais como uma repetição hermenêutica do que uma recuperação reflexiva. A essência do homem pode ser concebida e interpretada a partir do lugar do ser, e não da subjetividade. No entanto, essa virada compreende dois momentos: a hermenêutica do Dasein, que compreende o ser finalizado pela morte, e a compreensão do ser vivenciado no tempo. Heidegger propõe vincular esses momentos, confiando à linguagem poética a tarefa de ecoar a morte e o tempo. É esse eco que a hermenêutica interpreta, dando-lhe voz no discurso.

A hermenêutica de Paul Ricoeur resulta de uma integração epistemológica realizada no cerne da fenomenologia, caracterizando-se por três aspectos principais, conforme o próprio autor admite. Primeiro, relaciona-se com a filosofia reflexiva; segundo, com o movimento husserliano; e terceiro, desenvolve uma variante hermenêutica da fenomenologia.

A primeira característica, que trata de uma filosofia reflexiva, envolve um conjunto de pesquisas sobre o simbolismo do mal e se afirma como uma filosofia que relaciona o desenvolvimento do pensamento ao ato originário que o fundamenta. No entanto, esta parte não será aprofundada aqui. Da mesma forma, a segunda característica, que desloca a hermenêutica do simbolismo do mal para a psicanálise freudiana e o conflito de interpretações, não será discutida em detalhe.

Destaca-se, porém, a originalidade da terceira característica, que remete à experiência da temporalidade inerente à linguagem e à realização do "si-mesmo como outro", encontrando na história seu paradigma. Nesse ponto, é relevante enfatizar os pressupostos que ligam o pensamento de Ricoeur ao de Martin Heidegger. Embora a influência de Wilhelm Dilthey, com sua concepção de história como história das formas de vida, seja perceptível, é seguindo Heidegger que Ricoeur atribui a essa ideia um significado ontológico.

Para Heidegger, a compreensão designa um modo de ser, situando o Dasein em relação a si mesmo e constituindo-o como tal. Essa compreensão, sempre contextualizada, pela qual o Dasein investe e se investe no ser, estabelece sua capacidade de discurso (Rede). Não se pode isolar a compreensão do discurso, pois esse designa um modo de ser e está na base de toda escrita hermenêutica. Assim, a narratividade, segundo Ricoeur, não possui apenas um sentido epistemológico, que consiste em configurar o tempo através da narrativa, nem um sentido ôntico, que consiste em refigurar o tempo configurado por uma história específica. Há uma narratividade ontológica que liga a recitação do eu à constituição do eu, tanto individual quanto social.

Essas estruturas permitem afirmar que existe uma autoconstituição de si como sujeito narrativo, verificada na concretização das histórias. Tal narratividade ontológica fundamenta-se no discurso de Heidegger e na consciência discursiva que Hans-Georg Gadamer define como capacidade de enunciação. Portanto, a hermenêutica de Ricoeur não apenas dialoga com a fenomenologia e a filosofia reflexiva, mas também amplia a compreensão do ser, ao integrar a narrativa como um elemento constitutivo da identidade e da experiência humana.

3.3 A Estratégia da Extrema Direita na Era Digital: Simultaneidade, Retórica do Ódio e Desumanização

A transformação trazida pelo advento do universo digital caracteriza-se pela emergência de uma simultaneidade inédita entre elementos previamente distintos: a ocorrência do evento, sua disseminação - através da transmissão digital - e a subsequente recepção pelos usuários. Esse fenômeno, fundamental nas redes sociais, tem sido apropriado pela extrema-direita. Assim, a hipótese sugere que esses grupos incorporaram a potencialidade do universo digital, aplicando-a de maneira significativa no campo político e refletindo muitos aspectos de sua estrutura. Consequentemente, essa forma de simultaneidade orienta as ações da extrema-direita.

Observa-se que a extrema-direita não apenas reage a esse desafio, mas também investe em estratégias de curto prazo, recorrendo a mecanismos tradicionais de encontrar “bodes expiatórios” para acalmar o crescente descontentamento com o modelo econômico atual. Na Europa, por exemplo, o imigrante é frequentemente culpabilizado, sofrendo ataques xenófobos. Em Portugal, o líder da extrema-direita local, André Ventura, do partido Chega, ficou conhecido por suas declarações odiosas, especialmente contra africanos e ciganos, resultando em processos judiciais e condenações por conteúdo racista. Na França, a

intolerância em relação aos imigrantes sempre foi um dos principais impulsionadores dos políticos de extrema-direita. Nos Estados Unidos, os imigrantes hispânicos são demonizados, como evidenciado pela proposta de Donald Trump durante sua campanha, expressa no slogan "Construa o Muro", refletindo ações políticas imediatistas e midiáticas.

No contexto brasileiro, a extrema-direita bolsonarista ascendeu ao poder através de propostas imediatistas que mimetizam a violência que, em teoria, procuram combater, especialmente diante da urgência do problema da segurança pública, considerando os alarmantes índices nacionais de mortes violentas, que superam até mesmo os de países em guerra civil aberta. Essas propostas incluem o armamento da população, o aumento das penas, a intensificação da militarização das forças de segurança e uma espetacularização trágica da repressão policial, notadamente em áreas pobres das grandes cidades.

No âmbito da linguagem própria do universo digital, a extrema-direita demonstrou habilidade**,** ao apropriar-se do eixo de simultaneidade mencionado, fundamentando seu discurso no imediatismo, na urgência do momento presente e na perpetuação de um estado de eterna urgência.

> “a retórica do ódio é uma técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado. Trata-se de uma técnica, e esse aspecto deve ser sublinhado. Por isso, pode ser ensinada e transmitida. E, como uma técnica, possui elementos próprios. No caso do discurso de Olavo de Carvalho, destacam-se dois procedimentos: a desqualificação nulificadora e a hipérbole descaracterizadora.” (Rocha, 2021, p. 156)

A estratégia adotada pela extrema-direita não se restringe apenas às táticas previamente mencionadas; ela se apropria de narrativas polarizadoras, fundamentadas na retórica do ódio e caracterizadas por uma linguagem simbolicamente violenta. Essa abordagem visa a estimular um engajamento intenso nas redes sociais por meio da identificação e criação contínua de inimigos. A eficácia dessa estratégia é evidenciada pela ascensão ao poder político através de processos eleitorais democráticos. Compreender esse paradoxo constitui um dos objetivos centrais.

Em contrapartida, no espectro da esquerda democrática, os mesmos problemas são abordados em um contexto temporal consideravelmente distinto, senão oposto. Ao invés de priorizar o imediato, há uma ponderação sobre a estrutura; em lugar do foco no presente, é privilegiado o longo prazo. Em uma sociedade cada vez mais atormentada pela sensação de

um tempo que parece consumir a própria concepção moderna de temporalidade, a esquerda vê-se diante da necessidade de revisar suas práticas políticas e discursivas. É imperativo conciliar a atenção às demandas imediatas, uma pulsão legítima dos grupos em situação de vulnerabilidade, com a implementação de ações estruturais, essenciais para a resolução efetiva de dificuldades e impasses sistêmicos.

O capitalismo contemporâneo se depara com sua mais profunda crise, refletindo a fragilidade de suas ideias-força, fundamentais para sua sobrevivência. A noção de que o capitalismo é inerentemente conjugado à acumulação infinita de riqueza, torna-se insustentável diante de desafios sociais e ambientais. Historicamente, o capitalismo sustentou-se na premissa de que a natureza, ao oferecer recursos inesgotáveis, facilita a mobilização de indivíduos em busca de um progresso linear, através do qual cada geração ascende em termos de patrimônio.

Por outro lado, o comunismo, embora frequentemente criticado, carregava uma ideia-força que mobilizou milhões durante o século XX, propondo um futuro utópico cujo potencial humano poderia ser plenamente desenvolvido. Esse ideal não se resumia à igualdade, mas à realização individual em um contexto social. Contudo, as experiências práticas comunistas falharam em cumprir essa promessa, levando à necessidade de reavaliação das posições políticas. O conceito de "esquerda" tornou-se mais complexo, exigindo um adjetivo que contextualizasse sua posição, uma vez que as lições do passado, especialmente as da União Soviética, não podem ser ignoradas.

A relação entre capitalismo e meio ambiente é uma das mais prementes no contexto atual. As mudanças climáticas desafiam a crença na acumulação infinita, revelando que os recursos naturais são limitados. Essa crise ambiental é desdenhada por movimentos de extrema-direita que, ao negarem a realidade climática, buscam manter a exploração desenfreada da natureza, em um ato de resistência a uma mudança que poderia comprometer suas bases econômicas.

A análise de François Hartog sobre os "regimes de historicidade" fornece uma lente para examinar como as sociedades organizam sua relação com o tempo. Hartog identifica diferentes configurações históricas, como a dominância do passado nas sociedades antigas ou o foco no futuro, na modernidade, que influenciam a forma como a memória e a história se inter-relacionam. Essas categorias não operam de maneira isolada; ao contrário, coexistem e se tensionam em um cenário dinâmico onde a experiência coletiva e as expectativas individuais moldam a narrativa histórica.

Os regimes de historicidade mostram-nos que o passado não é um objeto descartável, mas sim um componente ativo na construção da identidade coletiva. Momentos de crise revelam a complexidade dessa relação temporal. Quando o passado predomina, o peso da memória, muitas vezes ligado às tradições e afetos, pode obscurecer a narrativa histórica, criando um espaço de experiência onde a continuidade é mais valorizada que a ruptura. Por outro lado, períodos de expectativa futura podem levar a uma reconfiguração da memória, no qual o foco na narrativa histórica torna-se predominante.

As brechas temporais, segundo Hartog, surgem quando o presente não consegue mais se ancorar em um passado significativo, levando à desorientação social. Essa desorientação é exacerbada pela incapacidade de recordar, resultando em um sentimento de incerteza diante de um futuro nebuloso. Assim, o debate sobre a historicidade nos convida a refletir sobre como a estrutura social, as relações de poder e as expectativas de futuro moldam as experiências individuais e coletivas, influenciando a forma como interpretamos a história e, por consequência, nosso lugar no mundo.

Nesse contexto, torna-se evidente que, na era da velocidade digital e da economia da atenção, a extrema-direita transnacional foi capaz de capitalizar esse momento histórico singular, conquistando uma visibilidade diretamente proporcional à sua capacidade de adaptação às dinâmicas da comunicação digital. A análise do eixo da simultaneidade como elemento central da ação política da extrema-direita também permite uma nova abordagem da questão da guerra cultural, não tanto do ponto de vista de seu conteúdo, mas sim de seu impacto imediato no cotidiano de milhões de pessoas ao redor do mundo.

É inegável que a ascensão da extrema-direita ao poder**,** por meio de eleições democráticas**,** está intrinsecamente ligada à sua impressionante visibilidade nas redes sociais. Ao mesmo tempo, essa visibilidade não teria sido alcançada sem a produção deliberada de narrativas polarizadoras, que possuem uma extraordinária capacidade de gerar engajamento emocional e imediato.

As teorias conspiratórias propagadas pela extrema-direita transnacional, em especial as relacionadas ao suposto "marxismo cultural" e à questão da identidade de gênero, servem como exemplos paradigmáticos desse fenômeno. Tais teorias, associadas a uma visão distorcida do globalismo como uma nova manifestação do comunismo pós-soviético, operam dentro de uma lógica de simultaneidade, capturando eventos pontuais, como filmagens em escolas, para sustentar a narrativa da disseminação de uma suposta doutrinação esquerdista em escala global. Esses vídeos proliferam rapidamente nas redes sociais, alimentando a disseminação viral das ideias conspiratórias. A reação de alerta, e, até mesmo de pânico,

diante de qualquer indício de "modificação esquerdista" da linguagem, é uma das manifestações desse impulso.

Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da dinâmica da economia da atenção, um conceito central no cenário comunicacional contemporâneo. Diante da limitação da capacidade humana de processar informação em contraste com a crescente quantidade de dados disponíveis, há uma intensa disputa pelo tempo e atenção dos usuários das plataformas digitais. Nesse ambiente virtual, inúmeras ofertas competem constantemente por visibilidade renovada, portanto, destacar-se tem sido uma tarefa desafiadora.

Entretanto, atribuir esse fenômeno exclusivamente à emergência da internet e à consequente homogeneização dos estilos de vida**,** seria uma visão simplista. Dilemas semelhantes estiveram presentes em outras épocas históricas, embora em proporções diferentes. Por exemplo, no século XVIII, a invenção da tecnologia dos tipos móveis revolucionou os circuitos de comunicação**,** ao possibilitar a produção em massa e a rápida circulação de textos impressos. Esse avanço tecnológico teve um impacto significativo na difusão do conhecimento, ampliando a capacidade de disseminação de ideias por meio da circulação acelerada**,** proporcionada pelo novo meio de comunicação. Essa dinâmica evidencia uma constante antropológica: o surgimento de uma nova tecnologia de comunicação tende a causar um impacto substancial na disseminação de ideias e sentimentos, devido à expansão da capacidade de contágio proporcionada pelo próprio meio.

A capacidade das comunidades de se autodefinirem e de exercerem sua imaginação coletiva manifesta-se através de um fenômeno que, embora não tenha uma definição precisa, é inegável: o nacionalismo. A proposta central é que tanto a ideia de nacionalidade quanto o nacionalismo são construções culturais específicas. Para fundamentar essa tese, François argumenta que a formação desses conceitos, no final do século XVIII, foi o resultado de uma complexa interação de diversas forças históricas. Uma vez estabelecidos, os conceitos adquiriram um caráter "modular", podendo ser transferidos, com diferentes níveis de autoconsciência, para uma ampla gama de contextos sociais, adaptando-se a variadas constelações políticas e ideológicas.

Teoricamente, ao utilizar a perspectiva dos estudos culturais, Anderson posiciona-se de maneira crítica em relação a análises clássicas do nacionalismo, como as de Ernest Gellner, que relacionou o fenômeno ao advento do industrialismo; de Elie Kedourie, que o vinculou à era da Ilustração; e de Eric Hobsbawm, que o associou a fatores econômicos. Partindo dessa crítica, Anderson explora a formação histórica das comunidades e a transformação de sua legitimidade ao longo do tempo, explicando por que, nos dias atuais, o nacionalismo possui uma profunda ressonância emocional. Um conceito fundamental para essa discussão é o de

nação, que, sob uma perspectiva antropológica, é definida como "uma comunidade política imaginada, imaginada como sendo limitada e, ao mesmo tempo, soberana"(Anderson, 2008, p. 32).

Para Anderson, a possibilidade de se pensar o nacionalismo emerge das raízes culturais da Europa do século XVIII, período marcado pelo declínio da religião como principal forma de explicação do mundo, pela percepção de que uma única língua não detinha mais o monopólio sobre a verdade ontológica, e pela construção de uma nova relação com o tempo, baseada na simultaneidade. Fiel à ideia de que os sistemas culturais são essenciais para compreender as origens da consciência nacional, Anderson destaca a importância da construção da ideia de nação. O declínio do latim como língua unificadora, o impacto da Reforma Protestante **-** cuja aliança com o capitalismo editorial criou novos e vastos públicos leitores **-** e a disseminação dos vernáculos como instrumentos de centralização administrativa contribuíram para o enfraquecimento da comunidade imaginada cristã e, simultaneamente, forneceram as bases para o surgimento de uma consciência nacional.

A análise de Anderson sobre a formação da identidade nacional revela o quanto ela esteve historicamente ligada à linguagem e à propriedade privada. A filologia permitiu que as línguas sagradas perdessem sua exclusividade, dando lugar a uma pluralidade de idiomas que passaram a ser vistos em pé de igualdade. O crescimento do mercado editorial e a diversificação do público leitor também tiveram um papel crucial nesse processo. Anderson cita, como exemplos, a nobreza e o clero, as classes médias de pequenos funcionários, os profissionais liberais, e a burguesia mercantil e industrial. Ele argumenta que a burguesia foi a primeira classe a construir uma solidariedade baseada em uma imaginação coletiva.

Esse cenário permitiu o surgimento de um "modelo" para o Estado-nação independente, um padrão que foi amplamente replicado e que Anderson denomina "oficial". Ao propor uma análise de nação e nacionalismo**,** a partir de uma perspectiva cultural, o autor expande a noção de documento e desenvolve uma metodologia que possibilita entender como a circulação de textos forma públicos leitores que, ao se identificarem através da comunicação, criam uma solidariedade coletiva, cimentada pela existência de um Estado nacional.

Na transição do século XVIII para o XIX, a economia da atenção já se encontrava em destaque, manifestando-se na dificuldade de escolher qual livro adquirir em meio à profusão de novos títulos disponíveis. A crítica literária moderna surge como uma resposta a essa angústia gerada pelo excesso de opções, incumbindo**,** ao crítico**,** não apenas recomendar o que deveria ser lido, mas, sobretudo, indicar o que poderia ser ignorado. O papel mediador desempenhado pela crítica, entendido tradicionalmente, está relacionado a essa necessidade

de orientação originada pela ascensão de um poderoso novo meio de comunicação e pela inundação de novos dados lançados no espaço público.

Retornando ao contexto contemporâneo, no universo digital, duas características distintivas delineiam uma paisagem genuinamente inédita, cujo antagonismo resultante é de difícil contenção.

Primeiramente, retomando o conceito de simultaneidade, introduzido pelas plataformas digitais, é necessário destacar seus efeitos ainda não devidamente explorados. Uma oferta de conteúdo, seja um produto do marketing digital visando vendas, seja uma publicação em uma rede social, buscando capital simbólico através de curtidas, é recebida e, geralmente, incita uma resposta imediata, muitas vezes antes que se permita um mínimo de tempo para reflexão, mesmo que breve. O ambiente é essencialmente digital, pois parece que a reação imediata ao fluxo incessante de estímulos é confiada à velocidade dos dedos no teclado. A engrenagem depende tanto da simultaneidade entre ação e reação que, em última análise, torna-se difícil distinguir claramente quem é quem nesse universo de um eterno presente. A dinâmica expiatória da cultura do cancelamento se insere-se nessa lógica dos afetos, revelando uma crise de indiferenciação, conceito central na teoria mimética de René Girard e precursora de uma explosão de violência que, frequentemente, só encontra resolução através do recurso arcaico ao mecanismo do bode expiatório.

Em segundo lugar, observa-se uma tendência à eliminação da figura tradicional do mediador entre a multiplicidade de conteúdos disponíveis e o público, que supostamente não é capaz de selecionar por si só o que merece sua atenção. Essa configuração não se encaixa na dinâmica das redes sociais, cujo mediador externo é substituído pelo próprio curador do conteúdo. Aliás, a supressão de todas as mediações[1] é um dos objetivos políticos autoritários da extrema direita, encontrando, nesse contexto, uma afinidade estrutural com a dinâmica do universo digital. Daí sua notável influência nas duas primeiras décadas do século XXI.

O fenômeno transnacional da extrema direita utiliza uma série de práticas discursivas similares e estratégias altamente eficazes, fundamentalmente ancoradas no plano da retórica. Essas estratégias permitem transformar "fake news" evidentes em teorias comuns, resultando em um efeito político tangível: milhões de cidadãos vão às urnas para votar em candidatos que empregam essas táticas.

[1] A eliminação da mediação na transmissão de informações deve ser interpretada como uma manifestação específica de um projeto mais abrangente: a desarticulação da mediação e do controle exercidos pelo Estado sobre a "vida econômica", concebida em um sentido amplo. Essa dinâmica reflete um movimento em que a autonomia dos indivíduos e das esferas sociais é promovida em detrimento das intervenções estatais, gerando consequências significativas para as relações sociais e econômicas.

Essa retórica transforma o que é logicamente e epistemologicamente frágil e vulnerável em uma vitória política do ponto de vista afetivo. Essa alquimia política ocorre através de três eixos principais.

Primeiramente, a dinâmica interna da estratégia da extrema direita no espaço público, redimensionada pelas redes sociais, é uma estratégia linguística que se manifesta por meio da criação de uma retórica específica: a "retórica do ódio". Para entender como essa estratégia funciona, é necessário considerar a lógica operacional das redes sociais. Essas plataformas seriam inviáveis logisticamente sem os algoritmos. Sinteticamente, os algoritmos atuam como uma enorme máquina de exclusão que sugere a inclusão de todos; permitem uma vertigem constante de dados sem interrupção, ao cortar tudo que não é similar ao conteúdo previamente existente.

Assim, o algoritmo realiza um processo de exclusão para evitar o colapso do sistema digital por excesso de "input" sem um correspondente "output". Na perspectiva de Gregory Bateson, não deve haver somente "feedback" positivo sem nenhum "feedback" negativo. O algoritmo, em termos cibernéticos, é o necessário "feedback" negativo que interrompe o fluxo ininterrupto de dados e permite o processamento do que foi selecionado.

Em função do fluxo incessante de dados no universo digital, a "economia da atenção" levou ao desenvolvimento de uma linguagem própria com estratégias específicas. Essa linguagem torna-se virulenta, violenta e agressiva, como método de tornar uma voz audível em um mundo de vozes concorrentes. O "*clickbait"* serve como uma forma de se destacar no fluxo contínuo de dados simultâneos. O universo digital transforma a economia em uma *"e-economy*", alterando a paisagem econômica do mundo globalizado em que vivemos.

Considerando as dimensões citadas, observa-se uma grande similaridade entre a extrema direita e os algoritmos. Ambos aceitam apenas aquilo que é um reflexo de si mesmos. Na retórica do ódio promovida por esse grupo, há uma vontade de eliminar a política, pois não há política sem o reconhecimento do outro. O outro é sempre diverso em relação a mim, e por isso, a política é a arte da negociação das diferenças e das concessões possíveis. Para a extrema direita, cuja visão de mundo é necessariamente algorítmica, não pode haver política. Assim, o projeto político deles é a despolitização da pólis por meio do afeto, visando impor uma estrutura mimética (girardiana) planetária.

A linguagem política da extrema direita é uma disputa feroz pela economia da atenção *online*. Prática comum em partidos de extrema direita é ter no YouTube canais como "TV Bolsonaro" e "TV Chega", entre outros. Esses canais apresentam uma sucessão de discursos cortados e sempre semelhantes, como "André Ventura arrasa com Pedro Nuno Santos" (Chega TV,

2019), "André Ventura destrói a esquerda" (Chega TV, 2020) e "André Ventura arrasa Governo" (Chega TV, 2022). Ou seja, a forma de comunicação desses políticos é sempre em tons elevados, carregada de uma violência simbólica e virulência discursiva consideráveis.

A extrema direita compete de maneira desinibida na economia da atenção digital, transformando-se em uma máquina de monetização em diversos contextos. Figuras como André Ventura, Jair Bolsonaro, Donald Trump, Andrei Duda, Bukele, Duterte, e Viktor Orbán frequentemente solicitam recursos financeiros para "apoiar" e "colaborar", lançando campanhas de arrecadação de fundos para melhor protestar "contra o avanço internacional da esquerda". Esses líderes também oferecem cursos para enfrentar a "hegemonia intelectual da esquerda".

A extrema direita traduz para a esfera política os mecanismos da economia digital, configurando-se como uma enorme máquina de politização. A radicalização da extrema direita tornou-se um produto de nicho. Em relação ao universo digital, essa vertente política apresenta um conjunto de afinidades estruturais que muitas vezes passam despercebidas.

Fatos que, do ponto de vista objetivo, são evidentemente equivocados, transformam-se em delírios coletivos que impulsionam os políticos da extrema direita ao poder. A alquimia que ocorre, quando, inicialmente, uma fake news ou uma teoria conspiratória transforma-se em realidade política objetiva, mobilizando, assim, milhões de pessoas nas eleições.

Sigmund Freud, em "O Futuro de uma Ilusão", trabalha o conceito de "erro" e ilusão. Neste ensaio, publicado em 1927, o "erro" é um equívoco na ordem do objetivo, passível de correção uma vez identificado. Já a ilusão é um equívoco que representa um sintoma, uma projeção de um desejo. Freud exemplifica isso com a crença de Cristóvão Colombo de ter chegado às Índias, quando, na verdade, havia descoberto a América.

A extrema direita transnacional especializou-se em transformar erros em ilusões. Por exemplo, na eleição brasileira de 2018, a campanha de Jair Bolsonaro alegava a existência de um "kit gay" que supostamente visava mudar a orientação sexual das crianças, algo que nunca existiu. Bolsonaro triunfou ao transformar esse erro em ilusão.

Quando a ilusão torna-se coletiva e mobiliza milhões de pessoas, ela atinge o patamar de ilusão coletiva, transformando-se em realidade política concreta. Esse é um padrão da extrema direita global.

Essa ilusão propaga-se, principalmente, por meio das redes sociais, que abrigam um "ecossistema de desinformação" baseado em uma midiosfera extremista. A midiosfera extremista que produz conteúdo audiovisual 24/7, disseminado por correntes de WhatsApp

e Telegram, e por circuitos integrados de canais do YouTube. Muitos conteúdos que circulam em WhatsApp e Telegram nas referidas plataformas são recortes do material produzido pelo YouTube. Adicionalmente, a "média amigo" - veículos de comunicação tradicionais como o grupo Jovem Pan no Brasil, Fox nos EUA e La Nación na Argentina - desempenham um papel crucial. Quando uma *fake news* do submundo digital chega à mídia tradicional, ela é reformulada e retorna ao submundo com um "selo" de veracidade.

Esses elementos, combinados com o fato de que muitos partidários da extrema direita se informam-se exclusivamente por essa midiosfera extremista, resultam em dissonância cognitiva coletiva, colapso hermenêutico e realidade política concreta para essas pessoas. milhares de indivíduos abraçam a midiosfera extremista, comprometendo-se a obterem informação apenas por esse meio e inclusive, acreditando que seu conteúdo é verdadeiro, criando uma "verdade política absoluta" para esse grupo.

A retórica do ódio é central para a estratégia da extrema direita, funcionando como uma pedagogia cotidiana de desumanização do outro. Em contextos específicos, essa retórica é adaptada de acordo com o alvo: na Europa, geralmente, é o imigrante; na América Latina, o comunista, entre outras variações. Sendo uma retórica, trata-se de um discurso estruturado e adaptável ao público-alvo, com o objetivo de gerar um afeto específico: o ódio. Esse discurso domina as redes sociais, promovendo uma pedagogia diária de desumanização, que é a antessala da violência.

Grande parte da estratégia da extrema direita, articulada internacionalmente, visa produzir caos cognitivo. Tal método não implica uma teoria da conspiração, mas sim engenhosidades desenvolvidas por figuras como Steve Bannon e Olavo de Carvalho. Casos exemplares como o da Cambridge Analytica demonstram a transferência de estratégias de marketing de produtos para campanhas políticas, conhecidas como microdirecionamento digital, pelas quais o eleitor é visto como um perfil de usuário, ao invés de um eleitor tradicional.

O caos cognitivo fomentado pela extrema direita teve duas abordagens iniciais que a tornaram visível no cenário global: o negacionismo climático e o revisionismo histórico. A combinação dessas duas abordagens gerou um caos cognitivo.

A hermenêutica, ou a condição humana, é uma forma de processamento de dados que depende de uma narrativa, como um eixo de organização social presente em todas as culturas, sendo, portanto, uma característica universal. A hermenêutica depende de uma defasagem temporal entre a ação, sua transmissão, recepção imediata e seu processamento (interpretação). Sem essa defasagem temporal, disciplinas como a filologia não seriam possíveis. A filologia, por exemplo, parte do princípio de que se trabalha com um texto

pertencente a um contexto tão diverso do atual que uma ponte hermenêutica é necessária. Desse modo, A hermenêutica implica que o passado possui uma linguagem que não é imediatamente compreensível, necessitando de instrumentos filológicos e linguísticos para compreender mentalidades e formas de pensamento que já não persistem.

A existência humana é marcada pela defasagem temporal, refletindo nossa compreensão da finitude. As redes sociais, por outro lado, operam em um tempo maquínico, caracterizado pelo "aqui e agora", de forma contínua e simultânea.

4. Estratégia de Investigação

Este estudo utiliza metodologia qualitativa, fundamentada na Análise Crítica do Discurso e Pesquisa Documental Qualitativa aplicada à Sociologia da Informação**;** uma estratégia de investigação que consideramos eficaz para analisar eventos contemporâneos em seus contextos reais, sem a necessidade de controles ou manipulações, o que poderia ser prejudicial ao processo de investigação (Benbasat et al., 1987; Dooley, 2002; Rowley, 2002; Yin, 1994). A relevância do contexto é fundamental, uma vez que os estudos de caso permitem investigar fenômenos complexos dentro de seus contextos reais (Dooley, 2002; Hartley, 2004; Rowley, 2002; Yin, 1994), abordando situações com limites indefinidos e explorando a interação entre fenômeno e contexto (Dooley, 2002; Gil, 1999; Hartley, 2004).

A escolha entre estudo de caso único ou múltiplo depende dos objetivos da pesquisa. O estudo de caso único permite uma descrição mais detalhada do contexto e é adequado para casos críticos ou reveladores (Dyer & Wilkins, 1991; Rowley, 2002; Yin, 1994). Em contrapartida, o estudo de múltiplos casos facilita a replicação, testagem e incremento teórico, além de promover conclusões mais teóricas do que empíricas (Benbasat et al., 1987; Eisenhardt & Graebner, 2007; Hartley, 2004; Rowley, 2002; Voss et al., 2002; Yin, 1994).

A seleção dos casos deve considerar os objetivos da pesquisa e as questões investigativas, maximizando a compreensão do problema e a extensão teórica (Eisenhardt & Graebner, 2007; Rowley, 2002; Stake, 1995). Além disso, devem ser ponderadas restrições práticas como acesso a dados e recursos disponíveis (Rowley, 2002). Uma descrição detalhada dos casos aumenta a aplicabilidade dos resultados em outras situações pela maior comparabilidade (Goertz & LeCompte, 1984), permitindo generalização naturalística e analítica (Lincoln & Guba, 2000; Rowley, 2002; Stake, 2000; Yin, 1994).

O diálogo com a teoria é essencial para a consistência e contribuição teórica do estudo. Comparar os achados com a literatura existente, auxilia a identificar inconsistências e necessidades de aprofundamento teórico (Eisenhardt, 1989; Hartley, 2004).

4.1 Delimitação da Pesquisa

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o impacto da propagação da informação na era digital e seu potencial para desencadear um colapso hermenêutico, comprometendo a capacidade de interpretação da realidade. Para tal, foi escolhido o período entre 2018 e 2023, devido às profundas transformações no ecossistema informacional global e seu impacto na política e na sociedade. Esse intervalo abrangeu eventos críticos, como:

- Eleição presidencial de 2018 no Brasil, com a ascensão de um discurso polarizador e forte uso de redes sociais;

- O mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), período marcado por intensos debates sobre desinformação e polarização política;

- Os atos de 8 de janeiro de 2023, momento em que ocorre a invasão e vandalização do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) e que ilustraram como a propagação da desinformação poderia influenciar comportamentos políticos extremos.

A escolha desse período permitiu compreender como a velocidade da circulação da informação e as mudanças tecnológicas contribuíram para a fragmentação da compreensão coletiva, porém, para chegar ao 8 de janeiro de 2023, temos de iniciar a investigação a partir de 2018, ano em que decorre a eleição presidencial no Brasil com a vitória de Jair Bolsonaro.

A ocorrência de violência física no evento de 8 de janeiro foi precedida por um fenômeno de violência simbólica que desempenhou um papel significativo ao longo e antes do mandato do presidente Jair Bolsonaro, integrando-se à estratégia de comunicação política do Governo Federal. Essa violência simbólica, normalizada nos altos escalões do governo, foi amplamente disseminada entre os apoiadores do ex-presidente, servindo como ferramenta para silenciar críticas e descredibilizar opositores. Esse processo culminou em uma escalada de agressão e intolerância, resultando na tentativa de impedir o diálogo democrático por meio do ataque às instituições democráticas. Seguem, abaixo, algumas declarações proferidas antes e durante o período eleitoral que levou Jair Bolsonaro à presidência.

> Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. (The Intercept Brasil, 2018)

> Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho queo regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não,matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente. (CartaCapital, 2018)
>
> O erro da ditadura foi torturar e não matar. (IstoÉ, 2018)
>
> Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem (IstoÉ, 2018)
>
> Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre. (Globo.com, 2018)
>
> Petralhada, vai tudo vocês pra ponta da praia. (Folha de S.Paulo, 2018)

A transição da violência verbal para a ação física confunde-se com o processo de radicalização dos manifestantes. A análise detalhada da origem, disseminação e manifestação concreta desse discurso acredita-se estarem vinculadas ao que está nomeado, no presente trabalho, como colapso hermenêutico.

4.2 Método de Seleção

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, interpretativa e crítica, situada no campo da Sociologia da Informação e da Comunicação, articulando a Análise Crítica do Discurso (ACD) com a Pesquisa Documental Qualitativa. Esta escolha metodológica decorre diretamente da natureza do objeto de investigação, que não se reduz à circulação de conteúdos informativos, mas incide sobre processos sociais de produção de sentido, profundamente condicionados por regimes técnicos de comunicação, temporalidades aceleradas e dinâmicas afetivas.

A investigação parte do pressuposto de que a informação, longe de constituir um dado neutro ou meramente instrumental, é um fenómeno social, simbólico e político, historicamente situado e tecnologicamente mediado. Assim, o estudo afasta-se de perspetivas positivistas ou funcionalistas da informação e inscreve-se numa abordagem crítica que compreende a informação como prática social, atravessada por relações de poder, dispositivos técnicos e enquadramentos discursivos.

Neste sentido, o foco da investigação não reside na verificação da veracidade factual de conteúdos isolados, mas na análise de como determinadas narrativas se tornam socialmente eficazes, mobilizando crença, identificação e ação coletiva, mesmo quando dissociadas de critérios clássicos de verdade. Tal deslocamento metodológico é coerente com o conceito central da tese, colapso hermenêutico, entendido como a erosão das condições que permitem a interpretação partilhada da realidade.

A metodologia adotada visa, assim, apreender a informação enquanto processo, envolvendo produção, circulação, receção, interpretação e reação, frequentemente ocorrendo de forma simultânea no ambiente digital. Esta simultaneidade, entre ação, transmissão e receção, constitui um elemento estruturante da análise, uma vez que compromete a defasagem temporal necessária à interpretação reflexiva, elemento central das tradições hermenêuticas clássicas.

O estudo incide sobre o período compreendido entre 2018 e 2023, recorte temporal que abrange a eleição presidencial no Brasil, a consolidação de ecossistemas digitais de desinformação e os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Estes eventos são analisados não como episódios isolados, mas como manifestações de um processo cumulativo de degradação interpretativa, no qual a aceleração informacional, a fragmentação narrativa e a

mobilização afetiva substituem progressivamente a mediação simbólica e a deliberação racional.

Justificação da Abordagem Qualitativa

A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pelo facto de o objeto de estudo se situar no domínio dos significados, narrativas e interpretações, e não no da mensuração de variáveis quantificáveis. Fenómenos como desinformação, polarização e colapso hermenêutico não podem ser adequadamente compreendidos por métricas de frequência ou alcance, pois operam sobretudo ao nível da construção simbólica da realidade e da reorganização dos regimes de crença.

A metodologia qualitativa permite captar:

- a complexidade dos discursos políticos e mediáticos;
- as ambiguidades e contradições internas das narrativas analisadas;
- a dimensão afetiva da comunicação digital;
- e os deslocamentos interpretativos produzidos pela simultaneidade informacional.

Além disso, esta abordagem possibilita analisar não apenas o que é dito, mas como é dito, em que contexto, por quem e com que efeitos potenciais, elementos centrais para compreender a eficácia social da desinformação e a fragilização dos processos interpretativos.

Análise Crítica do Discurso como Eixo Central

A Análise Crítica do Discurso (ACD) constitui o eixo metodológico central da investigação, sendo utilizada para examinar discursos políticos, mediáticos e digitais enquanto práticas sociais performativas, capazes de produzir efeitos materiais na organização da vida coletiva. A ACD permite compreender a linguagem não como mero reflexo da realidade, mas como instância ativa de produção, estabilização e disputa de sentidos.

No contexto desta investigação, a ACD revelou-se particularmente adequada para analisar:

- a construção discursiva de identidades políticas;

- a produção simbólica do inimigo e da ameaça;
- a normalização da violência discursiva;
- a simplificação moral e cognitiva de fenómenos complexos;
- e a transformação de narrativas fragmentadas em realidades socialmente operativas.

A análise discursiva incidiu tanto sobre o conteúdo explícito das mensagens quanto sobre os seus pressupostos implícitos, silêncios, metáforas recorrentes, enquadramentos narrativos e estratégias retóricas. Particular atenção foi dedicada às formas discursivas que operam por repetição, choque afetivo e simultaneidade, em detrimento da argumentação racional ou da coerência lógica.

Neste enquadramento, a desinformação é analisada não apenas como falsidade factual, mas como dispositivo de desorganização hermenêutica, que compromete a distinção entre facto, opinião, crença e ficção, dificultando a construção de um horizonte interpretativo comum.

Constituição do Corpus Documental

A investigação recorreu à Pesquisa Documental Qualitativa como procedimento fundamental para a constituição de um corpus empírico capaz de refletir a complexidade dos processos contemporâneos de propagação da informação. A escolha desta metodologia decorre da necessidade de analisar discursos e narrativas produzidos em diferentes níveis do espaço público, desde o institucional ao informal, bem como em distintos suportes técnicos, cujas lógicas de funcionamento influenciam diretamente a forma, o alcance e a receção da informação.

O corpus documental foi constituído a partir de quatro grandes conjuntos de fontes:

1. Redes sociais digitais, nomeadamente Twitter/X, WhatsApp e Telegram, analisadas enquanto infraestruturas técnicas privilegiadas da circulação acelerada de informação e desinformação. Estas plataformas não são compreendidas apenas como meios neutros de transmissão, mas como dispositivos sociotécnicos que moldam a temporalidade da comunicação, favorecem a simultaneidade entre produção, transmissão e receção e amplificam conteúdos com elevado potencial afetivo e polarizador.

2. Artigos jornalísticos de meios de comunicação nacionais e internacionais de referência, como *Folha de S.Paulo*, *The Guardian* e *BBC*, utilizados para analisar os enquadramentos mediáticos dos acontecimentos, as disputas narrativas em torno da factualidade e os esforços de reconstrução interpretativa do espaço público.
3. Discursos políticos, incluindo pronunciamentos oficiais, entrevistas, debates e declarações públicas de atores políticos relevantes, com especial atenção à retórica utilizada, à construção de identidades coletivas e à produção simbólica de inimigos e ameaças.
4. Relatórios institucionais e produção académica, mobilizados para contextualização teórica, validação cruzada da informação recolhida e enquadramento analítico dos fenómenos observados.

A diversidade das fontes permitiu captar registos discursivos heterogéneos, evidenciando a fragmentação do espaço público contemporâneo e a coexistência de regimes concorrentes de produção de sentido.

Critérios de Seleção e Delimitação do Corpus

O processo de seleção do corpus obedeceu a critérios rigorosos de inclusão e exclusão, organizados em etapas sucessivas:

I. Critérios de inclusão

- Período temporal: conteúdos produzidos entre 2018 e 2023, abrangendo o ciclo político iniciado com a eleição presidencial brasileira e culminando nos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023.
- Relevância temática: materiais relacionados com propagação da informação, desinformação, fake news, polarização digital, sobrecarga cognitiva, simultaneidade informacional e colapso hermenêutico.
- Tipo de fonte: redes sociais digitais, imprensa, discursos políticos, relatórios institucionais e produção académica.
- Línguas: português, inglês e francês.
- Contexto geográfico: prioridade para o Brasil, com inclusão de estudos comparativos internacionais sempre que relevantes para o enquadramento analítico.

II. Triagem

- leitura de títulos e resumos;
- seleção preliminar com base na adequação temática;
- leitura integral dos materiais selecionados, avaliando consistência teórica, pertinência empírica e contributo analítico.

III. Organização do corpus

- categorização dos documentos por eixos temáticos;
- identificação de padrões discursivos recorrentes;
- articulação entre diferentes níveis de produção discursiva.

Este procedimento permitiu a construção de um corpus coerente, suficientemente amplo para captar a diversidade dos fenómenos analisados, mas simultaneamente delimitado de forma a garantir profundidade interpretativa.

Procedimentos Analíticos

A análise do corpus foi conduzida a partir de três níveis complementares, articulando texto, contexto e técnica:

1. Análise textual, centrada na identificação de padrões discursivos, escolhas lexicais recorrentes, metáforas, enquadramentos narrativos e estratégias retóricas. Este nível permitiu observar a simplificação simbólica de fenómenos complexos, a repetição estratégica de termos e a mobilização de afetos como medo, ressentimento e indignação.
2. Análise contextual, relacionando os discursos analisados com eventos políticos concretos, crises institucionais, transformações tecnológicas e disputas simbólicas em curso. Esta dimensão foi fundamental para evitar leituras descontextualizadas e compreender os discursos como práticas socialmente situadas.
3. Identificação de dispositivos de desinformação, incluindo técnicas de manipulação narrativa, circulação de fake news, produção de ambiguidades interpretativas e formas de receção social. A desinformação é analisada não apenas enquanto falsidade factual, mas enquanto estratégia de saturação informacional, capaz de produzir confusão, cansaço cognitivo e paralisia interpretativa.

Triangulação Metodológica

Com vista a assegurar rigor analítico e coerência interpretativa, foi adotada uma estratégia sistemática de triangulação metodológica, articulando:

- diferentes tipos de fontes;
- múltiplos níveis de análise;
- e diversas perspetivas teóricas.

A triangulação permitiu:

- reduzir enviesamentos interpretativos;
- reforçar a validade interna da análise;
- identificar regularidades discursivas transversais a diferentes plataformas;
- compreender a articulação entre discurso, tecnologia e afeto.

Esta estratégia revelou-se particularmente relevante para o estudo da desinformação, entendida como fenómeno estrutural e relacional, que emerge da interação entre plataformas digitais, atores políticos, audiências e dispositivos técnicos.

Articulação Metodológica com o Evento de 8 de Janeiro de 2023

Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 são analisados neste trabalho como um evento-limite, no qual se tornam visíveis os efeitos acumulados da degradação dos regimes interpretativos. Metodologicamente, este evento não é tratado como objeto isolado, mas como ponto de condensação de narrativas, afetos e dispositivos de desinformação previamente disseminados.

A análise do 8 de janeiro articula:

- discursos produzidos antes, durante e após o evento;
- circulação de conteúdos digitais em tempo real;
- reações imediatas e contraditórias no espaço público;
- e esforços posteriores de reconstrução narrativa.

Este enquadramento permitiu observar, de forma particularmente clara, a simultaneidade

entre ação, transmissão e receção, elemento central do conceito de colapso hermenêutico desenvolvido na tese.

Limites e Alcance da Investigação

Importa reconhecer os limites inerentes à metodologia adotada. Tratando-se de uma investigação qualitativa, o estudo não pretende oferecer generalizações estatísticas, mas interpretações analíticas aprofundadas de fenómenos socialmente relevantes. Além disso, a natureza dinâmica das plataformas digitais implica que parte do material analisado se encontre em permanente transformação ou desapareça ao longo do tempo.

Estes limites não comprometem a validade da investigação, uma vez que o objetivo central não é a exaustividade empírica, mas a compreensão crítica dos processos sociais de produção de sentido na era digital.

Ancoragem Teórica da Metodologia

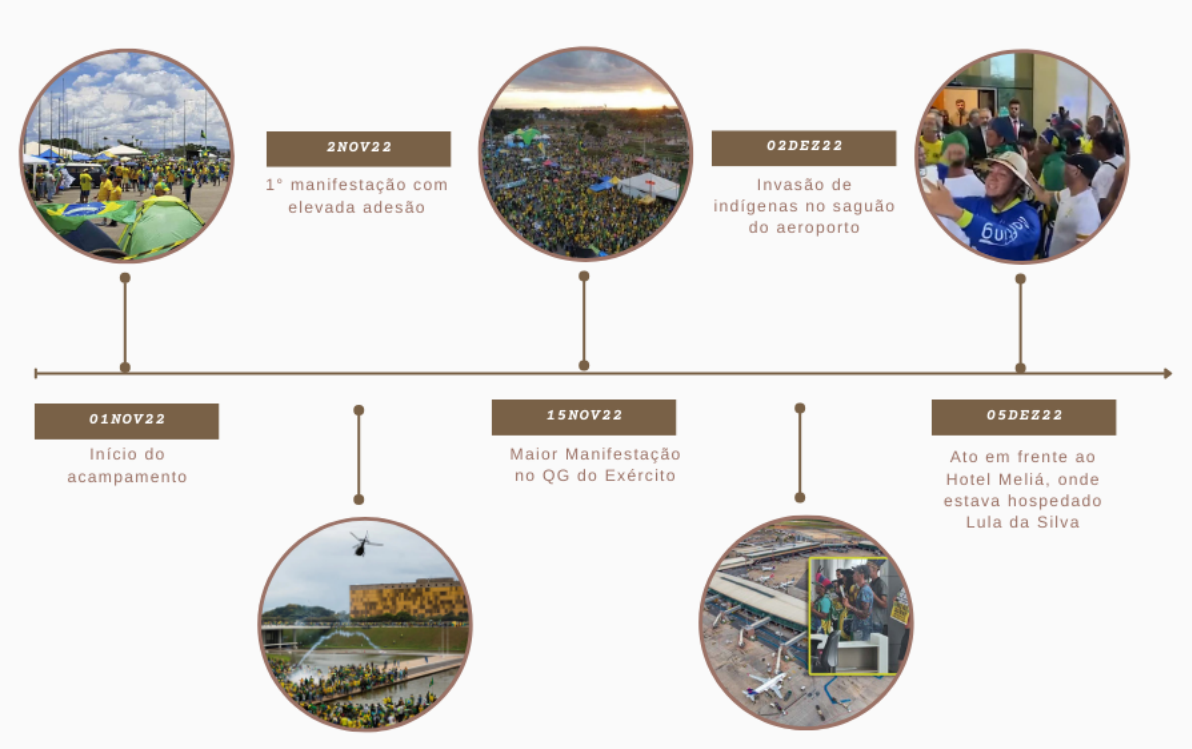
A estratégia metodológica adotada encontra-se teoricamente ancorada em autores como Walter Benjamin, Byung-Chul Han, Manuel Castells, Pierre Lévy e João Cezar de Castro Rocha, cujas reflexões permitem compreender:

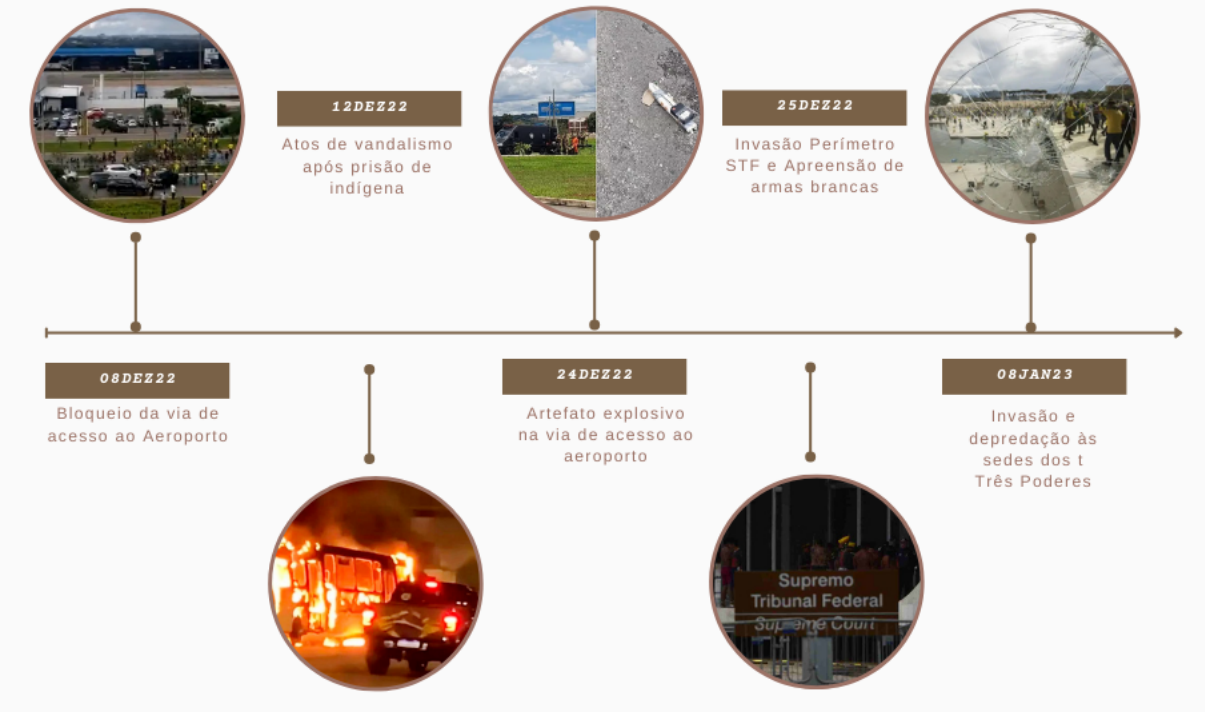
- a transformação dos regimes técnicos de comunicação;
- a aceleração do tempo social;
- a erosão da mediação simbólica;
- e a crise contemporânea da hermenêutica.

A metodologia, assim concebida, não funciona como etapa meramente instrumental da investigação, mas como parte integrante do próprio argumento teórico, refletindo a convicção de que apenas um método sensível à linguagem, à técnica e ao afeto é capaz de apreender os processos que conduzem ao colapso hermenêutico na sociedade digital.

4.3. O 8 De Janeiro De 2023

Este capítulo examina os acontecimentos do dia 8 de janeiro como foco principal. Em 8 de janeiro de 2023, o Brasil foi apanhado de maneira inesperada por um ataque, quando indivíduos, que se autodenominaram patriotas, invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), com o propósito de instigar uma intervenção militar contra o governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva, buscando restabelecer Jair Bolsonaro como presidente do Brasil.





(O Antagonista, 2023)

Aproximadamente 4 mil pessoas saíram do Quartel-General do Exército em Brasília e marcharam em direção à Praça dos Três Poderes, confrontando a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) na Esplanada dos Ministérios. Antes das 15 horas, o grupo rompeu a barreira de segurança montada pelas forças de ordem e ocupou a rampa e o terraço do Palácio do Congresso Nacional, enquanto uma parte conseguiu invadir e depredar o Congresso, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal.

Para entender esse dia, é necessário retroceder a 2018, quando Jair Messias Bolsonaro havia acabado de vencer as eleições presidenciais. Um ponto central de sua narrativa política eleitoral foi o uso estratégico dos fundamentos da guerra cultural. Durante os quatro anos seguintes, o governo Bolsonaro implementou uma política de guerra cultural, caracterizada por uma máquina de criação de narrativas baseada em notícias falsas e teorias da conspiração, fabricando constantemente inimigos a serem eliminados e mantendo sua base mobilizada de forma permanente. A guerra cultural é uma poderosa estratégia eleitoral, uma vez que cria narrativas radicais: o bem versus o mal, o justo contra o injusto, e assim por diante.

A ideia de guerra cultural já havia ganhado forma no Ocidente desde a era moderna. Existe uma compreensão dessa guerra cultural que transcende a extrema-direita, mas é essencial fazer a distinção e observar um paralelo com o conceito inaugurado na modernidade, que

implica uma divisão qualitativa entre passado, presente e futuro.

O conceito central é que o presente adiciona ao passado elementos que nele não estavam, e o futuro trará novas adições ao presente. Assim, o presente é o futuro do passado, e o futuro transforma o presente em seu próprio passado. Em outras palavras, há um conflito geracional contínuo, como retratado no título de uma obra do século XIX, "Pais e Filhos" (Turguêniev, 2019), que explora justamente esse conflito geracional.

Esse conflito de gerações também é observável ao longo da história do Ocidente. Por exemplo, quando Camões escreveu "Os Lusíadas" (Camões, 1992), ele cita "as armas e os barões assinalados", referenciando a Eneida (Virgílio, 2014) com “Arma virumque cano”. Ele o faz para afirmar que, assim como Vasco da Gama ultrapassou as Colunas de Hércules, saindo do Mediterrâneo e alcançando a Ásia, ele, como poeta, também deveria ir além de Virgílio, daí o uso de “as armas e os barões assinalados”. A noção de que, na modernidade, o presente acrescenta ao passado um valor qualitativo sugere um constante choque de gerações e visões de mundo.

Na França, houve a famosa “querelle des Anciens et des Modernes” (disputa entre os antigos e os modernos) no século XVII; na Inglaterra, no século XVIII, a "Battle of the Books", que essencialmente era o mesmo tipo de confronto. Na Alemanha, no século XIX, surgiu pela primeira vez o termo “Kulturkampf”, referindo-se à luta pela posição que a igreja deveria ocupar no Estado moderno, num contexto em que o Estado prussiano tornava**-se** cada vez mais secular.

A ideia de guerra cultural, marcada por visões de mundo opostas, fundamenta as vanguardas históricas do século XX. A constante ideia de trazer o futuro ao presente, acelerar o tempo, afastando-se do passado, sugere um conflito inerente ao conceito de modernidade. Assim, a guerra cultural, em seu sentido mais nobre, envolve perspectivas divergentes, mas não necessariamente excludentes. Cada lado deve defender sua visão. A guerra cultural é, inicialmente, isso. A guerra cultural do século XXI é outra história.

A guerra cultural da extrema-direita é uma poderosa máquina eleitoral, profundamente associada ao tipo de circulação proporcionada pelo universo digital. Seu verdadeiro propósito é a criação contínua de inimigos imaginários, cuja existência gera pânico social, medo e inquietação. A resposta habitual a esse pânico é o ódio direcionado ao inimigo

imaginário. Dessa forma, a guerra cultural torna-se uma máquina eleitoral muito poderosa, pois, na história da humanidade, não há combustível mais inflamável que o ódio.

A guerra cultural é uma produção constante de narrativas polarizadoras, baseadas em notícias falsas e teorias da conspiração. O objetivo dessas narrativas é a criação incessante de inimigos fictícios. Sem esses inimigos, a guerra cultural da extrema-direita não prospera. Podemos, então, listar os inimigos imaginários da extrema-direita: na Europa, são os imigrantes; nos Estados Unidos, os chamados "chicanos", referindo-se genericamente a todos os imigrantes; e, no Brasil, o comunismo é sempre apontado como o grande adversário.

Portanto, a guerra cultural é uma produção em massa de narrativas cujo objetivo é fomentar uma visão de mundo belicosa, que busca a eliminação do "outro" e utiliza uma linguagem própria: a retórica do ódio.

A guerra cultural é a força motriz da extrema-direita transnacional, um movimento bem articulado. A ideia principal é que, para realmente chegar ao poder, é preciso conquistar corações e mentes, ou seja, através da cultura. Por isso, a extrema-direita no mundo todo tem, como alvos principais, a imprensa livre, a arte e a universidade: instituições críticas na reflexão sobre a realidade. É uma leitura enviesada e distorcida do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Em 1992, Pat Buchanan, candidato às primárias presidenciais do Partido Republicano, surpreendeu, ao declarar em seu discurso que aquela não era uma eleição comum: “We are fighting for the soul of America” (American History TV C-SPAN, 2024).

Inicialmente, a guerra cultural foi uma reação à contracultura nos Estados Unidos e na Europa. Na França, foi uma resposta ao Maio de 68; nos EUA, ao movimento *hippie* e aos Panteras Negras. A contracultura, como movimento, foi absorvida pelo capitalismo que ela criticava, mas, como atitude, atingia a base do sistema. A contracultura abria mão da propriedade privada em todos os níveis, especialmente nas relações pessoais, e valorizava a experiência em detrimento da posse e da riqueza financeira. Essa visão identificava-se na guerra cultural principalmente com a Escola de Frankfurt, cujos pensadores, como Adorno, Horkheimer, Lowenthal e Herbert Marcuse, migraram para os EUA durante a Segunda Guerra Mundial.

Steve Bannon, em seu documentário “Generation Zero” (Documentary Films, 2017), discute a bolha financeira e a crise imobiliária, atribuindo a culpa da crise de 2008 à Escola de Frankfurt. Essa obsessão se justifica, porque Marcuse, no final dos anos 60, foi o grande inspirador da contracultura. A guerra cultural parte do princípio de que o que está em jogo é uma batalha pela definição da civilização, defendendo a civilização greco-romana-judaico-cristã.

Entretanto, a guerra cultural antecede o universo digital e a onipresença cotidiana das redes sociais. O que as redes sociais trazem de inédito na comunicação humana é a promessa de uma simultaneidade impossível. Nelas, uma ação, antes de ser concluída, já é transmitida e, assim sendo é rececionada, de modo que a interpretação de uma ação ainda inacabada impacta seu próprio curso. Essa simultaneidade gera um colapso hermenêutico e prejudica a contemplação, essencial para uma experiência estética autêntica.

4.3.1 - Radicalização do Comum

Inicialmente, devem-se observar os números após investigação, o Ministério Público Federal apresentou 1.390 acusações criminais: 239 contra perpetradores diretos envolvidos em invasões e vandalismo de prédios públicos (STF, Inq. 4.922/DF), e 1.150 contra instigadores, principalmente acampados, acusados de incitar crimes (STF, Inq. 4.921/DF).

Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF), aproximadamente 60% dos acusados são homens entre 36 e 55 anos, enquanto 40% são mulheres com média de 46,3 anos. A maioria provém de cidades do interior do Brasil, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Metade dos denunciados recebeu auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19, e menos de 20% têm filiação partidária. A grande maioria não possui antecedentes criminais (Agência Brasil, 2023).

Os insurgentes apresentam um perfil de atividades heterogêneo, abrangendo aposentados, servidores públicos, profissionais liberais, microempresários, agentes culturais, trabalhadores autônomos e donas de casa, entre outros. Há também diversidade quanto ao nível de escolarização, incluindo pessoas com formação superior, como professores, advogados, administradores e médicos veterinários, além de indivíduos com ensino fundamental incompleto (G1, 2023).

Esse fenómeno, aparentemente atípico, revela-se na descrição dos insurgentes como pessoas comuns, em sua maioria de meia-idade e de áreas rurais, sem histórico prévio de violência, com uma expressiva presença feminina.

Esse fenómeno pode ser analisado através de algumas perspetivas, uma primeira de “Massa e Poder” (Canetti, 1995) e também da "banalidade do mal", conceito desenvolvido por Hannah Arendt em sua obra "Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal" (Arendt, 1999). Inspirada pelo julgamento de Karl Adolf Eichmann, oficial nazista responsável por encaminhar inúmeros judeus ao extermínio durante o Holocausto, Arendt investigou como indivíduos comuns podem praticar atrocidades ao seguirem uma lógica burocrática e cumprirem ordens sem questionamento ético.

Ao acompanhar o julgamento de Eichmann, Arendt observou que ele não apresentava sinais evidentes de antissemitismo nem histórico de perturbações psicológicas. Era descrito como uma figura comum, cuja característica central era uma obsessão por reconhecimento e êxito

no trabalho, o que o levou a negligenciar as repercussões éticas e sociais de suas ações, focando-se apenas em sua ascensão pessoal.

Conforme Arendt, a racionalidade de Eichmann, desprovida de reflexões morais e centrada exclusivamente em metas individuais, representa um tipo de racionalidade autocentrada, que ignora as consequências coletivas. Embora Eichmann não buscasse o mal em si, ele transformou o mal em uma prática cotidiana e um meio para seu progresso social, justificando, assim, sua penalização. Desse modo, alguns elementos da tese de Arendt podem ser convocados para refletir sobre os manifestantes dos eventos de 8 de janeiro.

Ademais, conceitos discutidos em "Massa e Poder", de Elias Canetti, podem também ser considerados. O livro não se revela como um guia para se defender de déspotas e líderes autoritários que mobilizam populações. Canetti oferece um modelo mais sutil e paulatino, em que a massa busca sua mesma ampliação, necessitando de um movimento em direção específica para manter sua coesão interna.

As massas, segundo Canetti, movem-se rapidamente quando seus objetivos são próximos ou lentamente, como peregrinos guiados pela fé. Retrospetivamente, ao examinar o 8 de janeiro de 2023, pode-se identificar essa propensão à grandiosidade na massa que, após dias bloqueando rodovias, e meses protestando em quartéis, invadiu os edifícios dos Três Poderes em Brasília, destruindo tudo o que encontrava. A maculação dos símbolos institucionais, como a incineração de um exemplar da Constituição, destruição de mobiliário histórico, trajes ministeriais roubados. Houve, inclusive, algumas pessoas simulando atos escatológicos no Supremo Tribunal, refletindo como a degradação da simbologia estatal foi percebida pela massa, como engrandecimento de seu próprio coletivo.

A disposição da massa para a violência e sua moral elevada não emergiram apenas de uma forte determinação ideológica. Ao contrário, essas características intensificaram-se porque, após semanas de protestos, suas visões de grandeza não se confrontaram com a realidade externa.

Os manifestantes recorreram a métodos discutíveis para atingir seus objetivos, que consideravam legitimados de forma míope. Para assegurar a imposição de seu projeto político individualista sobre a vontade popular, utilizaram calúnias, difamações e injúrias contra opositores. Além disso, bloquearam vias públicas, limitando o direito de mobilidade

dos demais cidadãos, e incentivaram ações violentas e ilegais para alterar a ordem política democrática. Tentaram, pela força, modificar o regime político e o Estado de Direito. Essas ações, todas passíveis de enquadramento no Código Penal, foram naturalizadas como componentes de um projeto de poder.

Diante desse cenário, questiona-se o que leva um grupo inicialmente pacífico a desconsiderar a gravidade da violência e banalizar o mal. Por que pais e mães de família abandonam suas residências, entes queridos e empregos para viverem em acampamentos que defendem abertamente um golpe de Estado, e se envolvem em atos de violência e vandalismo que resultam na destruição do patrimônio público e constituem crimes contra o Estado Democrático de Direito?

É importante descartar a interpretação que associa os eventos de 8 de janeiro a fenômenos temporários, denominado pelos média brasileiros como comportamento de manada e psicologia das multidões.

O comportamento de manada, descrito pelo biólogo W. D. Hamilton (Hamilton, 1971), refere-se a grupos de animais que, instintivamente, aglomeram-se para reduzir o perigo ao fugir de um predador. Esse padrão, adaptativo e instintivo, resulta em uma ação coesa do grupo. Embora possa ser comparado a situações de pânico social em humanos, tal comportamento é inadequado para descrever os eventos de 8 de janeiro. Primeiramente, o movimento dos manifestantes foi coordenado e direcionado, não desordenado. Suas motivações baseavam-se na raiva e determinação, contrastando com o medo que impulsiona as manadas. A organização e planejamento evidenciam a consciência e determinação nas ações dos manifestantes.

O conceito de "multidão psicológica", de Gustave Le Bon (Le Bon, 2019), também é inadequado para explicar os eventos de 8 de janeiro. Segundo Le Bon, indivíduos em uma multidão tornam-se suscetíveis à sugestão, perdem o controle sobre si mesmos e são governados por uma "mente grupal" hipnótica, que suprime a subjetividade, levando a ações coletivas e irracionais. No entanto, os manifestantes de 8 de janeiro mantiveram discernimento e agiram de forma consciente e planejada, o que contradiz a ideia de uma "mente grupal" predominante.

Entre os processos essenciais de Le Bon está o anonimato, que proporciona aos indivíduos

um sentimento de invencibilidade e diminuição da responsabilidade pessoal, levando a um estado emocional e irracional. No entanto, os manifestantes de 8 de janeiro não estavam diluídos na multidão; ao contrário, transmitiam em tempo real suas ações pelas redes sociais, orgulhando-se de sua participação e documentando seus atos de vandalismo com *selfies.*

Dessa forma**,** podemos pensar também nos conceitos do livro "Multidão" (Hardt & Negri, 2004), a multidão é conceituada como algo distinto do povo. Diferentemente do povo, que pode ser visto como uma entidade homogênea, a multidão é uma composição de singularidades, um sujeito social cujas diferenças não se reduzem a uma uniformidade. Essa questão da diferença, na perspectiva dos autores, é central para entender a multidão, que não busca homogeneizar, mas sim valorizar a diversidade interna.

A multidão distingue-se de outras entidades coletivas, como as massas ou o populacho, pois apresenta uma multiplicidade interna que preserva e respeita as singularidades que a compõem. Esses sujeitos singulares, ainda que distintos, são capazes de agir em comum e autogovernar-se, formando uma força coletiva. Negri e Hardt utilizam conceitos marxianos para pensar em termos de classe, ainda que se afastem do marxismo ortodoxo. Eles exploram a ideia de uma "classe" que surge em contextos contemporâneos de produção biopolítica, nos quais todos os aspectos da vida social são envolvidos pelo capital e o biopoder.

Nesse contexto, a multidão representa um sujeito que está ao mesmo tempo imerso no trabalho e é objeto de uma exploração que forma o corpo do desenvolvimento global do capital. Os autores destacam que não existe mais um "exterior" ao capital, que permeia e controla todos os espaços da vida social. Ainda assim, dentro do espaço da exploração, manifestam-se formas de recusa, êxodo e resistência, que constituem possibilidades de luta contra a lógica do capital.

A partir dessa análise, Negri e Hardt propõem uma crítica à economia política da globalização, destacando os potenciais libertadores dos poderes comuns compartilhados pela multidão trabalhadora global. Eles estruturam uma visão que busca concretizar uma luta coletiva global, cuja classe não é apenas um conceito econômico, mas também um conceito biopolítico e político. Nesse sentido, a classe surge como uma coletividade em luta, que se expressa como uma força política capaz de articular resistências contra o domínio

global do capital.

O conceito de multidão apresentado pelos autores remete a uma multiplicidade irredutível, que não visa a suprimir diferenças em nome da unidade, mas sim afirmar as singularidades e potências de um coletivo global em luta.

Tanto o comportamento de manada quanto a ideia de uma mente coletiva referem-se a situações emergentes de contextos imprevistos, não se adequando a um movimento articulado e preparado, como o dos manifestantes que se deslocaram até Brasília após longas viagens. Embora alguns possam ter agido em resposta ao comportamento coletivo, o movimento global foi instigado por líderes em um movimento coordenado.

Portanto, não há justificativa para relativizar as ações dos depredadores; eles são plenamente responsáveis por suas condutas. Apesar de alertados sobre a ilegalidade de suas ações, escolheram agir de forma intencional e consciente contra o patrimônio público e as instituições democráticas.

Negar a responsabilidade dos indivíduos envolvidos nos eventos de 8 de janeiro, assim como no caso de Eichmann, implicaria negar-lhes autonomia, discernimento e, em última análise, sua humanidade, reduzindo-os a meros objetos de um ecossistema digital em busca de reconhecimento público.

Entretanto, punir apenas os executores e instigadores imediatos não aborda a questão central: como indivíduos aparentemente comuns adotaram posturas tão radicais? Como foram persuadidos a acreditar que assumir o controle do poder era justificável? Como chegaram ao ponto de abandonar suas residências e famílias, viajando até Brasília para atacar o Estado Democrático de Direito e cometer violações ao patrimônio público?

A resposta a essas questões, envolvendo a compreensão e desarticulação da dinâmica do extremismo, é crucial para evitar que o evento de 8 de janeiro torne-se o primeiro de uma série de ataques à democracia no Brasil. Muitos daqueles condenados pelo evento exibem suas tornozeleiras eletrônicas como símbolos de status social (Metrópoles, 2023). Esse comportamento, juntamente com a glamourização da violência antidemocrática por setores

da sociedade e da classe política[2], destaca a necessidade urgente de examinar os mecanismos de recrutamento da extrema-direita. Assim, é essencial ir além da punição, buscando entender as raízes do extremismo.

Hannah Arendt aborda a adesão das massas a movimentos antidemocráticos em sua obra "As Origens do Totalitarismo" (Arendt, 2012). Nesse contexto, a autora associa o apoio das massas, principalmente na Alemanha nazista e na União Soviética stalinista, a técnicas sofisticadas de manipulação.

Arendt distingue nitidamente o totalitarismo do autoritarismo. Enquanto as ditaduras se impõem pela força bruta, os regimes totalitários emergem de processos de propaganda (para aqueles ainda não convertidos) e doutrinação (para os já convertidos). A adesão da população é alcançada por meio da ideologia e do terror, configurando uma "guerra psicológica" que captura as consciências ao desarraigar a experiência humana.

Entre os exemplos analisados por Arendt, está a propaganda nazista, dos anos 1920, que concebeu e disseminou com sucesso a teoria de uma suposta conspiração judaica para dominar o mundo. Esse esforço propagandístico, ilustrado pelo texto apócrifo dos "Protocolos dos Sábios de Sião", também utilizado no Brasil como base para o Plano Cohen, que inspirou a decretação do Estado Novo em 1937, reciclava preconceitos antijudaicos difundidos desde a Idade Média. Esse mecanismo de bode expiatório permitia canalizar a raiva, resultante da derrota na Primeira Guerra Mundial, contra um alvo específico, disciplinando a violência.

Arendt observa que os nazistas renovaram a abordagem ao antissemitismo, elevando-o ao núcleo de seu programa político. O Partido Nazista estabeleceu requisitos de ascendência não-judaica para seus membros, promovendo o "arianismo" como princípio definidor de identidade. O Estado, sob controle nacionalista, foi instrumentalizado para preservar a pureza racial. Isso proporcionou, às massas atomizadas, um meio de autodefinição e identidade, restaurando uma dignidade anteriormente derivada de suas funções sociais e criando uma falsa estabilidade, tornando-as mais propensas à participação ativa no regime.

[2] A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou a Lei nº 13.530, de 7 de julho de 2023, que criou o Dia Municipal do Patriota no dia o dia 8 de janeiro. Diante da repercussão social negativa, o mesmo órgão legislativo aprovou a revogação da referida legislação, por meio da Lei nº 13.612, de 29 de agosto de 2023.

> Isso deu às massas de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis um meio de se autodefinirem e identificarem, não somente restaurando a dignidade que antes lhes advinha de sua função na sociedade, como também criando uma espécie de falsa estabilidade que fazia deles melhores candidatos à participação ativa. (Arendt, 2012, p. 406)

É pertinente destacar, conforme observado por Arendt, que "o objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização" (p. 411). Em outras palavras, os regimes totalitários não se dedicam a introduzir novas ideologias, o que exigiria um esforço de persuasão; ao contrário, eles selecionam elementos de ideologias preexistentes, como o antissemitismo e o anticomunismo, reutilizando-os como base para a construção de um mundo aparentemente lógico, coerente e organizado. Tal mundo fabricado é mais atraente e reconfortante, visto que é percebido como estável e binário, em contraste com o mundo real, que é excessivamente heterogêneo e fluido.

> Arendt observa que "as massas modernas não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si". O que convence as massas não são os fatos, mesmo que inventados, mas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte (Arendt, 2012. p. 401)

Para compreender o fenômeno da fanatização, que contraria o próprio instinto de autopreservação, é essencial recorrer à psicologia experimental e social.

> *[Olavo de Carvalho] é uma inspiração, e sem ele Bolsonaro não existiria (Folha de S.Paulo, 2019).*

> *Foi a divina providência que guiou o Brasil por todas essas etapas, reunindo as ideias de Olavo de Carvalho com a determinação e o patriotismo de*

Bolsonaro? Eu acho que sim (El País Brasil, 2018).

No Parágrafo 13 de sua obra "O Jardim das Aflições" (1995), Olavo de Carvalho, frequentemente identificado como o "guru" do bolsonarismo, descreve detalhadamente a metodologia para o estabelecimento da "escravidão psicológica":

> "1. É possível alterar a personalidade e as convicções de um indivíduo, levando-o ao esgotamento resultante da estimulação contraditória (Pavlov).
> 2. Uma vez produzida uma descarga emocional por esses meios, a mesma reação pode ser repetida mediante estímulos progressivamente mais fracos. A pessoa submetida a esse tratamento torna-se dócil, crédula e dependente (Sargant).
> 3. A estimulação contraditória pode ser realizada por meios subliminares, sem que a vítima perceba o que está acontecendo (Bandler e Grinder).
> 4. A técnica pode ser aplicada simultaneamente a todos os membros de uma coletividade, desde que se sintam desconectados de suas raízes sociais e afetivas (Conway e Siegelman). Os resultados serão mais rápidos do que em um indivíduo isolado.
> 5. O fator decisivo é o controle planejado do fluxo de informações, que pode ser realizado à distância" (Carvalho, 2015, p. 78-79.).

A técnica de manipulação psicológica delineada pelo autor pode ser sintetizada em três fases distintas: 1) introdução de estímulos contraditórios para induzir dissonância cognitiva; 2) estabelecimento de fidelidade ou submissão voluntária, seja a uma seita ou a um líder carismático; e 3) desenraizamento social, promovido pela ruptura de laços familiares e sociais externos.

Não se busca aqui afirmar que o bolsonarismo adotou integralmente os ensinamentos de sua principal influência intelectual para conquistar adeptos, visto que os "passos" dessa estratégia são complexos e referem-se primariamente à primeira etapa, ou seja, à introdução

de estímulos contraditórios.

No entanto, é crucial ressaltar que Olavo de Carvalho exerceu um papel central na ascensão da extrema direita brasileira, especialmente por meio de sua trilogia publicada nos anos 1990, composta por obras como "A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci" (1994), "O Jardim das Aflições: De Epicuro à Ressurreição de César" (1995) e "O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras" (1996).

Além disso, é relevante observar que Carvalho lançou o podcast *True Outspeak* em dezembro de 2006 e, em março de 2009, o Curso Online de Filosofia, ambos servindo como importantes incubadoras de líderes e expoentes da direita e da extrema-direita. Entre esses líderes, destacam-se figuras associadas ao bolsonarismo, como Flávio Morgenstern, Allan dos Santos, Filipe Martins e Nando Moura.

Ademais, a relação próxima entre a família Bolsonaro e Olavo de Carvalho, frequentemente sintetizada pelo termo "bolsolavismo" (O Antagonista, 2020), é evidente e foi objeto de investigação no âmbito do Inquérito 4784 (Supremo Tribunal Federal, 2021, Inq. 4784). A simbiose entre o olavismo e o bolsonarismo foi fundamental para a ascensão deste último ao poder, ilustrada, por exemplo, na primeira transmissão ao vivo de Jair Bolsonaro após sua eleição, na qual exibia uma cópia do livro de Carvalho intitulado "O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota", cuja vendagem ultrapassou 400 mil exemplares.

Diante disso, as semelhanças entre as técnicas de manipulação da mente coletiva propostas por Olavo de Carvalho e aquelas observadas no discurso e nas ações dos manifestantes do 8 de Janeiro não parecem ser meras coincidências. O roteiro delineado por Carvalho décadas antes da ascensão de Bolsonaro oferece um arcabouço útil, se não verídico, para a análise do processo de radicalização e escalada golpista observado.

Todos os procedimentos mencionados por Carvalho são enquadrados pelo autor como "estimulação contraditória", caracterizada pela introdução de elementos que geram tensão com o intuito de induzir em confusão mental. Esse processo implica minar o sistema de crenças dos destinatários por meio de uma sobrecarga de informações incoerentes, levando-os a perder a noção do real.

O principal mecanismo para essa desestabilização coletiva é a disseminação de teorias

conspiratórias que questionam os conhecimentos estabelecidos e as fontes de informação. Esse fenômeno é amplamente ilustrado na história recente, ao ponto de a Universidade de Oxford eleger "pós-verdade" como a palavra do ano de 2016 (Nexo Jornal, 2016). O conceito passou a predominar na esfera pública, indicando que os fatos objetivos passaram a ter menos influência do que apelos às emoções e crenças pessoais.

Essa tendência está intrinsecamente ligada à descentralização dos meios de comunicação, que eliminou os filtros, conhecidos como "gatekeepers", responsáveis por triar e verificar as informações antes de sua divulgação. Os "fatos alternativos", muitas vezes protegidos pelo anonimato e justificados pela suposta liberdade de expressão, encontraram terreno fértil nos ecossistemas digitais, cujos algoritmos desempenham um papel crucial. No entanto, mesmo veículos de mídia tradicionais, sob a óptica da falsa equidade, deram espaço significativo e desproporcional a argumentos tendenciosos e desprovidos de embasamento empírico.

4.3.2 - Pandemia e Paranoia

Durante a pandemia de COVID-19, a disseminação em massa de informações falsas resultou em inúmeras perdas de vidas humanas. O movimento antivacina, que encontrou ressonância em altos escalões da administração Bolsonarista, representou uma ameaça contínua à saúde pública, acarretando ainda mais perdas.



Figura 2:Declarações do Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sobre pandemia de Covid-19 (Valor Econômico, 2022).

No contexto brasileiro, as notícias falsas, conhecidas como "fake news", emergiram como uma estratégia política disseminada, especialmente durante o processo que levou Jair Bolsonaro ao poder. Essa prática contribuiu para o agravamento da polarização política e para a indução de uma desestabilização coletiva por meio da promoção de informações contraditórias e enganosas.



Figura 3: Post de Jair Bolsonaro na rede social Twitter (Bolsonaro, 2024).

Entre as teorias conspiratórias mais difundidas, destacam-se as chamadas criptocracias, que postulam a existência de uma governança secreta, operando nos bastidores dos poderes do Estado. Essa entidade clandestina é percebida como possuidora de uma agenda própria e de objetivos que supostamente prevalecem sobre as autoridades legalmente constituídas (Byford, 2021). O conceito de governo-sombra, ou governo paralelo, é frequentemente associado aos "Illuminati", à maçonaria, a grupos econômicos ou a quaisquer outros adversários imaginários. A noção, muitas vezes expressa sob o termo "Deep State" (Estado Profundo), foi popularizada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

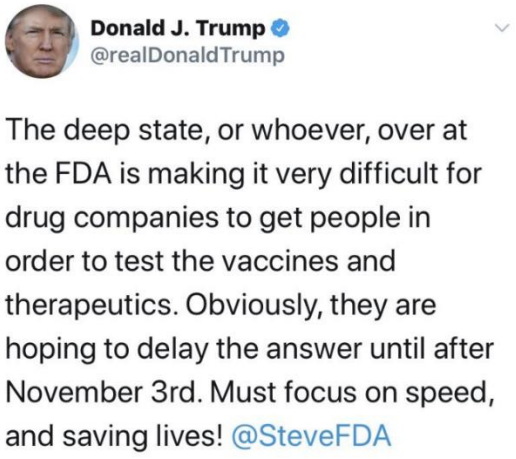


Figura 4: Post de Jair Bolsonaro na rede social Twitter (Trump, 2023).

Uma variante específica das doutrinas criptocráticas é o QAnon, uma teoria conspiratória que emergiu a partir de uma publicação em um fórum de discussão anônimo, o 4chan. A publicação, cujo usuário não é identificado, conhecido apenas como "Q", alegava possuir acesso a informações confidenciais do governo dos Estados Unidos e expunha uma suposta conspiração global, envolvendo figuras proeminentes descritas como satanistas.

> [e]xiste uma cabala mundial de pedófilos que adoram Satanás e que governam o mundo; essencialmente, eles controlam tudo. Controlam os políticos e controlam a mídia. Controlam Hollywood e encobrem sua existência. E eles teriam continuado a governar o mundo, não fosse a eleição do presidente Donald Trump, que foi eleito para acabar com a cabala e cujas lutas nos bastidores estão sendo reveladas por "Q". "A Tempestade" é um evento antecipado, no qual milhares de pessoas, membros da cabala, serão presas, possivelmente enviadas para a prisão da Baía de Guantánamo, ou enfrentarão tribunais militares, e os militares dos EUA assumirão brutalmente o país. O resultado será a salvação e uma utopia na terra. (Reid, 2021)

A doutrina do QAnon endossava a administração de Donald Trump, defendendo inclusive a intervenção militar nos Estados Unidos, e diversos de seus seguidores estiveram envolvidos na invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, ilustrando o impacto potencial da estimulação contraditória sobre a coletividade (O Globo, 2024).

4.3.3 Identidade, Exclusão e Narrativas de Medo

Duas teorias conspiratórias são particularmente relevantes: a crença de que o sistema eletrônico de votação seria uma estratégia da esquerda para conquistar o poder e a noção de "marxismo cultural", postulando que a esquerda está assumindo o controle "de dentro para fora", infiltrando-se em instituições culturais como escolas, mídia e espaços de entretenimento.

A primeira dessas teorias, devido à sua associação com a campanha de difamação das urnas eletrônicas e, portanto, sua ligação mais direta com os eventos de 8 de janeiro, será explorada em maior detalhe adiante. Por enquanto, focalizaremos na segunda teoria, que desempenhou um papel significativo na disseminação do medo, precursor do ódio, utilizado para mobilizar os manifestantes que invadiram a Praça dos Três Poderes.

A teoria do "marxismo cultural" foi trazida dos Estados Unidos e propagada no Brasil, principalmente por Olavo de Carvalho, a partir de sua obra "A Nova Era e a Revolução Cultural" (1994), e pelo general Sérgio Augusto Avellar Coutinho ("A Revolução Gramscista no Ocidente", 2002; e "Cenas da Nova Ordem Mundial", 2010), entre outros difusores. Essa doutrina está relacionada à noção de "guerra cultural", na qual a disputa pelo poder ocorre não apenas por meios políticos, mas também por meio da metapolítica, através de artistas, jornalistas e educadores. Os adeptos dessas teorias conspiratórias identificam uma suposta hegemonia cultural da esquerda no Ocidente, interpretando-a como uma estratégia preparatória para a conquista do poder.

> Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência

do seu conteúdo calunioso e perverso (Carvalho, 2002).

A estratégia de conquista do poder através dos aparelhos culturais teria sido concebida por intelectuais judeus e marxistas, entre eles Antonio Gramsci e membros da Escola de Frankfurt. Essa estratégia é frequentemente descrita como articulada e financiada em nível internacional, com o envolvimento de figuras como George Soros e regimes classificados como "comunistas", incluindo a China. Sua execução é atribuída a uma rede dispersa e abrangente de atividades, com o suporte de meios de comunicação frequentemente referidos como "extrema imprensa".



Figura 5: Representação visual sobre “marxismo cultural” que circula nas redes sociais bolsonaristas (Berakash, 2020).

A teoria conspiratória fomenta a crença, de maneira intencionalmente ambígua e conflituosa, de que movimentos culturais como o multiculturalismo, o identitarismo, o feminismo, o politicamente correto e os direitos humanos, entre outros, são deliberadamente planejados e executados com o objetivo de estabelecer, a longo prazo, um regime comunista totalitário. Embora represente uma atualização do conceito de "bolchevismo cultural" propagado pela propaganda nazista nos anos 1930, a doutrina do "marxismo cultural" ganhou notoriedade no Brasil com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. Essa doutrina tem desempenhado um papel proeminente na política interna e externa brasileira, caracterizada por ataques retóricos à China, acusada de ser responsável pelo "comunavírus" (Araújo, 2018), e pela desqualificação das pautas das minorias, rotuladas como

"coitadismo".

Bolsonaro, em uma declaração pública, afirmou: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (Bolsonaro, 2018).

Com a validação das autoridades oficiais, a doutrina do "marxismo cultural", juntamente com outras teorias conspiratórias, foi disseminada através do ecossistema digital. Essa disseminação ocorreu de forma coordenada, utilizando um "controle planejado do fluxo de informações, realizado à distância", e foi produzida por "meios subliminares, sem que a vítima se dê conta do que se passa". A natureza subliminar da propaganda conspiracionista de massa está intrinsecamente ligada à dinâmica das redes sociais, que se baseiam em algoritmos opacos e tendenciosos, centrados na economia da atenção.

Os algoritmos, baseados nas atividades passadas dos usuários, tendem a filtrar e a mostrar conteúdos futuros que são consistentes com os conteúdos anteriores, resultando frequentemente em uma navegação digital tendenciosa, cujos usuários recebem informações que confirmam suas próprias expectativas, distorcendo a real amplitude e alcance de determinadas ideias. Além disso, a relevância de uma notícia não é determinada pela qualidade da informação, mas sim pela capacidade de engajar emocionalmente os usuários das plataformas digitais.

As notícias falsas e os comentários polêmicos são mais propensos a serem compartilhados, pois são mais "atraentes" de acordo com a lógica de estímulo psicológico humano, e têm 70% mais probabilidade de serem repassados do que notícias verdadeiras (Vosoughi et al., 2018). Esses "fatos alternativos" são disseminados através de interlocutores próximos, como familiares, amigos ou colegas, o que confere legitimidade ou, no mínimo, razoabilidade à informação.

Essa circulação é impulsionada pela arquitetura descentralizada do ambiente digital, tanto de forma espontânea e orgânica pelos próprios usuários, quanto de forma artificial, através de agências especializadas em disseminação em massa de mensagens e uso de *bots, trolls, sockpuppets* e *astroturfing.* A circulação**,** artificialmente impulsionada**,** desempenha um papel significativo, como evidenciado por investigações e informações coletadas no Inquérito STF 4.781/DF (Supremo Tribunal Federal, 2024), que revelaram o uso intensivo da estrutura de

gabinetes para disseminar fake news com o objetivo de minar o Estado Democrático de Direito.

> “[verificou-se] a presença de fortes indícios e significativas provas apontando para a existência de uma verdadeira “organização criminosa”, de forte atuação digital e com núcleos de “produção”, de “publicação”, de “financiamento” e “político” (...) com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito” (Supremo Tribunal Federal, 2024, PET 10.543 DF)

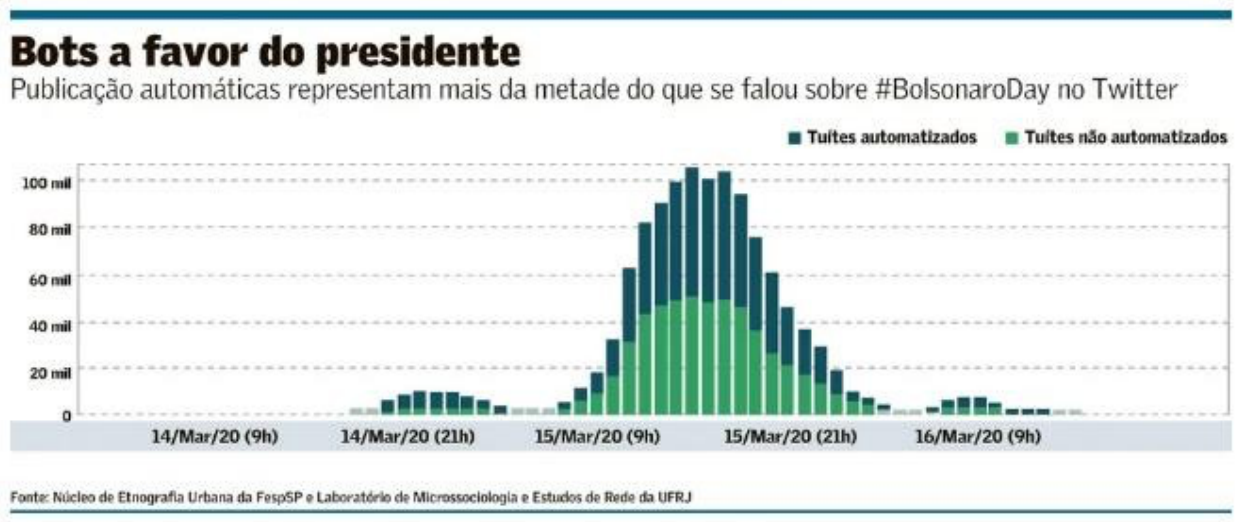


Figura 6: Publicações automatizadas, produzidas por bots, a favor de Bolsonaro, na rede social Twitter.

Através do impulsionamento maciço e remunerado, garante-se um fluxo constante, repetitivo e em larga escala de informações, fenômeno conhecido como "firehosing", em analogia ao volume de água das mangueiras de incêndio, com o objetivo de capturar a atenção, influenciar o debate político, evitar argumentos dissonantes e "afogar" a opinião pública (Le Monde Diplomatique Brasil, 2024). Essa estratégia resulta na remoção da sensação de estranheza e, em última instância, da percepção de falsidade das notícias falsas, tornando-as narrativas plausíveis e aceitáveis.

Embora essas informações possam ser contestadas posteriormente, elas continuam a influenciar as percepções e decisões das pessoas, especialmente quando as mensagens evocam sentimentos de medo, como no caso do "marxismo cultural" e da "ameaça comunista", que ativam preconceitos enraizados. Após o primeiro estímulo desses

sentimentos profundos e arraigados, os indivíduos tendem a se fechar à verdade dos fatos, preferindo a continuidade da narrativa, mesmo cientes de sua inveracidade.

Sob o constante assédio cognitivo, resultado de uma sobrecarga de informações que minam seu sistema de crenças, promovem a dúvida e contradizem o senso comum, muitos brasileiros, principalmente os mais vulneráveis à influência digital, acabam por perder a capacidade de discernimento. Eles se tornam incapazes de realizar julgamentos de verossimilhança, passando a duvidar de tudo e de todos, e acabam por acreditar apenas naquilo que lhes convém.

O desfecho desse processo de estimulação contraditória é o estágio de estresse psicológico descrito por Leon Festinger, também citado por Carvalho, como "dissonância cognitiva" (Festinger, 1975). Isso se refere a um estado de mal-estar derivado de uma desarmonia interna no sistema pessoal de ideias, crenças, emoções e comportamentos, como a tensão entre opiniões e fatos, ou entre desejos e obrigações.

Olavo de Carvalho recorre aos estudos do psiquiatra britânico William Sargant para argumentar que essa reação pode ser manipulada. Ele sugere que, ao adicionar uma carga traumática a um dos estímulos, pode-se gerar um desequilíbrio que conduz a um viés de confirmação: o sujeito tende a ignorar o estímulo oposto e a reter apenas aquele associado ao trauma, que demanda uma maior energia mental.

O medo, um dos afetos mais primitivos e traumatogénicos, é comumente utilizado como motor em várias teorias da conspiração. Por exemplo, a doutrina do "marxismo cultural" mobiliza os instintos de autopreservação do indivíduo ao sugerir uma suposta ameaça de estabelecimento de uma "ditadura comunista", que supostamente subverteria valores tradicionais como "Pátria", "Propriedade" e "Família". Isso garante a atenção dos receptores, alimenta disposições paranoicas e contribui para o regime de desconfiança e dúvida característico da estimulação contraditória.

Diante de ameaças desse tipo, indivíduos em dissonância cognitiva podem estar inclinados a renunciar aos fatos. A verossimilhança do risco torna-se irrelevante. Em estado de confusão mental, o sujeito não consegue mais discernir criticamente entre as fontes de informação. Como as mensagens conspiracionistas, carregadas de alarmismo, circulam de forma intensiva e com elevada carga emocional, e muitas vezes são disseminadas por pessoas

próximas, elas tendem a favorecer o viés de confirmação.

Isso pode ser observado, por exemplo, quando um eleitor bolsonarista se depara com duas teses antagônicas: 1) apenas o voto impresso é confiável; e 2) houve fraude nas eleições dos EUA (que utilizam o voto impresso). Para resolver a dissonância cognitiva, existem dois caminhos lógicos possíveis: ou abandonar a primeira tese, reconhecendo que o voto impresso não é confiável (devido à fraude nas eleições dos EUA, que usam voto impresso), ou abandonar a segunda, isto é, reconhecer que não houve fraude nas eleições dos EUA (pois o voto impresso é confiável).

No entanto, em estado de confusão mental, o seguidor de Bolsonaro tenta manter simultaneamente as duas "verdades" e não percebe as incongruências em sua coexistência. O seguidor elabora hipóteses auxiliares para conciliar ambas as crenças. Por exemplo, passa a afirmar que o voto impresso é confiável no Brasil, mas não nos EUA (pois lá também se vota pelo correio); ou que a fraude nos EUA teria sido ainda maior se o voto não fosse impresso. Desse modo, o partidário argumenta que uma coisa não tem relação com a outra, sem oferecer explicações adicionais.

Em vez de resolver contradições logicamente insustentáveis, o indivíduo mantém um pensamento desorganizado e tensionado, que rejeita dados, fatos e argumentos. A vontade (ou o medo) prevalece sobre a razão; uma vez que o eleitor acredita cegamente no que deseja, independentemente de sua contradição. Com o tempo, isso leva à cristalização de uma realidade paralela, que não aceita o princípio da não-contradição.

Embora simplificada neste ponto, a abordagem de Olavo de Carvalho aponta para a possibilidade do uso sistemático das teorias da conspiração como instrumento político e de persuasão, semelhante ao que a propaganda nazista fez, conforme mencionado anteriormente.

Olavo de Carvalho apropria-se de outro resultado das pesquisas de William Sargant para sugerir que os sujeitos afetados pelas teorias conspiratórias desenvolvem uma relação de dependência em relação aos conspiracionistas. Ao invés de se afastarem daqueles que, em última análise, são responsáveis pelo seu estado de confusão mental, os indivíduos aderem aos instigadores, elevando-os ao status de autoridade. Paradoxalmente, ao invés de, pelo hábito da dúvida, tornarem-se mais críticos e céticos, acabam por se revelar mais

sugestionáveis, tornando-se receptivos a influências às quais anteriormente eram imunes, ao mesmo tempo que se fecham às oportunidades de contraditório.

Nessa espiral de confiança, os conspiracionistas consolidam seus laços e arregimentam seus seguidores. Ganhando milhares de seguidores fiéis, esses indivíduos estão dispostos a agir como repetidores dos mesmos slogans e "verdades", adaptando-os conforme necessário. Assim, emergem figuras como gurus, líderes e o "capitão", que desempenham um duplo papel: manter e aprofundar a adesão e sectarizar, substituindo as "raízes sociais e afetivas" dos indivíduos por aquelas de uma nova coletividade, encapsulada e voltada sobre si mesma.

A referência ao isolamento remete ao trabalho dos pesquisadores Flo Conway e Jim Siegelman, que, segundo Carvalho, sugerem um meio de acelerar esse processo. A partir da análise de seitas "pseudorreligiosas", como as do Reverendo Moon e Rajneesh (Osho), os pesquisadores perceberam que, em ambientes fechados e artificiais, os resultados de manipulação psíquica poderiam ser alcançados em prazos extraordinariamente breves:

> "Em menos de uma semana, às vezes em dois ou três dias, o discípulo de Moon ou Rajneesh passava por uma mutação profunda de personalidade, que os técnicos chineses em lavagem cerebral levariam meses ou anos para produzir. O segredo era o planejamento cuidadoso do fluxo de informações, calculado para paralisar a consciência por meio da estimulação contraditória" (Carvalho, 2015, p. 78).

Dessa forma, Carvalho argumenta que os sujeitos afetados pelas teorias conspiratórias entram em um ciclo de dependência e influência cada vez mais profundo, no qual os líderes conspiracionistas tornam-se figuras centrais de autoridade, moldando e reforçando as crenças dos seguidores de maneira sistemática e deliberada.

Em tempos digitais, o isolamento não precisa ser físico. A arquitetura das redes sociais favorece o encapsulamento virtual e a formação de bolhas informacionais. Esse fechamento, especialmente entre indivíduos com déficit de sociabilidade, algo comum durante a pandemia de COVID-19, contribui para a internalização de sistemas de crenças, tornando-os imunes a contestações externas.

A constituição de coletividades digitais, que acabam assumindo características semelhantes às seitas pseudorreligiosas mencionadas por Flo Conway e Jim Siegelman, também favorece o fortalecimento das relações de solidariedade entre os integrantes de um mesmo grupo e, por oposição, o enfraquecimento dos vínculos extragrupais. Esse processo ocorre principalmente pela eleição de um elemento negativo como fator de coesão.

Teorias conspiratórias, como a do "marxismo cultural", não são propositivas, mas reativas; como o próprio nome indica, organizam-se não a favor, mas contra uma orientação: no caso, o "comunismo", termo usado deliberadamente de forma vaga e sem referente determinado, a fim de permitir sua adaptação a qualquer um dos muitos receios, nem sempre convergentes, que afligem os diferentes membros do grupo.

Esse caráter "negativo" do movimento, negativo por ser contrário a "algo", e negativo por recusar um sentido do que seja esse "algo", foi mencionado por Friedrich Hayek, como elemento essencial da retórica demagógica.

> "O terceiro e talvez mais importante elemento negativo da seleção está relacionado com o esforçodo demagogo hábil por criar um grupo coeso e homogêneo de prosélitos. Quase por uma lei da natureza humana, parece ser mais fácil aos homensconcordarem sobre um programa negativo - o ódioa um inimigo ou a inveja aos que estão em melhorsituação - do que sobre qualquer plano positivo. Aantítese 'nós' e 'eles', a luta comum contra os que se acham fora do grupo, parece um ingrediente essencial a qualquer ideologia capaz de unir solidamente um grupo visando à ação comum. Poressa razão, é sempre utilizada por aqueles queprocuram não só o apoio a um programa político, mas também a fidelidade irrestrita de grandes massas. Do seu ponto de vista, isso tem a vantagem de lhes conferir mais liberdade de ação do que qualquer programa positivo" (Hayek, 2010, p. 156)

Constitui-se, assim, uma dependência ao líder que alerta sobre o "fantasma" do comunismo, e uma coesão interna do grupo baseada no medo. Nesse contexto, opera-se a clivagem entre

"nós" e "eles", conforme referida por Friedrich Hayek. Em última instância, o fortalecimento desse sentimento de pertencimento ao grupo pode implicar a negação da existência dos outros. Vemos a baixo o movimento na cronologia no governo de Jair Bolsonaro:



Figura 7: Representação visual da possível estratégia de “cortina de fumo” adotada pelo governo de Jair Bolsonaro (Colab PUC Minas, 2021).

A centralidade da dicotomia amigo-inimigo na política foi profundamente explorada pelo cientista político alemão Carl Schmitt, um entusiasta do nazismo, que considerava essa dicotomia, em lugar da oposição aliado-adversário, como o próprio fundamento do exercício do poder. Analogamente, no contexto contemporâneo, o inimigo não é criado, mas resgatado: trata-se do “comunismo”, um conceito historicamente utilizado para justificar golpes de Estado, como em 1937 e 1964 no Brasil. O “comunismo”, mais do que qualquer

agenda positiva, atua como o grande antagonista que estrutura de modo negativo a identidade coletiva dos manifestantes.

Essa oposição entre “nós” e “eles” é reforçada pela construção de uma identidade própria ao grupo. Como salientou Hannah Arendt, um dos papéis da propaganda totalitária é “dar às massas de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis um meio de se autodefinirem e identificarem” (Arendt, 2012, p. 406) . Em regimes totalitários, a construção dessa identidade dá-se, de maneira significativa, por meio de símbolos visuais. Os nazistas, por exemplo, apropriaram-se de um símbolo místico, a suástica, transformando-a em um signo de pureza racial, apagando toda a diversidade cultural, histórica e religiosa associada ao ícone (United States Holocaust Memorial Museum, s.d.). Esse símbolo foi usado para moldar uma estética padronizada e desindividualizada, que serviu como lógica de dominação total da vida humana.

As semelhanças entre a estética nazista e a estética bolsonarista foram identificadas há muito tempo. O próprio slogan bolsonarista, “Brasil acima de tudo”, ecoa, possivelmente de forma deliberada, o slogan nazista “Deutschland über alles”. Em 16 de janeiro de 2020, o então secretário especial da Cultura do governo Jair Bolsonaro, Roberto Alvim, fez um discurso no qual não apenas reproduzia trechos (como “a arte [brasileira] da próxima década será heroica e imperativa”), mas também a semiótica de um discurso realizado por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda da Alemanha Nazista. A repercussão do caso levou à demissão de Alvim (G1, 2020).



Figura 8: Comparação que demonstra que os recursos estéticos do discurso de Alvim podem ser associados ao nazismo (Deutsche Welle Brasil, 2020).

Os cartazes utilizados para promover as manifestações frequentemente empregaram elementos estéticos semelhantes aos do nazismo.



Figura 9: Cartaz político que reproduz elementos da estética nazista (Jornalistas Livres, 2024).

Mensagens codificadas e "apitos de cachorro" (dog whistles) utilizados por grupos neonazistas, especialmente por supremacistas brancos, como fazer o gesto de OK com as mãos, mas com três dedos retos, formando um W, ou beber leite em exibições públicas para simbolizar a pureza racial, circularam em canais oficiais.



Figura 10: Filipe Martins, assessor do presidente, faz um gesto de “OK” com a mão, mas com três dedos estendidos em forma de “W”, o que pode representar “White Power” (Brasil de Fato, 2021).



Figura 11: Jair Bolsonaro, durante um pronunciamento, bebe leite branco, um gesto que pode ser entendido como símbolo da supremacia branca (Brasil de Fato, 2021).

No decorrer dos atos antidemocráticos realizados em 2 de novembro de 2022, em frente ao quartel do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em São Miguel do Oeste (SC), manifestantes, protestando contra os resultados das eleições de 2022, alinharam-se na posição nazista do Sieg Heil para cantar o Hino Nacional (Cultura UOL, 2022).



Figura 12: Manifestantes bolsonaristas que realizavam um ato contra o resultado das eleições em São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, repetiram um gesto semelhante à saudação nazista "Sieg Heil" (Brasil de Fato, 2021)..

Apesar de o Ministério Público de Santa Catarina ter arquivado a representação**,** justificando que os manifestantes estenderam os braços para “emanar energias positivas”, a reprodução do conhecido gesto nazista causou grande impacto no país. Esse choque foi intensificado pela percepção da vinculação entre a estética nazista e os símbolos nacionais.

Para solidificar a identidade da tribo e legitimar suas escolhas políticas sob o discurso do "patriotismo", os apoiadores de Bolsonaro apropriaram-se dos símbolos nacionais brasileiros. Apropriaram-se da Bandeira Nacional como se fosse exclusivamente deles, em vez de um símbolo de todos os brasileiros; reivindicaram a camisa oficial da Confederação Brasileira de Futebol como sua, excluindo outros torcedores da Seleção Brasileira; e transformaram o Hino Nacional em uma representação exclusiva de seu movimento, ignorando que o "Ouviram do Ipiranga" é a trilha sonora de uma nação marcada pela diversidade, pluralidade e liberdade.

Esse comportamento simplista, intolerante e supressivo, que divide os brasileiros entre “nós” e “eles”, rotulando os outros como "traidores da Pátria" que deveriam ser banidos para Cuba, Venezuela ou a “ponta da praia”; que descredibiliza as minorias como praticantes de "coitadismo" ou "mimimi", mesmo quando essas minorias representam maiorias eleitorais; e que desconsidera que o Brasil pode ser amado de diferentes formas, por diversas pessoas com valores distintos, tem fortes semelhanças com à propaganda do período da Ditadura Militar.



Figura 13: Representação de uma frase que se tornou conhecida como slogan do período da ditadura militar brasileira, associada à repressão de movimentos e ideias contrárias ao governo. (Poder360, 2024)

A construção dessa identidade coletiva, fundamentada na solidariedade negativa e na exclusão da diferença e diversidade, promove o desenvolvimento de uma nova ética coletivista, conforme investigada por Friedrich Hayek em "O Caminho para a Servidão". Essa ética é caracterizada pelo princípio de agir sempre “pelo bem da comunidade”. Hayek argumenta que “não há literalmente nada que o coletivista coerente não deva estar pronto a fazer, desde que contribua para o ‘bem da comunidade’, porque o ‘bem da comunidade’ é para ele o único critério que justifica a ação.”(Hayek, 2010, p.142)

Nessa perspectiva coletivista, os meios são justificados pelo fim:

> “A ‘razão de estado’, onde a ética coletivista encontra sua formulação mais explícita, não reconhece outros limites além da conveniência, a adequação do ato particular ao objetivo almejado. (...) Não pode haver limites para aquilo que o cidadão desse estado deve estar pronto a fazer, nenhum ato que a consciência o impeça de praticar, desde que seja necessário à consecução de um objetivo que a comunidade impôs a si mesma ou que os superiores lhe ordenem. (...)”(Hayek, 2010, p.167)

Sob esta ótica, a luta torna-se uma obrigação moral:

> “[O indivíduo] deve estar preparado para violar qualquer regra moral que conheça, se isso parecer necessário à realização do fim que lhe foi imposto. Como o chefe supremo é o único que determina os fins, seus instrumentos não devem ter convicções morais próprias. Devem, acima de tudo, dedicar uma fidelidade irrestrita à pessoa do líder; além disso, é crucial que sejam desprovidos de princípios e literalmente capazes de qualquer coisa.”(Hayek, 2010, p.169)

É crucial observar que esse processo de sectarização não se manifesta de forma homogênea em todos os contextos. O movimento bolsonarista é caracterizado por sua descentralização e pela articulação em diversos grupos autônomos, organizados em distintas células digitais. Cada uma dessas células é formada por meio de mecanismos específicos e possui identidades secundárias relativamente diferenciadas, incluindo colecionadores de armas (CACs), caminhoneiros, policiais, segmentos do agronegócio, militares, aposentados, neonazistas, entre outros.

Apesar de operarem de maneira autônoma, os diversos grupos dentro do movimento bolsonarista não são completamente independentes, pois mantêm uma interação intensa e se destacam pelo alto nível de organização, fazendo parte de um projeto unificado de poder. Esses grupos coadunam-se em oposição a um inimigo imaginário, suficientemente difuso para criar antagonismo universal entre seus membros. A política de agregar internamente (em torno do "nós") por meio da exclusão (contra "eles") é, portanto, intencional.

Em uma transmissão ao vivo com a família Bolsonaro, Olavo de Carvalho, em 2014, destacou a necessidade de transformar o eleitorado em militância ativa:

> "O eleitorado é uma força difusa, enquanto a militância é uma força direcionada. O eleitorado é como um spray que sopra a cada quatro anos. É um apoio muito tênue, muito vago. Sem militância, qualquer presidente antipetista eleito estará muito vulnerável." (O Antagonista, 2020)

Essa estratégia de fidelização dos seguidores para ações futuras deve ser entendida nesse contexto, especialmente quando combinada com uma política armamentista. Bolsonaro, em várias ocasiões, referiu-se ao “seu exército":

> "Conseguimos trazer de volta o patriotismo para o povo brasileiro e há quem se incomode com isso. Querem destruir isso usando as armas da democracia. O povo não vai permitir isso, e digo a vocês que o meu exército é o povo brasileiro"(Estado de Minas, 2021)

> "Esse, Braga Netto, é o nosso exército. É o exército do povo, o exército que está do nosso lado, que não admite corrupção, não admite fraude"(InfoMoney, 2024)

Essa militarização ideológica dos seguidores manifesta-se claramente em episódios de radicalização, como exemplificado no caso de George Washington de Sousa, condenado por tentar explodir um caminhão de combustível no Aeroporto de Brasília. Em depoimento à CPMI, o Delegado Leonardo de Castro relatou:

> "No celular apreendido de George Washington, em conversa com um possível comerciante de material bélico, o vendedor sugere que as armas apresentadas ‘dariam para começar uma guerra’, ao que George responde: ‘Vamos precisar, viu? Porque o Brasil vai entrar em uma guerra civil ano que vem se o Bolsonaro... se eles roubarem... Se roubarem a eleição do Bolsonaro, o Brasil vai entrar em uma guerra civil.” (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 2024)

Esses eventos sublinham a seriedade e a profundidade do movimento, que não apenas visa à fidelização política, mas também prepara seus seguidores para ações extremas em nome de um suposto bem maior da comunidade.

À medida que os laços internos intensificam-se e as crenças são profundamente

internalizadas, emerge um processo de alienação social e afetiva dos seguidores em relação àqueles que não se alinham com a "verdade" pregada. Esse afastamento é interpretado por Hannah Arendt como um desenraizamento que culmina na radicalização, cujas crenças tornam-se dogmáticas e imunes à contestação racional e empírica.

Tal isolamento favorece a adoção de visões simplificadas e maniqueístas da realidade, reduzindo as oportunidades para a divergência e o pensamento crítico. Esse ambiente propício permite a proliferação de falsos especialistas e a ascensão de ideias obscurantistas, tornando críveis explicações superficiais e sem fundamento empírico para questões complexas.

Um exemplo disso tornou-se evidente durante o tumultuado período eleitoral de 2022, com a popularização do termo "data povo". As manifestações de apoio a Bolsonaro, especialmente as de 7 de setembro de 2021 e 2022, foram utilizadas para reforçar a narrativa de que apenas uma fraude poderia explicar uma eventual derrota do então presidente, aumentando a agressividade dos seguidores nas redes sociais e ameaçando não aceitar outro resultado.

Sob a influência do medo e da doutrinação, muitos bolsonaristas afastaram-se, não apenas da realidade, mas também de suas próprias famílias. Relatos de desagregação familiar e de indivíduos que abandonaram tudo para lutar contra o "comunismo" tornaram-se comuns, ilustrando as consequências desastrosas desse processo de radicalização sectária.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Jorge Naime, ex-comandante do Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal, revelou que os manifestantes acampados viviam em um universo paralelo, com normas e realidades próprias, reminiscentes de uma seita:

> "Eu visitei o acampamento algumas vezes, conversei com diversas pessoas, e ouvi relatos que me deixaram perplexo. Um indivíduo me abordou e afirmou ser um extraterrestre infiltrado, e que, assim que o Exército tomasse o poder, os extraterrestres ajudariam na tomada. Eles consumiam exclusivamente suas próprias informações, vivendo em uma bolha." (Comissão

Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos na CLDF, 2024)

Mensagens disseminadas nas redes sociais corroboram o grau de alienação de alguns manifestantes. Muitos relatavam terem perdido seus empregos e abandonado suas famílias em sua luta contra o “comunismo”.

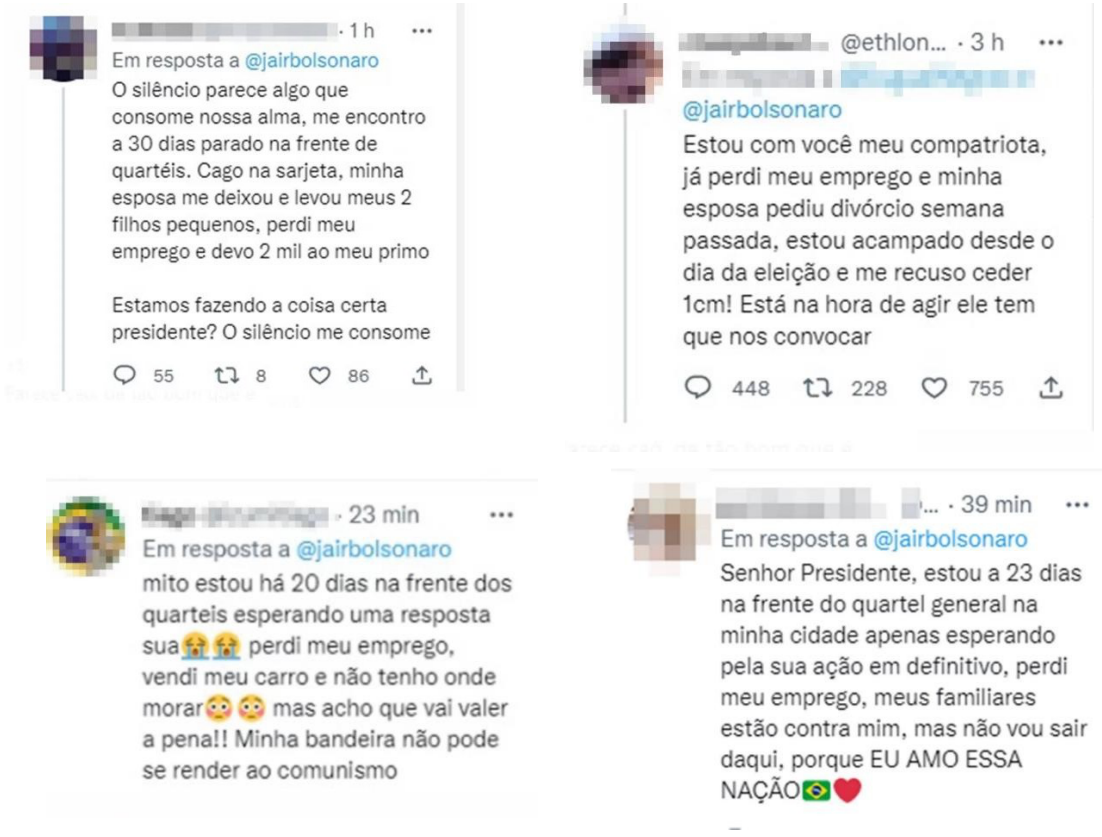


Figura 14: Publicações feitas nas redes sociais por apoiadores de Jair Bolsonaro, com conteúdo sobre a perda de emprego, mas mostrando-os em frente a quartéis a apoiar um possível golpe. (Folha de S.Paulo, 2018)

A dissonância com a realidade é tanta, como se pode observar na declaração abaixo, proferida na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI):

"O SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES - Ocorre um fato interessante, porque havia, em algumas pessoas, um nível de fanatismo, um nível de transe que eu não compreendo... Quando nós isolamos as praças - e no vídeo que o senhor mostra, o primeiro vídeo que o senhor mostrou, dá para ver a linha de soldados que

> passou a noite toda lá, isolando a praça-, quando nós isolamos as praças, deputado, as pessoas acharam que estávamos isolando a praça para protegê-las. E foram dormir. E foram dormir. No dia seguinte, a polícia chegou na hora certa, com todos os meios" (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, 2024)

Após o término das eleições, e movidos pelo medo, parte dos bolsonaristas respondeu, inicialmente, com um discurso repleto de elementos escatológicos e milenaristas, emprestados do discurso religioso. A mobilização desse medo e a produção do pânico resultaram na fabricação do ódio, conferindo ao movimento contornos radicais: o inimigo, antes apenas desprezado, passou a ser visto como alguém que precisa ser eliminado. Diversos membros do grupo assumiram um discurso terrorista, demonstrando disposição para morrer pela causa, destruir prédios públicos, atentar contra o Estado Democrático de Direito, e até mesmo matar.

O fenômeno de controle das massas apropriou-se das teorias conspiratórias como objeto e do ódio como meio discursivo. A retórica do ódio surge como o recurso utilizado pelos conspiracionistas para assegurar a intensidade emocional adequada à estimulação contraditória e à efetividade persuasiva.

De acordo com a análise do professor João Cezar de Castro Rocha, a "retórica do ódio" não se confunde com o "discurso de ódio"; o primeiro está relacionado à estrutura discursiva, enquanto o segundo refere-se ao conteúdo. Para o autor, a retórica do ódio caracteriza-se como uma “estratégia discursiva que busca reduzir o outro à condição de inimigo a ser extirpado" (Rocha, 2021).

Como qualquer estratégia, a retórica do ódio pode ser ensinada e propagada, o que de fato acontece, como demonstram diversos exemplos observados. Entre os principais componentes dessa tática, podem-se destacar:

1) Uso excessivo de palavrões e expressões vulgares, substituindo o argumento de autoridade por um sensacionalismo ofensivo, com o intuito de causar impacto e capturar a atenção do público;

2) Emprego recorrente de hipérboles e exageros, com o objetivo de causar desorientação e esgotamento mental nos receptores;

3) Destruição simbólica do adversário por meio de:

a) distorção paródica de nomes, como “esquerdopata”, “petralhada”, “presidanta”, entre outros;

b) desumanização através da caricaturização e estigmatização, utilizando apelidos como “Nine” ou “sete arrobas”;

c) uso de vocabulário aniquilador, como “varrer o PT” ou “exterminar a petralhada”; e

d) esquiva sistemática de responder a críticas ou perguntas, utilizando expressões fragmentadas e desconexas, como “E daí?” ou “Caguei para a CPI”.

4) Repetição constante, com a intenção de impedir a reflexão crítica e condicionar a recepção da mensagem;

5) Uso de memes e expressões de “lacração” como método de refutação das teses opositoras, sem, contudo, responder diretamente às críticas: “é óbvio, p****!”, “chega de frescura” e “mimimi”;

6) Referências contínuas a figuras ou instituições com conotações absolutamente negativas, como Paulo Freire, George Soros, Cuba, Venezuela e o Foro de São Paulo.

O propósito central dessa retórica combativa não é a persuasão racional, mas sim provocar irritação e humilhação pública do adversário. Dada a fragilidade das bases das teorias conspiratórias, os conspiracionistas não têm como meta discuti-las seriamente, mas apenas disseminá-las e incitar a resolução violenta de conflitos. A interação discursiva visa obstruir o diálogo, e, ao violar as regras do debate racional, cria-se um ambiente propício ao anti-intelectualismo, autodidatismo e autoengano, que nutrem as teorias conspiratórias.

O objetivo primário dessa estratégia é a desumanização dos oponentes e sua completa desqualificação, transformando-os em inimigos a serem eliminados. Por meio de uma retórica anestesiante, busca-se manipular o interlocutor de forma subliminar, desviando sua atenção dos conteúdos debatidos para a figura dos emissários.

A negação da legitimidade dos oponentes, assim como a tolerância e o incentivo à violência,

são elementos centrais no processo de desgaste das instituições democráticas, como já analisado por Levitsky e Ziblatt (2018). Essas práticas, portanto, não são exclusivas do contexto brasileiro, mas fazem parte do *modus operandi* de líderes autoritários em todo o mundo.

Quando essa estratégia discursiva não atinge seu objetivo, recorre-se a uma série de falácias de conteúdo, como a falácia do espantalho (representação distorcida dos argumentos oponentes), generalizações precipitadas, apelos à ignorância e ao medo, sendo, este último, o sentimento central desse tipo de discurso, ao qual o ódio surge como uma resposta.

É relevante destacar que a retórica do ódio que, em contextos civilizados, seria associada à falta de educação, busca justificar-se por meio de um ethos de "simplicidade". O uso de linguagem vulgar é apresentado como uma expressão de "autenticidade", e a humilhação do interlocutor é defendida como evidência de "sinceridade" e "honestidade". O orador procura, assim, construir uma imagem de proximidade com o "povo", em oposição à "elite", diferenciando-se dos políticos tradicionais por meio de uma suposta espontaneidade e improvisação.



Figura 15: Fotografia de Jair Bolsonaro durante um pequeno-almoço de aparência "simples" (IstoÉ, 2025).



Figura 16: Fotografia de Jair Bolsonaro durante uma reunião oficial, usando chinelos, t-shirt e calças de fato de treino (O Globo, 2025).

A retórica política do bolsonarismo teria, assim, obtido uma espécie de autorização para a exibição de comportamentos agressivos, desrespeitosos e enganosos, além de permitir a divulgação de insultos e declarações inapropriadas. Curiosamente, essas atitudes foram frequentemente celebradas por seus apoiadores.

O esforço de realizar uma análise política voltada à desconstrução do bolsonarismo, com o objetivo de entender o processo de radicalização de seus adeptos a partir das repercussões do extremismo, revela-se complexo e desafiador. No entanto, é essencial que este estudo empenhe-se em compreender as novas dinâmicas subjacentes aos golpes de Estado contemporâneos. O primeiro passo, nessa direção, envolve o exame dos mecanismos que promovem o aparecimento e a propagação de discursos golpistas.

Como mencionado na seção anterior, o conceito de golpe de Estado sofreu uma transformação significativa, afastando-se de sua forma clássica. Hodiernamente, as tomadas de poder têm sido organizadas por meio das redes sociais, impulsionadas por campanhas de desinformação e sustentadas por uma espiral de silêncio, cujo efeito mais relevante é a criação de uma ilusão de consenso popular, uma falsa perceção de apoio majoritário.

Simultaneamente a esse processo de silenciamento, caracterizado pela construção de uma comunidade de indiferentes, destaca-se outro movimento igualmente importante: a manipulação psicológica e emocional de que os manifestantes teriam sido alvo. Não se pode subestimar o poder persuasivo das palavras, pois, como já demonstrado em diferentes contextos, elas têm a capacidade de produzir resultados fatais.

Uma pesquisa realizada por estudiosos da FGV-SP, reconhecida por sua importância acadêmica, analisou o impacto das falas do então presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid-19. Com base em modelos econométricos, o estudo constatou que suas declarações estão estatisticamente vinculadas à adoção de comportamentos de risco (Ajzenman et al., 2023). Muitos indivíduos expuseram-se desnecessariamente à contaminação, e alguns faleceram, ao acreditar nas palavras de Bolsonaro, confiando em sua suposta autoridade e na dignidade do cargo que ocupava.



Figura 17: Representação do aumento de declarações falsas ou distorcidas feitas por Jair Bolsonaro entre janeiro de 2019 e novembro de 2022 (Aos Fatos, s.d.).

Esses dados corroboram a tese de que as inverdades faziam parte de uma prática sistemática do governo, que se beneficiava da desinformação organizada. Durante seus 1.459 dias no poder, Bolsonaro fez 6.685 afirmações falsas ou distorcidas, com uma média surpreendente de uma declaração enganosa a cada cinco horas (Aos Fatos, s.d.). Esses números incluem apenas as declarações verificáveis publicamente, sem considerar as falácias proferidas em ambientes privados, onde, presumivelmente, muitas outras foram criadas com o único intuito de angariar seguidores fanáticos.

Além de recorrer ao conceito de "marxismo cultural" como um instrumento de mobilização

e radicalização de seus apoiadores, preparando-os para uma possível insurreição, o discurso golpista também se organizou em torno da deslegitimação do sistema eleitoral brasileiro, especialmente por meio de ataques às urnas eletrônicas. A construção de um inimigo fictício e a desqualificação de setores que não eram alcançáveis pelo discurso histérico "anticomunista" tornaram-se centrais para essa estratégia.

Nesse cenário, a tática mais eficiente foi alegar que esses grupos não constituíam a maioria, o que exigia, necessariamente, um ataque direto ao sistema eleitoral, o único dispositivo capaz de validar ou refutar sua representatividade numérica por meio dos resultados das eleições. Jair Bolsonaro utilizou o debate sobre o voto impresso com o propósito de criar caos e desviar a atenção pública. Suas ações indicavam que o objetivo imediato não era fortalecer a segurança do sistema eleitoral, mas sim provocar conflitos institucionais com o Judiciário e partes significativas do Congresso Nacional, buscando promover agendas paralelas.

Além disso, o objetivo estratégico de longo prazo dessa tática era garantir a manutenção do poder por meio da deterioração da principal salvaguarda institucional da alternância política: a integridade da Justiça Eleitoral.



Figura 18: Publicação em rede social de Carlos Bolsonaro, filho de Jair Messias Bolsonaro (Poder360, 2025).



Figura 19: Mensagem enviada por Jair Bolsonaro a empresários, através de uma aplicação multiplataforma de mensagens instantâneas (O Antagonista, 2022).

Na obra Os Engenheiros do Caos (da Empoli, 2019) ,sustenta que a disseminação de informações enganosas e teorias conspiratórias com a finalidade de espalhar animosidade e pânico, bem como influenciar pleitos eleitorais, não constitui uma mera falha intrínseca ao universo digital, mas sim uma operação deliberada e cuidadosamente projetada. Para o pesquisador franco-italiano, há indícios robustos de que tais inverdades são propositalmente fabricadas de maneira organizada e distribuídas em larga escala, visando atender a objetivos obscuros, prejudicando, assim, o espaço para diálogos políticos sérios e responsáveis.

Da Empoli discorre sobre os obstáculos enfrentados pelos verificadores de fatos, conhecidos como *fact checkers*, diante da massiva difusão de desinformação:

"Por trás do suposto absurdo das notícias falsas e das

> teorias da conspiração, há uma lógica bastante coerente. Sob a perspectiva dos líderes populistas, as realidades alternativas não são meramente instrumentos de propaganda. Diferentemente das informações verdadeiras, elas constituem um poderoso mecanismo de coesão social. 'De várias formas, o ilógico é uma ferramenta organizacional mais eficaz do que a verdade', escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Mencius Moldbug." (da Empoli, 2019, p. 14).

O autor também destaca os responsáveis pela engenharia das campanhas populistas, cujas táticas de comunicação são extremamente refinadas e exploram de maneira eficaz as vulnerabilidades das plataformas digitais, cujos algoritmos tendem a maximizar o alcance de conteúdos que polarizam e geram sensacionalismo. Da Empoli demonstra como essas campanhas manipulam sentimentos e emoções adversas ao *status quo*, sem necessariamente apresentar argumentos racionais ou comprovados sobre como solucionar as questões políticas e sociais em jogo.

4.3.4 Desordem e Desinformação

O fenômeno da criação de *fake news* no meio digital está intimamente ligado aos eventos de 8 de janeiro e será discutido nesta seção, que busca oferecer uma análise preliminar do que foi denominado como "milícias digitais", uma vez que tais agrupamentos são organizados e financiados para disseminar desinformação de maneira maciça.

A ex-presidente da Suprema Corte, Ministra Rosa Weber, argumenta**,** em ensaio doutrinário**,** que “os autores dos ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos três poderes da República aderem a crenças fantasiosas e a teorias conspiratórias relacionadas ao sistema de votação eletrônica, a alegadas fraudes eleitorais, à atuação do Tribunal Eleitoral, ao teor das decisões judiciais da Suprema Corte e à natureza de sua função jurisdicional” (Jorge, 2023).

Ampliando a análise da Ministra, é possível sugerir que o próprio Legislativo também tenha sido alvo desse mecanismo de desinformação. Conforme ressaltado pela Ministra, "compreender os processos pelos quais a desinformação circula, explorando preconceitos e vieses presentes na sociedade, é essencial para a criação de uma estratégia eficaz de combate". Essa é a proposta desta seção do relatório, que, sem a pretensão de esgotar o tema, visa a promover uma reflexão pública necessária e urgente.

Nesse cenário, conforme apontado pelo deputado federal Orlando Silva em seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.630, de 2020 (denominado "PL das Fake News"), embora a liberdade na rede mundial de computadores favoreça a construção de uma sociedade conectada e permita a concretização de vários direitos fundamentais, ela também gera efeitos colaterais negativos, dos quais a proliferação de desinformação é um dos mais notáveis. A ubiquidade da informação gerou uma intensa disputa pela atenção dos usuários, resultando no uso frequente de notícias falsas e títulos sensacionalistas, conhecidos como *clickbaits,* para atrair cliques e interações.

O cenário que favorece a circulação de conteúdos falsos resulta em múltiplas interpretações da realidade, tornando difícil a distinção entre dados genuínos e mentiras. Uma investigação conduzida pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) (Vosoughi et al., 2018), constatou que as notícias falsas mais populares podem alcançar uma média de 100 mil pessoas, enquanto as verdadeiras raramente atingem mais de mil indivíduos.

Conforme também sublinhado pela Ministra Rosa Weber, um estudo de 2021 realizado pelo Índice Global de Desinformação, em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade,

apontou que, entre os 35 portais de notícias mais acessados no Brasil, aproximadamente metade apresentava uma alta probabilidade de divulgar informações incorretas, enquanto apenas três foram classificados como de baixa propensão à propagação de desinformação.

No WhatsApp, entre os meses de agosto e outubro de 2018, período que antecedeu as eleições presidenciais, uma análise realizada em 347 grupos públicos de debates políticos revelou que, das 50 imagens mais compartilhadas, apenas quatro eram verídicas. A investigação, conduzida pela Agência Lupa, pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal de Minas Gerais (Lupa, 2018), concluiu que mais da metade das imagens continha dados falsos, manipulados ou descontextualizados.

Baseando-se no assertivo relatório da deputada Lídice da Mata, apresentado à CPMI das Fake News em dezembro de 2022 (Senado Federal, s.d.), é preciso reconhecer que a proliferação em massa de notícias falsas pode ser identificada como um grave risco global, sendo apontada como um fator de influência em processos eleitorais, ameaçando assim a integridade das democracias.

Shao (Shao et al., 2018) sustenta que uma combinação complexa de distorções cognitivas, sociais e algoritmos de plataformas digitais de redes sociais colaboram para a fragilidade social e para a manipulação informacional, especialmente no ambiente da internet. O autor também ressalta que, mesmo em um contexto ideal, no qual as pessoas tenderiam a reconhecer e evitar a partilha de conteúdos de baixa qualidade, a sobrecarga diária de informações, associada à superficialidade com que os materiais digitais são consumidos, restringe a capacidade de discernir a qualidade dos dados. Como resultado, a desinformação tende a se espalhar com intensidade equivalente, ou até superior, às informações verídicas.

Segundo o pesquisador, as redes sociais são marcadas por alta polarização e segmentação em torno de orientações políticas e ideológicas. Isso leva à formação de bolhas de informação ou câmaras de reverberação, nas quais os indivíduos são expostos seletivamente a fontes midiáticas que confirmam suas crenças, reforçando seus preconceitos cognitivos. Além disso, a própria lógica das plataformas de redes sociais prioriza a interação e o engajamento em detrimento da confiabilidade dos conteúdos. Dessa forma, os algoritmos frequentemente ocultam informações mais confiáveis e evidenciam conteúdos repletos de distorções e desinformação.

Contudo, além desse processo "natural" que facilita a disseminação de desinformação, existem práticas artificiais que acentuam ainda mais esse fenômeno. Um exemplo é o

aumento do alcance de conteúdos por meio de pagamento às plataformas digitais, ou outras formas de priorização de publicações. Tais métodos publicitários, altamente dependentes de recursos financeiros, podem ser entendidos como elementos cruciais na disseminação de conteúdo e na formação da opinião pública.

Além disso, existem outras práticas que intensificam a viralização de conteúdos, como o uso de robôs, perfis fraudulentos e a contratação de indivíduos para publicar, comentar ou gerar interações artificiais. Embora as plataformas afirmem buscar minimizar esses mecanismos de criação, validação e circulação de desinformação, é notório que tais iniciativas ainda sejam insuficientes.

É imprescindível perceber que o processo de disseminação de informações equivocadas pode ser descrito da seguinte maneira: um indivíduo cria e veicula dados errados, seja para gerar controvérsia, iludir qualquer que seja o propósito, incluindo a formulação de pretextos para a desestabilização de um regime democrático, ou até mesmo como forma de diversão, apresentando-os de um modo que se assemelha a notícias autênticas, seja em formato de áudio, vídeo ou texto. Outros sujeitos, sem verificar a veracidade do material, redistribuem essa informação para diversas redes.

Essas redes que, por sua vez, propagam ainda mais a mensagem, ocasionalmente adicionando componentes incorretos ou fora de contexto. Eventualmente, essa desinformação atinge um grande grupo da população. A UNESCO nomeou esse evento como "desordem informacional", caracterizado por uma combinação de estratégias de circulação de enganos e mentiras deliberadas, com o objetivo de provocar um impacto mais amplo na sociedade e na mídia.

Os efeitos da desinformação podem ser extremamente danosos para um sistema democrático, uma vez que prejudica a capacidade de discernimento da sociedade, interfere nos pleitos eleitorais, desvaloriza opiniões democráticas alternativas e cala pontos de vista opostos, diminuindo a multiplicidade de ideias e debates. Exemplos disso podem ser observados em ataques à honra nas redes sociais, ameaças a jornalistas e personalidades públicas, e na produção intencional de notícias manipuladas para favorecer interesses políticos e econômicos. Essa situação ressalta a importância de enfrentarmos essa ameaça.

Muitos que se autointitulam defensores da liberdade de expressão, colocando-se como "guardas da justiça e moralidade", falham em compreender que, ao proceder dessa forma, estão, na realidade, restringindo discursos verdadeiramente livres. Há até quem sustente, por mais curioso que pareça, que falas abertamente antidemocráticas e conspiratórias como

aquelas vistas, por quem tem olhos atentos, no contexto do dia 8 de janeiro de 2023, são protegidas pelo direito fundamental à liberdade de expressão, numa interpretação equivocada do que se costuma chamar de "paradoxo democrático".

Para que não haja equívocos, é válido declarar, reiteradamente e de maneira enfática: não, a democracia não pode tolerar discursos que, essencialmente, visam a destruí-la, sendo essa autodefesa um instrumento vital para sua manutenção. Afinal, se a democracia não tivesse meios de se proteger de seus adversários, não seria digna de confiança institucional.

Esse quadro, originado do dito "paradoxo", acaba enfraquecendo os discursos democráticos legítimos, num contexto de uso estratégico da arquitetura dos algoritmos das plataformas digitais, que tendem a priorizar conteúdos falsos e de baixo valor informativo, conhecidos como "iscas", por serem mais lucrativos devido à inclinação humana de preferir materiais considerados "sensacionalistas". Isso resulta numa parceria de ganhos mútuos entre os "controladores" do ecossistema digital e os difusores de fake news, tendo apenas uma vítima: a coesão social necessária para sustentar um Estado Democrático de Direito.

É amplamente aceito que o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 2014) constituiu um avanço significativo para o Brasil na tentativa de regulamentar o uso da rede global de computadores. Quando entrou em vigor, sua aprovação foi movida pela clara percepção de que a população brasileira, com então 54,4% das pessoas tendo acesso à internet, enfrentava novas dificuldades no espaço digital, que antes era visto como uma "zona sem controle"(Confederação Nacional de Municípios, 2015).

Atualmente, o Brasil, integrado na era do Big Data, é o terceiro país que mais faz uso de redes sociais no planeta, com 131,50 milhões de contas ativas. Entre essas redes, algumas sobressaem: 96,4% dos usuários conectados acessam o YouTube; 85,1% utilizam o Facebook; 81,4% estão presentes no Instagram; 45,2% utilizam o TikTok; e 30,2% fazem uso do Twitter (Metrópoles, 2025).

O rápido desenvolvimento tecnológico trouxe novos obstáculos ao espaço digital e intensificou questões já existentes. Isso pode ser observado em estudos sobre a performance digital de parlamentares federais, alguns dos quais frequentemente aparecem em destaque como figuras envolvidas em investigações formais relacionadas à propagação de notícias falsas (CNN Brasil, 2023). Além disso, um levantamento do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), evidenciou que as redes sociais da Meta (Facebook, Instagram, Messenger e Audience Network) promoveram 88 anúncios vinculados a fraudes financeiras, gerando 1,5 milhão de visualizações, o que causou prejuízos econômicos para diversas

famílias (Desinformante, 2025). Situações semelhantes também ocorreram em outras plataformas digitais que hospedam propagandas pagas.

É crucial salientar os inúmeros prejuízos provocados pela difusão de conteúdos falsos. Do ponto de vista individual, uma postagem caluniosa ou injuriosa pode dificultar a entrada de uma pessoa no mercado de trabalho, afetar sua autoestima e, em casos extremos, levá-la a cometer crimes, como linchamentos, ou até ao suicídio. Existem exemplos recentes e trágicos, como os ataques a instituições de ensino, tanto no Brasil quanto no exterior. Naturalmente, quanto mais tempo essas publicações permanecem disponíveis, maior é o tempo em que o indivíduo afetado permanece impedido de viver com dignidade.

É evidente que, do ponto de vista coletivo, os prejuízos causados pelas notícias falsas, que circularam quase sem restrições, em diversas plataformas digitais, durante o último processo eleitoral e também após as eleições, culminaram na tentativa absurda de ruptura democrática, que resultou na malograda tentativa de golpe em 8 de janeiro daquele ano.

Conforme mencionado anteriormente, esse tipo de conteúdo, prejudicial tanto em nível individual quanto social, tende a "viralizar" devido à forma como os algoritmos das plataformas digitais são projetados. Isso ocorre devido a uma máxima social não oficializada, segundo a qual as pessoas direcionam mais atenção a conteúdos chocantes do que a matériais comuns.

No passado, esse tipo de desinformação era repassado apenas entre vizinhos ou, mais recentemente, através de programas televisivos sensacionalistas e, mesmo nesses casos, ainda havia uma curadoria editorial que poderia filtrar informações comprovadamente falsas. Hoje, porém, tudo é rapidamente compartilhado com um simples toque em uma tela de celular. A capacidade de controlar a disseminação dessas desinformações foi perdida, a menos que sejam implementadas melhorias nos mecanismos de responsabilidade e controle sobre sua propagação e eventual remoção da internet.

É de conhecimento comum que as redes digitais são organizadas em ecossistemas altamente estruturados, com o objetivo de maximizar lucros, embora**,** na superfície**,** possam parecer dispersas e descentralizadas. Caso essas estruturas não existissem, o debate público nessas plataformas assumiria seu habitual caráter difuso, descentralizado e inorgânico, exceto em momentos de mobilização política, quando conseguem pressionar as instituições.

Esses ambientes, portanto, não devem ser erroneamente equiparados a uma praça pública digital. É imprescindível promover a transparência, o controle e a governança dos algoritmos que os controlam. Isso se agrava com o comportamento daqueles que, investidos da

confiança popular, acabam atraídos pelas facilidades proporcionadas pelas características peculiares do ecossistema digital, perpetuando redes de desinformação e discursos extremistas que os ajudaram a chegar ao poder.

Dentro deste cenário egocêntrico que caracteriza o funcionamento das "bolhas" nas plataformas digitais, é relevante mencionar, como exemplo de estudo minucioso sobre o funcionamento dos algoritmos, um relatório produzido pelo NetLab (Estado de Minas, 2022), da UFRJ, que constatou, por meio de múltiplos experimentos e rigor científico, que uma plataforma do Google redirecionava os usuários a conteúdos favoráveis a Bolsonaro durante a corrida presidencial de 2022.

Não se pode ignorar o escândalo mundial da Cambridge Analytica/Facebook, quando, em 2018, revelou-se que uma consultoria política, contratada por Donald Trump, durante a eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos obteve, de forma obscura e sem transparência, dados de 87 milhões de usuários do Facebook, a fim de fornecer conteúdos personalizados cujo intuito fora de influenciar a opinião pública em favor do então futuro presidente norte-americano (BBC News Brasil, 2018).

No Brasil, de forma similar, durante as eleições de 2018, jornais relataram que empresários financiaram o envio em massa de mensagens contrárias a Fernando Haddad, então candidato à presidência, via WhatsApp, uma plataforma pertencente à Meta, para milhões de pessoas (El País Brasil, 2018). Embora o WhatsApp tenha, teoricamente, criado mecanismos para impedir esse tipo de propagação massiva de desinformação, rapidamente surgiram substitutos com ferramentas ainda mais avançadas para aqueles que desejavam promover caos social e institucional.

Um exemplo é o caso de 2022, quando a Polícia Federal investigou o envolvimento do empresário Meyer Joseph Nigri, proprietário da Tecnisa, na disseminação de mensagens falsas para grupos de empresários (The Intercept Brasil, 2023). Jornais tiveram acesso a conversas do celular de Nigri, revelando que o ex-presidente Jair Bolsonaro enviou, ao menos 18 mensagens, contendo notícias falsas ao empresário, incluindo ameaças de "sangue" e "guerra civil" caso fosse derrotado nas eleições.

> É pertinente destacar o relatório da Polícia Federal sobre essas mensagens: "Conforme descrito no RAPJ nº 3815531/2022, a análise das mensagens do aplicativo WhatsApp, contidas no telefone celular apreendido, identificou que as três mensagens investigadas foram

> encaminhadas originalmente pelo contato registrado como 556182919606@s.whatsapp.net Pr Bolsonaro 8, através de chat privado do WhatsApp, a MEYER NIGRI, pouco antes de serem divulgadas no grupo 'Empresários & Política'. Ou seja, o indivíduo associado ao contato 556182919606@s.whatsapp.net Pr Bolsonaro 8 enviou ao investigado MEYER NIGRI mensagens com conteúdo infundado ou sabidamente falso (fake news), atacando membros de instituições públicas, especialmente ministros do STF, e desacreditando o processo eleitoral brasileiro." (Supremo Tribunal Federal, 2023)

Desse modo, seria óbvio que, sem uma infraestrutura digital específica, capaz de coordenar e radicalizar esses grupos gradualmente, essas ameaças à democracia dificilmente representariam qualquer desafio sério às instituições. Evidentemente, também é essencial entender e mitigar os danos causados por indivíduos que desrespeitaram os valores republicanos. No entanto, imaginar que esses agentes, de maneira isolada, teriam a capacidade de influenciar além de um pequeno círculo de relações pessoais seria ingênuo, visto que até mesmo a ação coletiva de movimentos sociais enfrentou obstáculos substanciais em seu processo de mobilização.

No cenário do capitalismo baseado em dados, houve uma mudança profunda na maneira de atingir grandes públicos. No passado, telecomunicações, televisão e rádio visavam a alcançar os cidadãos com base em perfis socioeconômicos e culturais. Hoje, com o avanço das mídias digitais e seus algoritmos, a manipulação dá-se por meio de respostas às dimensões mais pessoais e subjetivas dos usuários. Os algoritmos agora ajustam o conteúdo oferecido de acordo com as preferências, a personalidade e os desejos individuais de cada pessoa (Dantas et al., 2022).

Conforme amplamente discutido, o ambiente digital atual, junto às chamadas milícias virtuais, gera exatamente o contrário do que se espera. Sob o disfarce de uma suposta liberdade e de uma alegada expansão do espaço democrático, são criadas câmaras de eco cujo consumo desenfreado de conteúdos desconectados da realidade é incentivado. Isso faz com que a própria noção de realidade fique em suspenso, enquanto "realidades alternativas" passam a moldar as decisões e estilos de vida dos usuários. Assim, ao invés de garantir a tão falada "autodeterminação informativa", o que se experimenta é um sistema que isola "verdades" convenientes em bolhas quase impenetráveis à realidade objetiva.

No campo do valor social, encontra-se o princípio de respeito à dignidade humana, que deve ser reconhecido e promovido pelo Estado, por terceiros e por corporações. Seguindo os preceitos do membro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luís Roberto Barroso (Barroso, 2020), a dignidade, sob essa perspectiva, não tem a liberdade como seu principal elemento, mas é a dignidade que define os limites e o conteúdo da liberdade. Dessa forma, é por meio do valor social que se enfrenta o discurso de ódio e as difamações.

No entanto, no ecossistema digital contemporâneo, não há valor social promovido; ao contrário, a lógica dos algoritmos fortalece o que há de mais nocivo na sociedade brasileira: o preconceito contra minorias, ataques à individualidade e a propagação de falsidades inescrupulosas. Não é apenas a violação da dignidade humana que está em jogo, mas a própria essência de uma sociedade democrática que valoriza o indivíduo.

A Emenda Constitucional nº 115 de 2022 trouxe novos aspectos à autodeterminação informativa, ao incluir, nos direitos individuais, "o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais". Embora o termo "autodeterminação informativa" não seja explicitamente mencionado, fica claro que a proteção de dados visa a garantir que as pessoas controlem suas próprias informações, decidindo quando, onde e como seus dados serão utilizados. Esse direito foi primeiramente reconhecido pelo Tribunal Constitucional Alemão no emblemático caso de recenseamento, em que a Corte declarou inconstitucional a tentativa do governo de criar perfis completos dos cidadãos.

Com o tempo, o entendimento de que a autodeterminação informativa não só regula relações privadas, mas também exige confiança entre o indivíduo e quem recebe suas informações, consolidou-se. A entrega dos dados deve ser feita de forma voluntária e usada apenas de acordo com os termos acordados. Esse direito, no entanto, não é absoluto, podendo ser limitado quando o bem coletivo prevalece, embora, mesmo nesses casos, seja necessário implementar medidas para proteger os dados.

Em uma decisão recente, o Supremo Tribunal Federal concluiu que, mesmo durante a pandemia de covid-19, o Estado não poderia acessar os dados de milhões de pessoas de maneira desproporcional. Na ocasião, a Ministra Rosa Weber, então Presidente do STF, sublinhou essa preocupação.

> não se subestima [...] a necessidade de formulação de políticas públicas que demandam dados específicos para o desenho dos diversos quadros de enfrentamento. O seu combate, todavia, não pode legitimar o atropelo de

> garantias fundamentais consagradas na Constituição (ADI 6387). (Supremo Tribunal Federal, 2020)

Compreende-se que o modelo atual de operação do ambiente digital, com a coleta sistemática de dados pessoais para otimizar o funcionamento dos algoritmos, de acordo com a lógica das plataformas, a segmentação da informação e o favorecimento de conteúdos que geram maior interação, especialmente os falsos, infringe diretamente o cerne do direito à autodeterminação informacional, principalmente devido à assimetria informacional presente no cenário digital, um espaço tipicamente envolto em "caixas pretas", considerando a complexidade técnica relacionada à tecnologia da informação envolvida.

Por sua vez, a liberdade de expressão, vista sob seu aspecto individual, é um pilar de qualquer regime democrático. Não há dúvida de que uma democracia não subsiste sem a liberdade de expressão, que se fundamenta na livre troca de ideias, tanto como emissor quanto como recetor, e na igualdade de oportunidades para todas as vozes, em linha com o princípio da isonomia. Assim, há também a necessidade de proibir qualquer forma de censura.

Dessa forma, a liberdade de expressão está profundamente conectada à defesa da pluralidade de opiniões; portanto, sob a ótica coletiva do ouvinte, permanece o direito de ter acesso à expressão de outros pensamentos, ou seja, o direito de decidir sobre o que se informar e como acessar o conhecimento desejado.

Entretanto, o modo como esses ecossistemas digitais funcionam atualmente restringe todas essas facetas, ao priorizar determinadas vozes, especialmente aquelas que propagam valores contrários à democracia, em detrimento de outras. Além disso, não se pode falar em um fluxo livre de ideias, pois há uma segmentação do espaço público em grupos de opinião e bolhas que resistem mesmo a pequenas doses de pluralismo e contraditório. Isso se deve ao fato de que os algoritmos das plataformas tendem a amplificar ainda mais os conteúdos virais, que geralmente estão repletos de desinformação em níveis alarmantes.

Atualmente, parece que vivemos sob a influência do que foi chamado de "paradoxo da liberdade de expressão": o funcionamento do ecossistema digital promove uma aparente liberdade irrestrita para disseminar ódio e explorar discursos antidemocráticos. No entanto, a construção do argumento constitucional proíbe, de maneira inequívoca, o discurso de ódio e qualquer fala que atente contra a democracia; caso contrário, viver em uma democracia seria inviável, pois ela estaria fragilizada e incapaz de se defender de seus opositores. O

Supremo Tribunal Federal já reiterou inúmeras vezes que a Constituição Federal não permite que criminosos usem a liberdade de expressão como escudo para difundir discursos de ódio, antidemocráticos, praticar crimes e realizar atividades ilegais.

Lamentavelmente para aqueles que defendem a proteção integral dos direitos fundamentais, o debate democrático sobre a necessidade de avançar nessa direção parece ter sido sequestrado justamente pelos detratores, para quem a atual estrutura caótica do ambiente digital é crucial, pois, sem ela, não alcançariam o poder nem o manteriam.

Sob outra ótica, a defesa da liberdade de imprensa, um direito assegurado pelo artigo 220 da Constituição Federal, depende de incentivos para que uma imprensa livre possa, em diálogo produtivo com a democracia, promover a opinião pública, baseada em críticas embasadas em debates respeitosos e racionais, conforme os ensinamentos de Habermas. Não há dúvida de que o fluxo de ideias na imprensa deve estar ancorado na realidade factual, e não nas teorias conspiratórias que as redes sociais tanto impulsionam.

Não por acaso, cerca de 7%(Folha de S.Paulo, 2019) da população brasileira sustenta a crença de que a Terra é plana, um percentual semelhante ao daqueles que acreditam que as vacinas são prejudiciais à saúde. Após décadas de campanhas de imunização eficazes e bem-sucedidas, o ambiente digital parece ter nos transportado de volta ao início do século XX, para uma realidade em que se torna necessário reafirmar o óbvio: vacinas salvam vidas. Esse fenômeno pode ser interpretado como o resgate de crenças minoritárias que sempre existiram em alguma forma, mas que, agora, encontram**,** no ecossistema digital**,** um espaço de ressonância e validação, ampliando sua visibilidade e convertendo mais adeptos para narrativas negacionistas.

O negacionismo, amplificado pelo funcionamento das plataformas digitais e alimentado por um vasto contingente de influenciadores digitais de caráter questionável, gera impactos concretos, até letais. Apesar de a maioria dos agentes digitais operar com boas intenções, as dinâmicas internas dessas plataformas favorecem a disseminação de discursos problemáticos e potencialmente perigosos. Um exemplo claro disso é a ampla circulação de conteúdos impulsionados que, durante a pandemia de Covid-19, promoveram o uso da cloroquina como tratamento, mesmo sem qualquer base científica sólida na época e cuja ineficácia foi posteriormente confirmada (Soares et al., 2020).

Esse fenômeno de ascensão dos influenciadores digitais pode ser explicado pelos incentivos econômicos oferecidos pelo modelo de monetização das redes sociais, que recompensa a capacidade de atrair e manter a atenção dos usuários. A remuneração advém, em grande

parte, da exibição de publicidade associada ao conteúdo gerado, o que atraiu diversos grupos oportunistas que viram, na desinformação, uma oportunidade lucrativa. Um caso emblemático desse tipo de atuação foi identificado na cidade de Veles, na Macedônia, onde um grupo de jovens especializou-se em fabricar e disseminar desinformação durante processos eleitorais nos Estados Unidos (Estadão Verifica, 2018).

Esses grupos perceberam um ponto central: notícias falsas geram maior engajamento e, portanto, maior retorno financeiro. Para aumentar a verossimilhança, muitas das narrativas fabricadas começam com uma base factual que é, em seguida, distorcida e ampliada por elementos ficcionais. Esse método torna as histórias fabricadas mais atraentes e "interessantes" do que a realidade, já que a criatividade não enfrenta limites. Como resultado, notícias falsas têm 70% mais chance de serem compartilhadas do que informações verdadeiras (Correio Braziliense, 2018).

Nesse contexto, o funcionamento atual do ecossistema digital, que quase premeia a disseminação de desinformação, colabora para o enfraquecimento da credibilidade da imprensa profissional. O processo de desmoralização da mídia tradicional é acelerado pela facilidade com que notícias sensacionalistas e inverídicas circulam nas plataformas digitais, exacerbando a crise de confiança pública nas instituições de mediação da informação. Isso cria um ciclo vicioso no qual a autoridade e o valor do jornalismo baseado em fatos são constantemente minados, ao mesmo tempo que se promove uma lógica de polarização e de desinformação sistemática.

O desenho estrutural das plataformas digitais parece ter transformado o que outrora era o virtuoso acesso rápido e inclusivo à informação, na Sociedade da Informação em uma dinâmica de desinformação. Isso se deve ao fato de que as fake news e as narrativas pós-verdadeiras, devido ao seu apelo emocional e provocativo, acabam sendo priorizadas nos *feeds* dos usuários em detrimento de fontes confiáveis. Tal priorização reflete a própria inclinação humana pelo sensacionalismo, exacerbada no contexto das redes digitais.

Esse fenômeno tem como consequência o obscurecimento das fronteiras entre o que é fato e o que é opinião, sendo que, atualmente, muitas opiniões são apresentadas com a pretensão de fato. Tal equívoco é amplificado pelo funcionamento do ecossistema digital, cuja falta de transparência dos algoritmos responsáveis por essas operações contribui para a desordem informativa. Se a estrutura atual das plataformas permanecer inalterada, estaremos fadados a viver sob uma constante distorção da verdade, na qual os fatos reais serão cada vez mais obscurecidos por narrativas manipuladas e tendenciosas.

Steve Bannon é frequentemente identificado como um teórico influente da nova direita populista de caráter radical e conselheiro estratégico de Donald Trump, além de figura central no escândalo envolvendo o esquema da Cambridge Analytica.

Esse episódio consistiu na utilização indevida de informações pessoais coletadas de milhões de usuários em plataformas digitais com propósitos eleitorais, o que desempenhou um papel crucial na conquista eleitoral de Trump.

Filipe Martins, com 35 anos, é reconhecido como um proeminente aliado ideológico das pautas defendidas pelo grupo político associado à família Bolsonaro. Ele emergiu do ativismo digital da direita conservadora e foi alçado ao cenário político com o apoio direto daquele clã. Sua função como assessor especial da Presidência era prestar suporte ao líder do Poder Executivo em temas relacionados à política externa.

Em diversos momentos, Martins esteve em colaboração próxima com Ernesto Araújo, chanceler durante a administração anterior. De fato, Martins era frequentemente percebido como uma espécie de chanceler extraoficial, exercendo um papel de orientador intelectual na formulação da diplomacia brasileira nesse período. Em março de 2021, pouco antes do episódio, envolvendo um gesto associado ao supremacismo, Araújo foi afastado em meio a uma reestruturação ministerial, resultado de intensa pressão por parte de parlamentares e membros do próprio governo.

Os canais digitais de Martins são marcados por publicações críticas às iniciativas políticas do atual Presidente Lula e por demonstrações de apoio ao ex-presidente Bolsonaro, especialmente durante o período das últimas eleições. A aliança partidária "Brasil da Esperança", liderada por Lula e Alckmin, interpôs quatro ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Martins, acusando-o de propagar desinformação, que teria afetado negativamente a imagem do candidato petista. Até o presente momento, nenhuma das ações foi objeto de julgamento.

No contexto do segundo turno das eleições de 2022, ocorrido em 30 de outubro, Martins proferiu declarações que colocavam em dúvida a integridade do sistema eleitoral, incitando seus apoiadores a intensificar a vigilância nas seções de votação para assegurar a lisura do processo de fechamento das urnas.

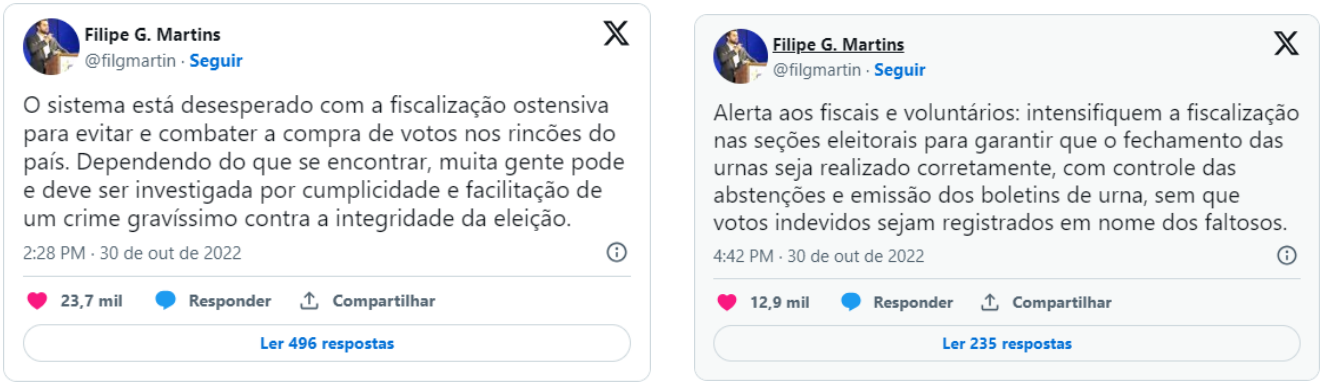


Figura 20: Publicação nas redes sociais do assessor presidencial Filipe Martins, colocando em dúvida a fiabilidade do sistema eleitoral (G1, 2021).

É pertinente destacar a presença de múltiplos indicativos que sugerem a utilização de recursos estatais, incluindo o emprego da infraestrutura digital interna do Palácio do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por meio de auxiliares associados, ainda que de maneira indireta, ao ex-Chefe de Estado, com o objetivo de disseminar informações enganosas com finalidades políticas.

Essa rede de indivíduos era instrumentalizada para promover ataques às instituições democráticas, a seus integrantes e a postulantes a posições públicas, configurando, assim, uma atuação contrária ao regime democrático. Nesse contexto, o Ministro Alexandre de Moraes ordenou a abertura do Inquérito 4.784, devido à existência de substanciais evidências que apontam para a formação de uma estrutura criminosa organizada. Essa organização operava fortemente no ambiente digital e dispunha de núcleos específicos para produção, divulgação, financiamento e articulação política, caracterizando, em tese, delitos previstos nos artigos 18, 22 (incisos I e IV) e 23 (incisos I, II e IV) da Lei n. 7.170/1983 (anteriormente conhecida como Lei de Segurança Nacional, revogada e integrada ao Código Penal no capítulo referente aos crimes contra o Estado Democrático de Direito), além de outras infrações estabelecidas em legislações correlatas.

Entre os agentes de destaque dessa estrutura, figurava Tércio Arnaud Tomaz, antigo assessor especial da presidência. Tércio foi identificado como responsável por diversas contas e páginas em plataformas digitais no Brasil, que posteriormente foram desativadas pelo Facebook e Instagram por violarem os termos de uso dessas redes. Nas contas que permanecem ativas, Tércio publica conteúdos de viés negacionista com o intuito de exaltar a administração federal.

Originário de Campina Grande, Paraíba, Tércio foi descoberto por Carlos Bolsonaro entre 2013 e 2014. Ele aproximou-se do núcleo político da família ao criar a página “Bolsonaro Opressor” no Facebook, utilizada para atacar adversários políticos do então deputado federal

através de memes e para promover elogios a Bolsonaro. Essa mesma página também foi empregada para lançar ataques contra a vereadora Marielle Franco, assassinada*[14demarçode2018]* por indivíduos com vínculos com milícias cariocas.

Com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, Tércio foi um dos primeiros nomeados como Assessor Especial na Presidência da República, ocupando a posição de código CCE 2.15 a partir de 4 de janeiro de 2019. Ele permaneceu no cargo até 30 de dezembro de 2022, recebendo um salário mensal de R$ 13,6 mil, totalizando mais de R$ 700 mil ao longo do período. Apesar de sua função estratégica, Tércio não possuía experiência prévia na esfera política, sendo graduado em Biomedicina e tendo trabalhado anteriormente como recepcionista de hotel. Após ser identificado pela família Bolsonaro, foi incorporado aos gabinetes parlamentares a partir de 2017(G1, 2024).

Conforme determinado pelo Ministro Alexandre de Moraes, a página intitulada "Bolsonaronews" foi acessada em mais de 50 ocasiões a partir de endereços IP do Palácio do Planalto, entre 22 de novembro de 2018 e 14 de maio de 2019, além de outros 14 acessos oriundos da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea. Reportagens indicam que a polícia também identificou 1.045 acessos aos perfis gerenciados por Tércio, provenientes de dispositivos pertencentes a órgãos públicos, incluindo o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Presidência da República e o Comando da Brigada de Artilharia Antiaérea (G1, 2024).

Antes de ser desativada, a conta “Bolsonaronews” contava com 492 mil seguidores e mais de 11 mil publicações no Instagram (O Globo, 2025).



Figura 21: Páginas e publicações na rede social Facebook com conteúdo de ataque a opositores de Jair Bolsonaro (O Globo, 2025).

Mais uma plataforma virtual gerida por Tércio Arnaud era denominada "Bolsonaro Opressor 2.0". Em 2016, foi publicada uma imagem que retratava a deputada Maria do Rosário como se estivesse caída após ser alvejada, além de representações dos ex-deputados Jean Wyllys e dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff imobilizados com camisas de força. O texto que acompanhava a postagem sugeria: "Caso Bolsonaro seja presidente...".

As referidas páginas permaneceram ativas por um longo período antes de serem desativadas pelo Facebook. A "Bolsonaro Opressor 2.0" chegou a atingir mais de um milhão de seguidores antes de sua remoção. Em 2020, o Facebook e o Instagram divulgaram um relatório elaborado pelo DRFLab (BBC News Brasil, 2020), apontando o envolvimento de Tércio na administração de outras páginas vinculadas à disseminação de discursos de ódio.

Embora a página fosse inicialmente anônima, dados de registro possibilitaram a identificação de sua autoria. O relatório descreveu que o conteúdo disseminado era, em muitas ocasiões, deliberadamente enganoso, combinando informações parcialmente verdadeiras para sustentar narrativas falsas. No mesmo ano, por exemplo, a página publicou críticas contundentes direcionadas ao ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, após sua saída do governo.

Há relatos indicando que Tércio foi formalmente contratado pelo partido do então ex-presidente Bolsonaro para atuar como assessor direto, com base em sua estreita relação de confiança com o líder político. O próprio Bolsonaro reconheceu publicamente o papel de

assessores como Tércio e Mateus na gestão de suas plataformas digitais. Em discurso, afirmou:

“O meu marqueteiro é um simples vereador, Carlos Bolsonaro, lá do Rio de Janeiro. É o Tércio Arnaud, aqui que trabalha comigo, é o Mateus. São pessoas que são perseguidas o tempo todo, como se tivessem inventado um gabinete do ódio. Não tem do que nos acusar. É o gabinete da liberdade, da seriedade.” (Giromarília, 2021)

Essa declaração reflete uma tentativa de requalificar as acusações relacionadas à suposta existência de uma estrutura organizada para disseminação de desinformação, apresentando-a como uma atividade legítima e alinhada com a liberdade de expressão e a retidão institucional.

4.3.5 Impacto dos Ecossistemas Digitais na Democracia e no Estado de Direito

Com base no arcabouço teórico previamente delineado, pode-se analisar o funcionamento pleno do ecossistema digital no contexto dos eventos de 8 de janeiro, começando pelas contestações eleitorais no ano de 2022 e culminando na mobilização efetiva para os atos antidemocráticos observados em Brasília naquela data.

Nesse cenário, destacam-se as manifestações virtuais promovidas por diversos indivíduos identificados como "mobilizadores" digitais, cuja função primordial era sustentar a dinâmica dos agrupamentos virtuais (clusters). Esses mobilizadores pertenciam a diferentes segmentos sociais: servidores públicos associados ao governo anterior, representantes políticos em diferentes níveis federativos, empresários, figuras públicas, influenciadores digitais, líderes religiosos, supostos jornalistas, blogueiros, militares, familiares e o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (Gennari, 2022).

Tabela 4

Dados de três plataformas de mídia social utilizadas pela família Bolsonaro

Plataformas/ Políticos	Twitter			Facebook			Tik Tok		
	Ingresso	Seguidores	Segue	Ingresso	Seguidores	Segue	Ingresso	Seguidores	Segue
Jair M. Bolsonaro	Mar., 2010	8,1 milhões	546	Jun., 2013	14 milhões	22	Jun., 2021	1,6 milhão	4
Flavio Bolsonaro	Maio, 2009	1,9 milhão	1.246	Jul., 2012	1,7 milhão	635	Jun., 2021	56,1 mil	42
Carlos Bolsonaro	Ago., 2009	2,5 milhões	635	Maio, 2013	882 mil	27	Out., 2021	59,1 mil	10
Eduardo Bolsonaro	Set., 2009	2,2 milhões	778	Abr., 2014	2,9 milhões	46	Nov., 2021	254,5 mil	10

Nota. Elaboração da autora, a partir de dados das plataformas, de 30 de maio, 2022.

Figura 21: Dados de três plataformas utilizadas pela família Bolsonaro (Gennari, 2022).

Sob essa perspectiva, é pertinente observar que os indivíduos da sociedade brasileira vêm experimentando uma redução significativa de sua autonomia para moldar suas próprias identidades e trajetórias, em razão das contínuas interferências promovidas por aqueles que dominam as dinâmicas do ecossistema digital. Tal ambiente dificulta o desenvolvimento autêntico das personalidades ao expor as pessoas a conteúdos estrategicamente elaborados para induzir comportamentos específicos, como a adesão a modismos virais e o alinhamento a discursos de ódio.

Bolsonaro, ao que tudo indica, emerge como um dos principais articuladores intelectuais dos eventos de 8 de janeiro, dado que seria o maior beneficiário de um eventual sucesso do intento golpista. Sua atuação nas plataformas digitais caracteriza-se por um discurso marcado por vulgaridade e sarcasmo, mobilizando sentimentos de ódio, desinformação e desprezo, o que encontra eco nos estratos mais vulneráveis de uma população assolada por

crises econômicas e sociais. Durante o período eleitoral, essa estratégia digital foi intensificada e refinada, contando com uma audiência massiva, tanto para ele quanto para os membros de sua família, em múltiplos canais de comunicação.

Esse modelo de atuação, amplamente referido como o "Gabinete do Ódio", constituiu uma rede sistematicamente estruturada para disseminar desinformação, hostilidade e ataques direcionados às instituições democráticas, ao sistema eleitoral, à esquerda (ou ao que se identificava, ainda que imprecisamente, com esse espectro ideológico) e a grupos sociais já marginalizados. As ações dessa rede frequentemente reproduziam discursos de exclusão e preconceito contra coletivos vulnerabilizados, intensificando sua condição de perseguição.

A utilização reiterada dessas práticas, associada aos ataques contínuos à imprensa e à oposição política, contribuiu para uma deterioração progressiva da avaliação democrática do Brasil no Índice Democrático V-Dem (Folha de S.Paulo, 2023). Nesse contexto, o país regrediu de uma democracia liberal para uma democracia meramente eleitoral, caracterizada pela ausência de uma participação política substantiva e pela limitação de liberdades civis e sociais.

Por fim, é crucial lembrar que o Brasil se fundamenta nos princípios do Estado Democrático de Direito, conforme disposto no artigo 1º da Constituição Federal. Esse modelo de organização política baseia-se na soberania popular, elemento que legitima a própria Constituição. A soberania popular, por sua vez, concretiza-se em pilares como o pluralismo político, a igualdade perante a lei, as eleições livres e a dignidade da pessoa humana. Ademais, a efetividade do Estado Democrático de Direito está intrinsecamente vinculada à força e ao funcionamento adequado das instituições públicas, que têm o dever de assegurar a realização da vontade política do povo.

No entanto, como amplamente demonstrado e corroborado pelas melhores pesquisas em nível nacional e internacional, o funcionamento estrutural dos ecossistemas digitais apresenta-se como antagonista ao pluralismo político. Sob a égide de uma sociedade narcísica marcada pelo hiperindividualismo, alimentada pela hipersegmentação digital e pela opacidade dos algoritmos que a regem, a máxima de Moynihan (Moynihan, 2012), parece obsoleta: hoje não apenas as opiniões, mas também os "fatos" podem ser personalizados, oferecendo narrativas que conferem sentido subjetivo ao crescente e generalizado mal-estar social.

Para otimizar a eficácia na entrega de conteúdos adaptados aos interesses dos usuários, os algoritmos e sistemas de inteligência artificial recorrem a ferramentas como recomendações

personalizadas, categorização de conteúdos e análise de sentimentos. Esse processo resulta na formação de "bolhas informacionais" ou "câmaras de eco" (echo chambers), que intensificam preconceitos narcísicos e inibem perspectivas divergentes. Nesse contexto, para um indivíduo narcísico que rejeita tudo o que não é reflexo de si, a presença de opiniões contrárias não é apenas desagradável, mas intolerável, sendo interpretada como uma ameaça à sua visão de mundo.

Os algoritmos, ao priorizarem dinâmicas que exploram emoções exacerbadas para capturar e reter a atenção dos usuários até os limites do desgaste cognitivo, transferem para a esfera política a lógica predatória da publicidade comercial hipersegmentada. Nesse modelo, eleitores são reduzidos a meros instrumentos, alvos de estratégias calculadas que substituem a ideia de participação cidadã por relações transacionais baseadas em interesses.

Nesse ambiente fragmentado, poucos consensos sobrevivem além da ira coletiva direcionada contra o *establishment.* Paradoxalmente, essa hostilidade pode ser redirecionada contra os próprios pilares da democracia, levando as massas a agirem em detrimento de si mesmas. Longe de reunir grandes blocos homogêneos ou de subordinar a individualidade em prol de um ideal maior, como nos regimes totalitários, o ecossistema democrático fragmentado configura-se como um arquipélago de facções isoladas, cuja união, em um movimento político abrangente, depende da identificação de um elemento agregador, um desafio considerável diante de tamanha dispersão.

Com isso, os ecossistemas digitais colocam em risco princípios essenciais do Estado Democrático de Direito, incluindo as eleições livres e o pluralismo político e jurídico. Simultaneamente, fomentam a hostilidade contra as instituições enquanto expandem seu próprio poder político e econômico, aumentando sua influência sobre a opinião pública e os processos sociais.

Nesse sentido, impõe-se a necessidade de estabelecer padrões éticos para a governança algorítmica. A calibragem dos sistemas de recomendação deve ser orientada para promover a exposição a uma esfera pública digital pautada por valores pluralistas, mitigando os impactos negativos das câmaras de eco na formação da opinião pública. Essa agenda, ao lado da questão ambiental, constitui um dos debates centrais de nossa geração. Caso permaneçamos inertes diante desse cenário, eventos similares ao ocorrido em 8 de janeiro poderão se repetir, e, pela probabilidade estatística, algum poderá ser bem-sucedido, colocando em xeque a existência de um parlamento livre e plural como o que temos hoje.

A urgência da questão emerge do panorama atual de ampla propagação de desinformação e de uma visível deformação do sistema de deliberação democrática, capturado pelo poder político e econômico daqueles que se beneficiam da estrutura vigente dos ecossistemas digitais. Esses agentes posicionam-se em uma suposta condição de superioridade, enfraquecendo o espaço para um debate que, nas circunstâncias atuais, deveria ser prontamente enfrentado pela sociedade.

4.3.6 O evento do dia 8 de Janeiro 5

5 de julho de 2022 O então líder do Poder Executivo, Jair Bolsonaro, reuniu integrantes do alto escalão ministerial para um encontro no qual em que se deliberou sobre a possibilidade de um movimento de quebra institucional, conforme apontado pela Polícia Federal (PF). Um registro audiovisual dessa reunião foi encontrado em um dispositivo eletrônico de Mauro Cid. Durante o encontro, Bolsonaro afirmou que "se reagirmos após o processo eleitoral, haverá um descontrole no país". O general Heleno, à frente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), declarou que "se houver necessidade de alterar o panorama, isso deve ocorrer antes das eleições". Estavam presentes figuras centrais como Anderson Torres (Justiça), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa), Mário Fernandes (Secretaria-Geral interino) e Braga Netto (Casa Civil), posteriormente mencionados no relatório da PF acerca da tentativa de insurreição.

18 de julho de 2022 Bolsonaro realizou um encontro com embaixadores estrangeiros, utilizando a estrutura oficial da residência presidencial. Durante o evento, sem apresentar evidências, questionou a confiabilidade do sistema eleitoral, reiterando alegações já refutadas sobre o pleito de 2018 e o funcionamento das urnas eletrônicas.

30 de outubro de 2022 Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito no segundo turno presidencial com 50,90% dos votos válidos, totalizando 60,3 milhões de eleitores, enquanto Bolsonaro alcançou 49,10% (58,2 milhões) (O Globo, 2022).

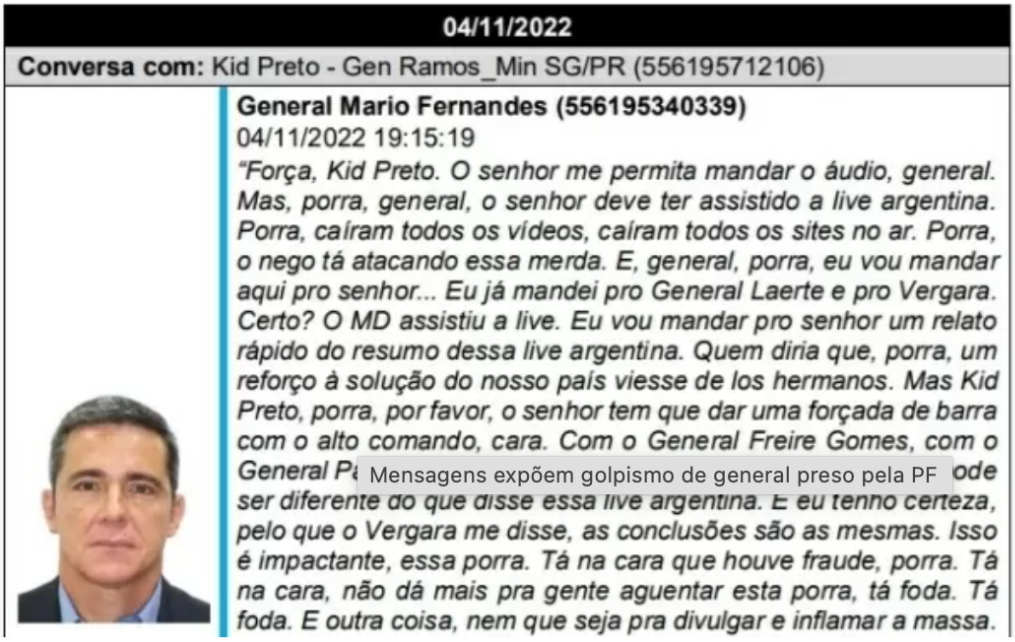
1º de novembro de 2022 Após a proclamação dos resultados eleitorais, apoiadores do então presidente começaram a se concentrar em frente a quartéis militares em diversas localidades, incluindo o quartel-general de Brasília. Mário Fernandes esteve presente nesses acampamentos, registrando imagens em dias subsequentes. Após 44 horas de silêncio, Jair Bolsonaro (PL) realizou sua primeira manifestação pública após ser derrotado por Lula (PT). No discurso, não reconheceu a vitória do petista. Bolsonaro denominou os atos insurrecionais como "mobilizações populares", criticando apenas as restrições ao "direito de locomoção", que, segundo ele, deveriam ser respeitadas, já que os apoiadores bloqueavam diversas vias pelo país. O silêncio do então presidente foi interpretado como incentivo à continuidade dos bloqueios. Em grupos de mensagens, seus apoiadores insistiam que "não é hora de desistir" (UOL Notícias, 2022).



General Mario Fernandes tirou selfie em acampamento golpista em 2022 — Foto: Reprodução/ PF

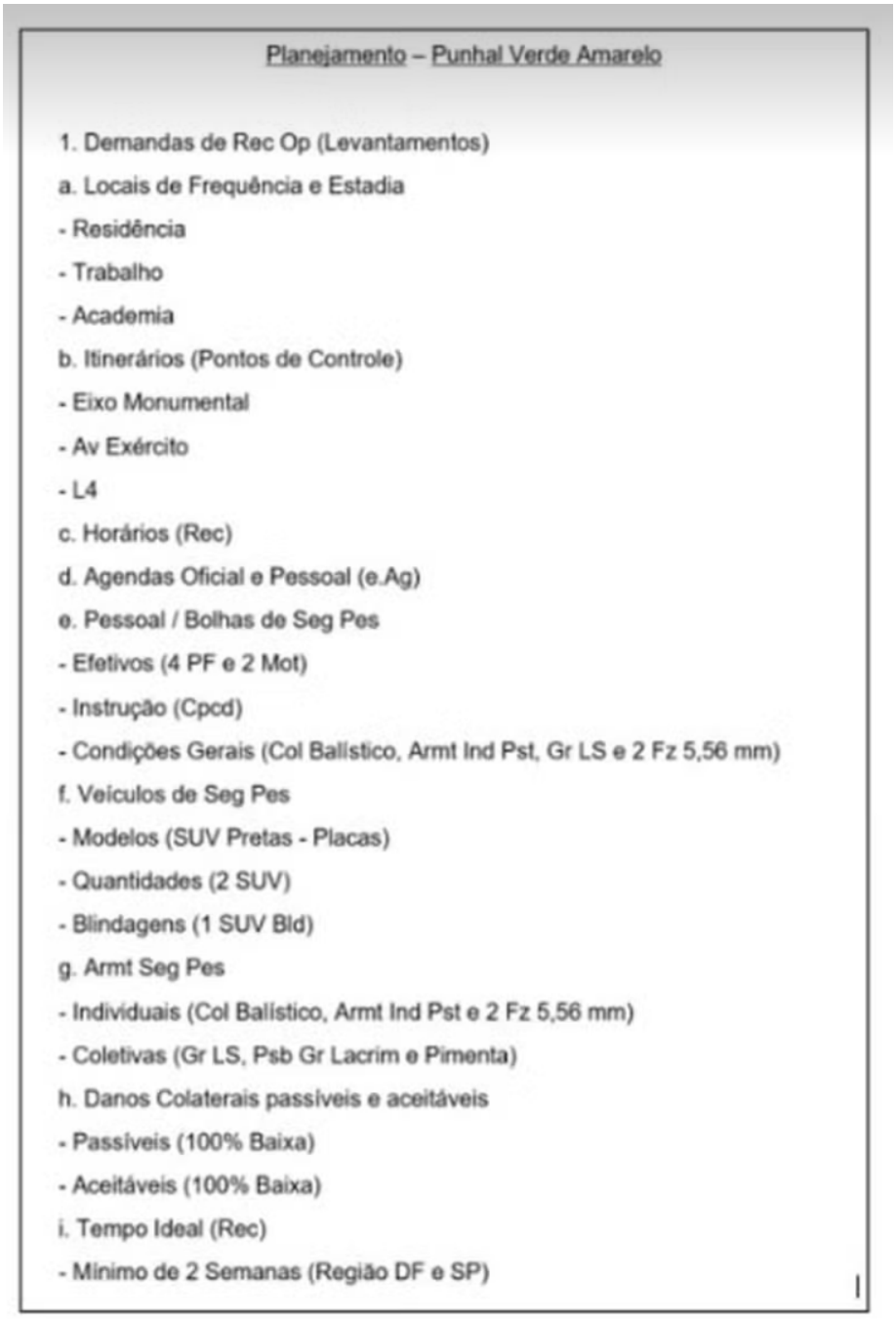
Figura 22: O general Mário Fernandes em acampamento a favor de Jair Bolsonaro em Brasília em novembro de 2022

9 de novembro de 2022 A PF identificou que Mário Fernandes (G1, 2024) elaborou um documento intitulado "Plano - Punhal Verde e Amarelo", detalhando um esquema que previa a captura ou eliminação de figuras como Alexandre de Moraes, Lula e Geraldo Alckmin. O material incluía aspectos logísticos e reconhecia riscos como perdas humanas entre os envolvidos. Segundo a PF, o general imprimiu o documento no Palácio do Planalto e o levou até o Palácio da Alvorada, residência de Bolsonaro. No mesmo dia, o Ministério da Defesa enviou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um relatório sobre o resultado das eleições. O documento não identificou indícios de irregularidades nas urnas, mas alegou que a análise "não foi suficiente para certificar o funcionamento adequado do sistema". Essa conclusão não foi capaz de conter os protestos.



Mensagens expõem golpismo de general preso pela PF

Figura 23: Reprodução de documento da Polícia Federal com os diálogos que citavam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como a pessoa que deveria dar o "OK" para a operação; na imagem, transcrições de conversas entre militares sobre um alegado plano de golpe (Estadão, 2024)

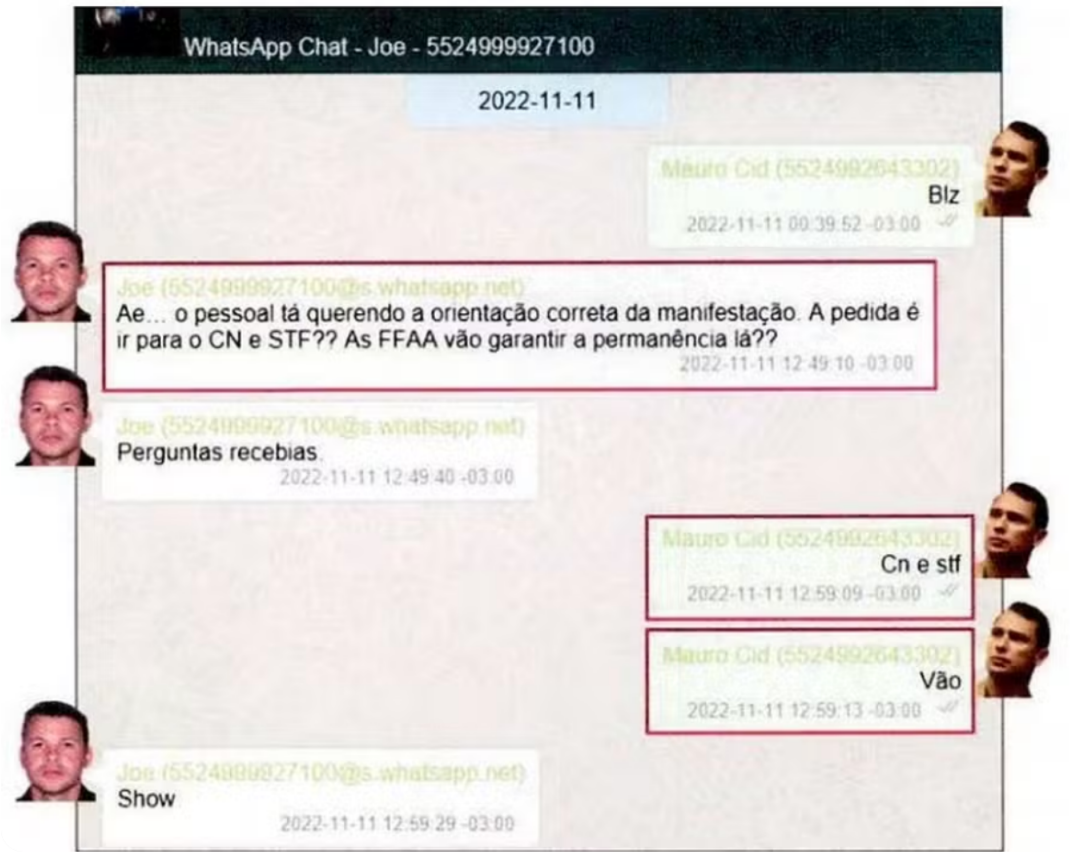


Planejamento – Punhal Verde Amarelo

1. Demandas de Rec Op (Levantamentos)
a. Locais de Frequência e Estadia
- Residência
- Trabalho
- Academia
b. Itinerários (Pontos de Controle)
- Eixo Monumental
- Av Exército
- L4
c. Horários (Rec)
d. Agendas Oficial e Pessoal (e.Ag)
e. Pessoal / Bolhas de Seg Pes
- Efetivos (4 PF e 2 Mot)
- Instrução (Cpcd)
- Condições Gerais (Col Balístico, Armt Ind Pst, Gr LS e 2 Fz 5,56 mm)
f. Veículos de Seg Pes
- Modelos (SUV Pretas - Placas)
- Quantidades (2 SUV)
- Blindagens (1 SUV Bld)
g. Armt Seg Pes
- Individuais (Col Balístico, Armt Ind Pst e 2 Fz 5,56 mm)
- Coletivas (Gr LS, Psb Gr Lacrim e Pimenta)
h. Danos Colaterais passíveis e aceitáveis
- Passíveis (100% Baixa)
- Aceitáveis (100% Baixa)
i. Tempo Ideal (Rec)
- Mínimo de 2 Semanas (Região DF e SP)

Figura 24: Arquivo do documento impresso no Planalto contém o passo a passo do golpe, Foto: Reprodução (SBT News, 2024)

11 de novembro de 2022 O tenente-coronel Rafael Martins, em coordenação com Mauro Cid, organizou as bases logísticas para mobilizações na capital federal, incluindo cálculos de custos para transporte de manifestantes (G1, 2024).



Diálogo entre Mauro Cid e o major das Forças Especiais do Exército Rafael Martins — Foto: PF/Reprodução

Figura 25: Imagem de uma aplicação de mensagens que mostra um diálogo entre Mauro Cid e o major das Forças Especiais do Exército, Rafael Martins.

12 de novembro de 2022 Na residência de Braga Netto, um encontro com Mauro Cid, Rafael Martins e Hélio Ferreira Lima discutiu os detalhes operacionais do plano insurrecional, incluindo o monitoramento do ministro Alexandre de Moraes (Estadão, 2025).



Print mostra golpistas combinando encontro na casa de Braga Netto — Foto: Reprodução

Figura 26: segunda Imagem de uma aplicação de mensagens que mostra um diálogo entre Mauro Cid e o major das Forças Especiais do Exército, Rafael Martins.

18 de novembro de 2022 Com Bolsonaro recluso após sua derrota, Braga Netto foi o primeiro a discursar para os manifestantes, pedindo "fé". Ele justificou o silêncio do presidente, alegando que "era preciso dar um tempo", enquanto a PF apurava que Bolsonaro revisava uma nova versão do plano golpista (Veja, 2025).



O general Walter Braga Netto (PL) atende apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro (PL)
Imagem: Reprodução/Instagram/@adriane_moura_vieira

Figura 27: O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e vice na chapa de candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL), a atender apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

6 de dezembro de 2022 Mensagens entre militares e membros do governo revelaram encontros estratégicos no Palácio do Planalto, nos quais documentos relacionados ao planejamento do golpe foram reproduzidos com a presença de Bolsonaro. (G1, 2024)

7 de dezembro de 2022 Bolsonaro apresentou às forças militares uma minuta de decreto, prevendo estado de sítio como fundamento para a ruptura institucional. Paralelamente, o monitoramento de figuras estratégicas, como o presidente da Suprema Corte Alexandre de Moraes, continuava. (CNN Brasil, 2025)

8 de dezembro de 2022 A PF identificou a ativação de um grupo clandestino de comunicação, denominado "Copa 2022", para coordenar ações. O general Fernandes afirmou a Mauro Cid que não deveriam "perder mais oportunidades", sugerindo que o ex-presidente teria autorizado um golpe até o final do ano. (InfoMoney, 2025)

9 de dezembro de 2022 Bolsonaro fez um discurso ambíguo a seus apoiadores, afirmando que "nada está perdido", enquanto recebia uma versão atualizada do plano golpista. (UOL Notícias, 2022)



Bolsonaro em frente ao Palácio da Alvorada no dia 9 de dezembro de 2022

Imagem: Sergio Lima/AFP

Figura 27: O então presidente Jair Bolsonaro dirigiu-se aos apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, após vários dias em silêncio.

10 a 13 de dezembro de 2022 A interação entre militares, civis acampados e integrantes do governo intensificou-se. Episódios de violência em Brasília, como a destruição de veículos e a sede da PF, foram registrados (CNN Brasil, 2022).



Grupo de bolsonaristas queima carros e ônibus e tenta invadir a sede da Polícia Federal em Brasília no dia 12 de dezembro de 2022
Imagem: Pedro Ladeira/Folhapress

Figura 28: Veículo incendiado durante atos de vandalismo cometidos por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro.

15 de dezembro de 2022 Operações clandestinas para neutralizar Alexandre de Moraes foram articuladas, e um gabinete de crise seria instaurado sob o comando de Heleno e Braga Netto, caso o golpe fosse bem-sucedido. (Poder360, 2024)

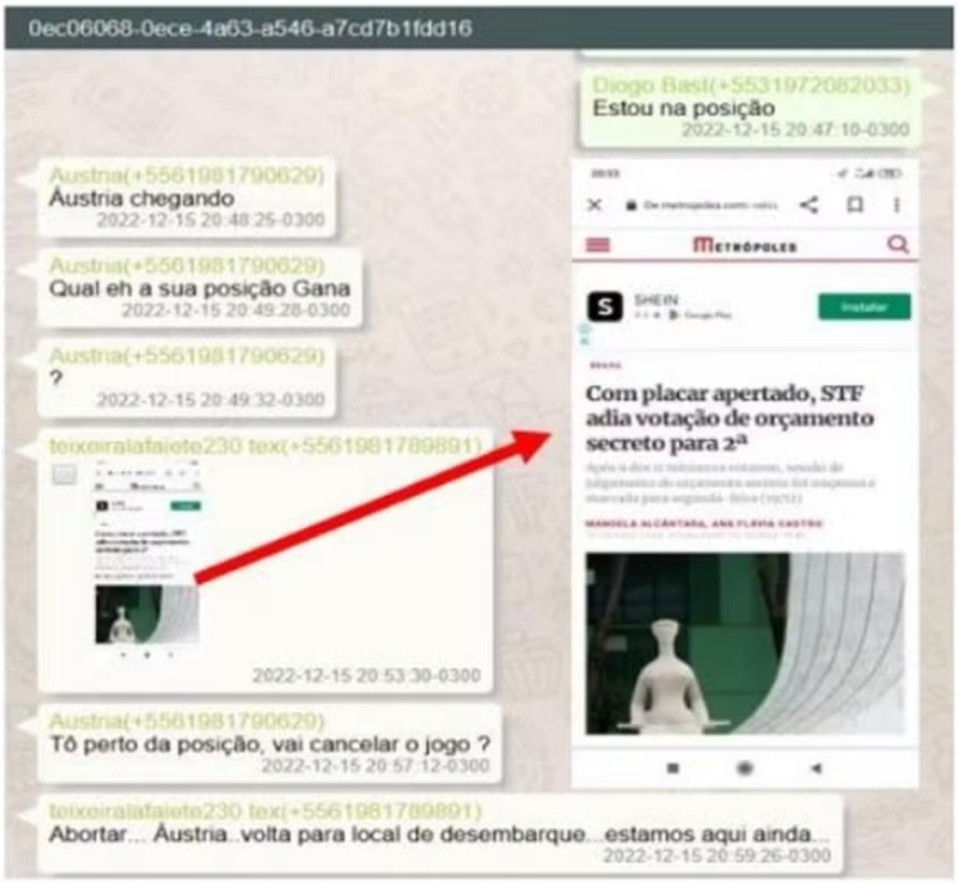
O terceiro armamento, AT4, é um lança-rojão, utilizado rincipalmente por forças armadas e de segurança para combate a eículos blindados e estruturas fortificadas. É um lançador de foguetes ntitanque. munição é um foguete guiado que possui uma ogiva xplosiva.



PF incluiu imagens de armas previstas em plano golpista

Imagem: Reprodução

Figura 28: Reprodução das armas mencionadas no documento da Polícia Federal, que estariam previstas para serem utilizadas num plano golpista, com capacidade para explodir blindados e derrubar paredes do STF (G1, 2024).



Print da troca de mensagens entre os golpistas que estavam na rua para capturar Moraes — Foto: Reprodução

Figura 29: Imagem retirada do processo da Polícia Federal que mostra trocas de mensagens em que os golpistas tramam ações com o objetivo de prender o ministro Alexandre de Moraes.

24 de dezembro de 2022 Um explosivo foi encontrado próximo ao aeroporto de Brasília, com o objetivo de mobilizar apoiadores de Bolsonaro contra o resultado eleitoral. (G1, 2022)

30 de dezembro de 2022 Bolsonaro deixou o Brasil e foi para a Flórida, anunciando que não participaria da cerimônia de posse. (G1, 2022)

1º de janeiro de 2023 Lula assumiu a presidência, marcando a transição democrática. (UOL Notícias, 2023)

8 de janeiro de 2023 Radicais bolsonaristas invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília, promovendo destruição física e simbólica, culminando na radicalização de articulações antidemocráticas prolongadas. (RTP Notícias, 2024)

5. O Colapso Hermenêutico e a Polarização Digital: A Crise da Interpretação na Sociedade Digital

A revolução digital marcou uma nova era na história da comunicação e do conhecimento humano. Se, durante séculos, o acesso à informação esteve limitado a processos de transmissão mediados por instituições como universidades, bibliotecas e veículos de imprensa tradicionais, hoje vivemos em um cenário de desintermediação da informação, no qual qualquer indivíduo pode produzir, disseminar e interpretar conteúdos sem a necessidade de filtros institucionais.

Embora essa transformação represente uma potencial democratização do conhecimento, ela também impôs desafios significativos à capacidade humana de interpretar e compreender a realidade. A informação, antes estruturada em narrativas coerentes, passa agora por um processo de fragmentação, aceleração e simultaneidade, comprometendo os mecanismos tradicionais de análise e reflexão.

Este capítulo propõe-se a analisar os impactos dessa mutação epistemológica, com ênfase no conceito de colapso hermenêutico - termo que descreve a progressiva deterioração da capacidade coletiva de interpretar e contextualizar - com o Bolsonarismo e o 8 de Janeiro de 2023.

A centralidade desse fenômeno dá-se a partir da substituição da interpretação reflexiva pela reação imediata, um processo impulsionado pelo "*social media design",* que privilegiam conteúdos emocionais, polarizadores e engajadores, em detrimento da análise crítica e da verificação de fatos. O resultado é um cenário em que a verdade perde sua importância e o debate público transforma-se em um campo de batalha ideológico, pautado por narrativas emocionais e pela manipulação da opinião pública.

Diante desse contexto, é fundamental compreender os mecanismos de um colapso hermenêutico e suas consequências para a democracia, a sociedade e a subjetividade humana.

O presente estudo procurou demonstrar que estamos a viver uma transformação sem precedentes na história da humanidade, impulsionada pela expansão do universo digital e das plataformas sociais. Mas, como compreender as repercussões desse fenómeno na nossa individualidade, no tecido social e na esfera política?

Ao longo do tempo, cada nova inovação tecnológica trouxe desafios e mudanças estruturais. A escrita alterou a oralidade, a imprensa revolucionou o acesso ao conhecimento, a fotografia e o cinema modificaram a nossa perceção da imagem. Atualmente, o digital não é apenas

um canal de comunicação, mas uma estrutura essencial da vida quotidiana, condicionando a forma como raciocinamos, interagimos e até como construímos a nossa identidade.

Mas, o que há de verdadeiramente inovador na era digital? Não se trata apenas da vastidão de conteúdos disponíveis ou da rapidez da comunicação. O elemento mais disruptivo reside na simultaneidade dos quatro pilares da comunicação:

1. Ação
2. Transmissão
3. Receção
4. Interpretação

Historicamente, esses quatro processos ocorriam de forma desfasada no tempo, permitindo o amadurecimento das ideias e a análise crítica. No entanto, no ambiente digital, manifestam-se *de maneira* instantânea e simultânea, gerando um curto-circuito cognitivo que fragiliza a nossa capacidade de interpretação e discernimento.

Para compreendermos como essa transformação concretizou-se, um bom ponto de partida é a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991). Pela primeira vez na história, um conflito militar foi agendado com data e hora para começar e transmitido em direto para todo o planeta.

A CNN, então o principal canal de notícias a nível global, cobriu a guerra em tempo real, 24 horas por dia. Esse novo modelo de jornalismo converteu a informação num espetáculo mediático, cuja transmissão dos factos assumia maior importância do que a profundidade da análise.

O evento inaugurou a lógica da sobre-exposição e dissolveu a linha que separava um acontecimento real de uma narrativa construída. O público não apenas consumia dados, mas tornava-se um espetador passivo de uma encenação global, cujo impacto emocional sobrepunha-se à sua capacidade de reflexão crítica.

Se a Guerra do Golfo demonstrou o potencial do tempo real na comunicação mediática, o 11 de setembro de 2001 revelou as suas consequências mais profundas.

Naquela manhã, às 8h46, o primeiro avião colidiu com uma das Torres Gémeas. Durante 17 minutos, o mundo inteiro tentava compreender o que tinha ocorrido. Ter-se-ia tratado de um acidente? Uma avaria técnica? Um erro humano? Os comentadores especulavam, mas não possuíam respostas concretas.

Então, às 9h03, um segundo avião embateu contra a outra torre. Nesse instante, a hipótese de um atentado terrorista tornou-se inquestionável. Milhões de pessoas, assistindo ao sucedido em direto, experienciaram um colapso interpretativo, uma falha na capacidade de compreender os eventos em tempo real.

Esse acontecimento não apenas marcou o início do século XXI, mas revelou um novo paradigma: a era da reação imediata, quando o tempo da interpretação foi substituído pela urgência da resposta emocional.

A simultaneidade, iniciada pelos meios televisivos, intensificou-se radicalmente com o advento das redes sociais, exercendo um impacto profundo e alarmante sobre os regimes democráticos.

Nos modelos convencionais, a informação passava por um processo de verificação, edição e análise, permitindo uma avaliação crítica e ponderada. Atualmente, essa filtragem desapareceu. Os acontecimentos são difundidos, recebidos e interpretados no mesmo instante, gerando um ciclo de reações impulsivas, frequentemente estimuladas pela indignação e pela polarização.

Os algoritmos das plataformas digitais são concebidos para privilegiar a interação, e o que mais cativa? Emoções negativas, como o ódio, o medo e a ira. Dessa forma, os meios digitais intensificam a desinformação, extremam opiniões e convertem a política num teatro mediático, cuja importância não é a realidade dos factos, mas sim o impacto emocional da mensagem.

Não é de estranhar, portanto, que os líderes populistas tenham aprendido a explorar essa lógica. Atualmente, políticos produzem conteúdos em tempo real, disseminam excertos estratégicos dos seus discursos, que se propagam de forma vertiginosa pelas redes sociais, moldando perceções, antes mesmo de o acontecimento original, real ter sido concluído. O resultado? Um círculo vicioso de manipulação emocional, em que a verdade objetiva se torna-se irrelevante. Toda mensagem pode ser produzida com um intuito formativo, verdadeiro; ou emocionalmente manipulada, distorciada.

O crítico Raymond Williams, na obra *Drama in a Dramatized Society* (1975), antecipou esse fenómeno. Defendia que, no passado, o acesso à ficção era esporádico, as pessoas deslocavam-se ao teatro, ao cinema ou liam romances. No entanto, com a televisão e, posteriormente, com a internet em computadores pessoais e como advento das redes sociais, a ficção passou a invadir o quotidiano de forma contínua.

Vivemos uma sociedade demasiadamente dramatizada, cuja fronteira entre realidade e encenação dissipa-se. As fake news atuam como ficções habilmente arquitetadas para gerar impacto emocional e envolvimento social.

A consequência é um défice cognitivo, pois perdemos o discernimento para distinguir entre informação e manipulação. As redes sociais transformaram o mundo num reality show permanente, cuja viralização se sobrepõe à autenticidade.

Podemos estabelecer um paralelo entre esta revolução digital e a Reforma da Universidade de Berlim (1809-1810). À época, a invenção da imprensa democratizou o acesso aos livros e colocou em crise o modelo de ensino tradicional. O conhecimento, antes monopolizado pelo professor, que o transmitia verbalmente, passou a estar disponível diretamente para os alunos, forçando a academia a adaptar-se.

A solução encontrada foi a criação de um novo paradigma, assente na investigação e na produção de saber. A universidade deixou de ser apenas um espaço de aprendizagem para tornar-se um centro de criação intelectual.

Atualmente, enfrentamos um desafio semelhante. O acesso ilimitado à informação digital exige que repensemos novos métodos de ensino e aprendizagem, que transformem a tecnologia numa aliada do conhecimento, e não num obstáculo à reflexão.

5.1 O Paradoxo da Informação

O século XXI é frequentemente descrito como a era da informação, caracterizada pelo acesso irrestrito a um volume sem precedentes de dados. No entanto, essa explosão informacional gerou um paradoxo evidente: quanto mais informação temos disponível, menos conseguimos processar, interpretar e compreender.

Esse fenômeno pode ser explicado por três fatores principais:

A neurociência demonstra que a mente humana possui limites na sua capacidade de processar informações simultaneamente. De acordo com o psicólogo Herbert Simon (1971), “uma riqueza de informação cria uma pobreza de atenção”, tornando cada vez mais difícil discernir entre o que é essencial e o que é irrelevante.

No ambiente digital, esse problema agrava-se devido à lógica das redes sociais, que criam um ciclo constante de notificações, estímulos e distrações, impedindo que os indivíduos dediquem tempo à reflexão aprofundada sobre qualquer assunto. Como destaca Byung-Chul Han (2021), vivemos em uma sociedade da exposição e do consumo rápido de

informações, cuja profundidade do pensamento foi substituída pela compulsão da atualização constante.

Essa cultura da distração gera efeitos preocupantes na esfera pública. O pensamento crítico, que exige tempo, silêncio e reflexão, torna-se cada vez mais raro, enquanto discursos simplificados, emocionais e maniqueístas ganham popularidade.

Outro aspecto central do colapso hermenêutico é a crise da autoridade do conhecimento. Antes da era digital, o acesso à informação era mediado por instituições como jornais, universidades e centros de pesquisa, que realizavam um trabalho de verificação, análise e contextualização dos fatos.

Com a descentralização da produção de conteúdo pela internet, essa mediação foi enfraquecida. Qualquer pessoa pode publicar uma informação, seja ela verdadeira ou falsa, gerando um ambiente cuja credibilidade das fontes tornou-se irrelevante diante do impacto emocional da mensagem.

Esse fenômeno contribuiu para o crescimento de teorias conspiratórias e fake news, que se propagam rapidamente entre grupos que rejeitam qualquer forma de autoridade tradicional. Como argumenta João Cézar de Castro Rocha (2021), a fragmentação do conhecimento gera um efeito perigoso: a dissolução do consenso sobre os fatos, tornando impossível qualquer forma de debate racional.

5.2 A Simultaneidade da Informação e o Fim da Reflexão

Historicamente, o processo de comunicação humana foi estruturado por um descompasso temporal entre os momentos de ação, transmissão, recepção e interpretação da informação. Esse intervalo permitiu que os acontecimentos fossem contextualizados, analisados criticamente e transformados em narrativas coerentes.

No entanto, com o avanço das tecnologias digitais, essa defasagem temporal foi eliminada. Hoje, os fatos são transmitidos concomitantes à sua ocorrência, cuja interpretação é conduzida em tempo real, sem qualquer espaço à reflexão crítica.

O 11 de setembro de 2001 é um exemplo emblemático desse fenômeno. Como aponta Castro Rocha (2018), os primeiros minutos após o ataque foram marcados por uma tentativa de compreender o que estava acontecendo. No entanto, quando o segundo avião atingiu a Torre Sul, ocorreu um curto-circuito hermenêutico:

> "O espaço de tempo transcorrido entre o primeiro e o segundo avião inaugurou de fato o século XXI. A hipótese

> do atentado se tornou inevitável, mas sem qualquer tempo para reflexão" (Rocha, 2018, p. 55).

Esse modelo de transmissão simultânea, impulsionado pelas redes sociais, criou um ambiente cuja *interpretação dos fatos* fora substituída pela reação emocional imediata. Essa lógica favorece a manipulação da opinião pública e a radicalização do discurso político, tornando qualquer tentativa de análise crítica extremamente difícil.

As redes sociais amplificam esse fenômeno, ao operarem com algoritmos que priorizam conteúdos altamente engajadores. E o que gera mais engajamento? O medo, a indignação e a raiva.

Esse modelo favorece a criação de bolhas informacionais, nas quais os indivíduos são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas crenças preexistentes. Como resultado, o debate público torna-se um espaço de conflito permanente, no qual a verdade factual se torna irrelevante diante da eficácia retórica da narrativa.

Essa lógica tem sido amplamente explorada por líderes populistas, que aprenderam a utilizar as redes sociais para mobilizar suas bases com discursos simplificados e altamente emocionais. Eventos como a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a invasão ao Congresso Nacional, em 8 de janeiro de 2023, demonstraram como a manipulação da informação e a reação instantânea tornaram-se ferramentas centrais da política digital.

5.3 A Retórica do Ódio

A retórica do ódio visa a desqualificar por completo qualquer indivíduo que pense de forma diferente. Não se trata apenas de desacreditar uma opinião divergente, mas de desumanizar o opositor a tal ponto que a sua eliminação torna-se justificável. Esse é o propósito da retórica do ódio promovida por Olavo de Carvalho, conforme ensinou e como tem sido assimilada ao longo dos anos através dos seus cursos e discursos, sobretudo nas redes sociais.

A retórica de Olavo de Carvalho assenta num eixo central: o anticomunismo. Essa doutrina, porém, está sempre acompanhado por teorias da conspiração e por uma visão paranoica de perseguição. Para Olavo, os comunistas estariam em todos os lugares, operando nas sombras com o intuito de manipular a sociedade. Como afirmou numa publicação datada de 28 de junho de 2016:

"Comunistas, como bons psicopatas que são, sabem imitar perfeitamente os sentimentos bons das pessoas normais para conquistar a sua confiança e, depois, quando estas estão

desprevenidas, inocular nelas o veneno do ódio revolucionário. Podem esperar 10, 20, 30 anos, gerações inteiras, até virar o jogo." (Splashpages, 2016)

Outro exemplo do seu discurso encontra-se numa publicação de 20 de março de 2018, onde em que declara:

"Quebrar a hegemonia intelectual. A guerra cultural começa com a desocupação de espaços: botar para fora da maneira mais humilhante possível os farsantes e usurpadores. Isso exige militância organizada e PRESENÇA FÍSICA." (Olavo.decarvalho, s.d.)

O uso de letras maiúsculas em "PRESENÇA FÍSICA" reforça o apelo à ação direta e agressiva, essencial para a disseminação da sua retórica do ódio.

Apesar do carácter violento da sua linguagem, Olavo de Carvalho tornou-se uma figura central na formação da nova direita brasileira. A sua influência é visível até em declarações do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo:

"Olavo de Carvalho ajuda-me a pensar. Ele é um filósofo, um pensador da maior importância. Mas não há uma influência direta sobre a nossa política externa." (Poder360, 2025)

A ascensão de Olavo no debate público deu-se especialmente a partir dos anos 2000, com a ampliação do seu alcance nas redes sociais e a publicação do livro *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota* (2013), organizado por Felipe Moura Brasil.

Três fatores explicam a disseminação da sua influência:

1. Capacidade de associação de temas e manipulação discursiva - Olavo conectava diferentes autores, teorias e ideologias de forma persuasiva para os seus seguidores.
2. Leitura extensa e apropriação de discursos - Mostrava-se possuidor um conhecimento abrangente sobre diversas disciplinas, conferindo um verniz intelectual aos seus argumentos.
3. Uso eficaz da linguagem das redes sociais - O seu tom agressivo e repleto de vulgaridades adequava-se ao ambiente digital, tornando a sua retórica viral.

A popularização das suas ideias também ocorreu através de produtos culturais, como músicas e vídeos que disseminavam os seus conceitos. O slogan *"Olavo tem razão"*, por exemplo, tornou-se um mantra entre os seus seguidores, sendo estampado em camisetas e cartazes durante as manifestações contra Dilma Rousseff em 2015 e 2016. Aquela frase ecoa slogans históricos de regimes autoritários, como o fascismo italiano:

"Mussolini ha sempre ragione" (Mussolini tem sempre razão). (O Globo, 2025)

O dogma de que Olavo tem sempre razão conduz ao fundamentalismo e à rejeição de qualquer pensamento crítico. O seu sistema de crenças assenta num anticomunismo exacerbado, que transforma qualquer oposição num inimigo mortal. Como resultado, os seus seguidores são levados a um estado de caos cognitivo, em que o raciocínio lógico é substituído por crenças absolutas.

A radicalização promovida pelo discurso de Olavo de Carvalho não se restringe ao campo intelectual. Numa publicação de 21 de março de 2020, ele declara:

"Ou o presidente destrói os seus inimigos agora, ou eles o destruirão entre 14 meses." (Carvalho, s.d.)

A retórica da eliminação é uma característica essencial do discurso bolsonarista e da guerra cultural fomentada por Olavo de Carvalho. O objetivo final não é apenas derrotar o adversário político, mas erradicá-lo do espaço público.

Por fim, a suposta capacidade de previsão de Olavo de Carvalho, frequentemente exaltada pelos seus seguidores, não passa de um mito. O seu discurso assenta no alarmismo e na constante previsão de catástrofes que raramente se concretizam.

No final de contas, como se vê, o único mito que resta é o próprio Olavo de Carvalho.

5.4 A antinomia Bolsonarista

A antinomia bolsonarista permitiu a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, mas também conduziu ao inevitável fracasso do seu governo. O êxito incontestável da campanha bolsonarista resultou na sua própria ruína administrativa.

A tragédia humanitária e sanitária vivida no Brasil decorre desse paradoxo. O bolsonarismo define-se essencialmente como uma guerra cultural, tornando impossível uma administração minimamente racional da coisa pública. O governo Bolsonaro falhou**,** porque desconsiderou dados objetivos, substituindo a governança pela produção de narrativas polarizadoras e pela constante criação de inimigos.

Na conceção bolsonarista, a guerra cultural implica uma divisão binária do mundo: de um lado, “os meus”; do outro, “os inimigos”, que devem ser eliminados. Essa pseudo lógica promove a invenção de inimigos e a produção de factos alternativos, impedindo o governo de se basear em dados concretos.

O caso do Censo de 2021 ilustra bem essa dinâmica. O financiamento da pesquisa foi drasticamente reduzido, inviabilizando a recolha de dados. Sem estas informações, o

governo pôde continuar a operar na base da guerra cultural, evitando o confronto com a realidade dos problemas sociais e económicos do país.

O paradoxo bolsonarista tem uma consequência direta: o golpismo torna-se o seu próprio método de governo. Para compreender este fenómeno, é necessário ultrapassar a visão caricatural de Jair Bolsonaro e encarar o bolsonarismo como um movimento de extrema-direita reacionário, com ampla capilaridade e capacidade de mobilização.

Dessa forma, o autogolpe pretendido por Bolsonaro não pode ser visto como um gesto excêntrico ou um mero traço da sua personalidade. Pelo contrário, trata-se de um método político inserido na tradição dos altos golpes na história da República brasileira.

1. 1891 – O Marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso e decretou o estado de sítio. Após a revolta da Marinha, renunciou, e o Marechal Floriano Peixoto assumiu o poder sem convocar novas eleições, cometendo outro autogolpe.
2. 1937 – Getúlio Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo através de um autogolpe, mantendo-se no poder até 1945.
3. 1961 – A renúncia de Jânio Quadros foi uma tentativa frustrada de autogolpe, inspirada no modelo de Charles de Gaulle.
4. 1964 – O golpe civil-militar inaugurou uma sucessão de altos golpes, desde o governo de Castelo Branco (1965) até ao AI-5 em 1968, consolidando a ditadura.
5. 1969 – Após um derrame do presidente Costa e Silva, o poder foi entregue a uma junta militar, impedindo que o vice-presidente civil Pedro Aleixo assumisse o cargo, configurando mais um autogolpe.

Esses exemplos demonstram que o autogolpe não é um fenómeno exótico na história do Brasil, mas sim um método recorrente.

Em 2020, o governo Bolsonaro protagonizou uma escalada golpista com o objetivo de criar as condições para um autogolpe. Entre os principais episódios, destacam-se:

1. Manifestações de 15 de março de 2020 – Convocação de atos contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo pautas autoritárias, tais como:
    - Fechamento do STF.
    - Dissolução do Congresso Nacional.
    - Retorno do Ato Institucional Nº 5 (AI-5).

- Intervenção militar com Bolsonaro no poder.

2. Declarações golpistas – Em diversas ocasiões, Bolsonaro e os seus aliados flertaram abertamente com a rutura institucional. O deputado Eduardo Bolsonaro afirmou que, para fechar o STF, bastariam "um cabo e um soldado". Noutra ocasião, declarou que a questão já não era "se", mas "quando" ocorreria a rutura.
3. Interpretação distorcida do Artigo 142 da Constituição – O jurista Ives Gandra publicou um artigo**,** alegando que as Forças Armadas poderiam "moderar" conflitos entre os poderes, o que foi interpretado como uma tentativa de legitimar uma intervenção militar.

Contudo, essas tentativas fracassaram por dois motivos principais:

- Falta de adesão popular – As manifestações foram progressivamente perdendo apoio.
- Reação firme do Supremo Tribunal Federal – O STF atuou para conter a escalada golpista e desmobilizar as investidas autoritárias.

Desde 1999, Bolsonaro nunca escondeu a sua intenção de utilizar o golpismo como forma de governo. O seu projeto político assentava em:

- Criar um ambiente de tensão permanente para justificar medidas autoritárias.
- Aparelhamento da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para proteger os seus interesses pessoais.
- Transformação das Forças Armadas numa instituição ao serviço do governo, e não do Estado.
- Propostas legislativas que ampliassem os poderes do Executivo, como o projeto de lei do major Vitor Hugo, o que permitiria a decretação do estado de mobilização nacional durante a pandemia.

O golpismo não foi um acidente ou um elemento secundário do governo Bolsonaro. Pelo contrário, constituiu um dos pilares centrais da sua estratégia de poder. A sua administração baseou-se na guerra cultural, na criação de inimigos fictícios e no ataque às instituições democráticas.

O resultado dessa estratégia foi a tragédia humanitária e sanitária vivida pelo Brasil. O governo Bolsonaro não fracassou apesar do bolsonarismo, mas sim por causa dele.

A guerra cultural é literalmente o grito de guerra de toda a militância bolsonarista. Para compreender o bolsonarismo, é imprescindível reconhecer a guerra cultural como o eixo central da sua visão de mundo e o motor da sua ação política.

Na perspetiva bolsonarista, a guerra cultural implica uma divisão maniqueísta do mundo:

- De um lado, o bem.
- Do outro, o mal.
- De um lado, os “meus”, aqueles que pertencem ao grupo.
- Do outro, não adversários, mas inimigos a serem eliminados.

Para compreender a guerra cultural bolsonarista, é necessário retroceder no tempo e entender como esse conceito foi progressivamente incorporado ao discurso político.

5.5 A Dinâmica da Guerra Cultural

Estamos em 1992, nos Estados Unidos. O presidente é George H.W. Bush. De forma surpreendente, um candidato republicano desafia Bush nas primárias: Pat Buchanan, um político reacionário de extrema-direita.

O seu discurso é fundamental para compreender o movimento bolsonarista. Buchanan inaugura a retórica da guerra cultural na política moderna. Segundo ele, não se trata apenas de uma eleição presidencial, mas de uma guerra cultural, uma batalha pela alma da América.

Tal conceito, profundamente influenciado pelo fundamentalismo religioso, foi amplamente apropriado pelo bolsonarismo. O fundamentalismo não reconhece adversários políticos: quem discorda da "verdade absoluta" é visto como ímpio, infiel e deve ser marginalizado. Essa desumanização do inimigo é um traço essencial do bolsonarismo.

A guerra cultural bolsonarista opera através de uma disputa incessante de narrativas, sempre polarizadoras. O seu objetivo é a criação constante de inimigos, garantindo a mobilização permanente da militância.

Exemplos dessa retórica incluem:

- "Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora."
- "A imprensa sem vergonha."
- "A esquerda quer acabar com a família e destruir o país."

A construção contínua de inimigos impossibilita a política enquanto espaço de diálogo. Para um fundamentalista, não há negociação, apenas imposição.

A extrema-direita global utiliza pautas morais e a invenção de inimigos imaginários como estratégia de dominação. Esse método torna-se ainda mais eficaz quando aliado à desinformação sistemática.

No caso do bolsonarismo, essa desinformação assenta em três pilares fundamentais:

1. Correntes de WhatsApp
    - O WhatsApp foi essencial nas eleições de 2018 para disseminar notícias falsas com rapidez.
    - O impacto emocional daquelas mensagens teve um efeito político imediato.
    - A militância bolsonarista usou aquelas correntes com grande eficácia.
2. Canais de YouTube
    - Existe um circuito organizado de canais bolsonaristas no YouTube.
    - Esses canais disseminam notícias falsas e teorias da conspiração de forma sistemática.
    - O impacto desses conteúdos é ampliado pelo uso estratégico das redes sociais.
3. Redes sociais e o exército digital
    - O bolsonarismo recorreu a robôs e perfis falsos para manipular debates públicos.
    - Para além disso, existem milhares de militantes reais que se dedicam diariamente à propagação de desinformação.

Além disso, o bolsonarismo criou um aplicativo, *"Mano"*, que transmitia conteúdos favoráveis ao governo 24 horas por dia, incluindo rádio e televisão. Essa estratégia reforçava a bolha informacional da militância.

O que mantém a coerência desta estrutura mediática bolsonarista? A retórica do ódio.

A retórica do ódio tem dois objetivos principais:

1. Reduzir o outro a um nada.

2. Criar um inimigo absoluto, que deve ser eliminado.

Esse discurso não reconhece o adversário político como alguém com ideias diferentes, mas como um inimigo a ser exterminado.

Olavo de Carvalho foi um dos grandes responsáveis pela difusão dessa retórica, uma vez que ensinava que era necessário insultar e humilhar o inimigo para deslegitimá-lo. Segundo Olavo:

- "O socialista é a Sida, o comunista é a doença oportunista."
- "Xingue sempre, destrua moralmente o seu oponente."

Tal técnica discursiva visa a persuadir o público de que há inimigos permanentes, como o *"comunismo"*, o *"globalismo"* e a *"extrema imprensa"*.

O uso das *“fake news”,* cujo sentido é algo mais que notícia falsa, Por quê? Porque uma notícia falsa é, essencialmente, uma notícia que contém algum erro ou equívoco. Jornalistas podem eventualmente transmitir uma informação que não seja verdadeira, e ocorrendo não por má-fé, mas por haver alguma falha na apuração do fato. No jornalismo brasileiro, há um termo para isso: "barrigada".

Fake News, portanto, embora tenha como base uma notícia falsa, não se confunde com uma simples notícia falsa.

Fake News não é mentira, nenhum de nós conseguiria viver em sociedade se fosse obrigado a falar a verdade o tempo todo. Além disso, entre a verdade e a mentira não existe apenas uma relação binária. Se algo não é verdade, não significa que seja automaticamente uma mentira.

Entre verdade e mentira, existe ficção, imaginação e arte. A ficção não é o oposto da verdade, ela trabalha com a ideia de verossimilhança, sendo semelhante à verdade, mas indo além dela.

Fake News não é nem uma simples notícia falsa nem uma mera mentira. *Fake News* só pode ser definida como tal**,** quando faz parte de um projeto deliberado de desinformação, com a finalidade de gerar dissonância cognitiva coletiva.

Com o tempo, a guerra cultural bolsonarista deixou de ser apenas uma disputa de narrativas e tornou-se um modo de vida.

Exemplos dessa transformação incluem:

- Recusar-se a usar máscaras durante a pandemia como símbolo de resistência.
- Defender o uso de cloroquina e ivermectina, mesmo sem evidências científicas.
- Rejeitar completamente a comunicação social tradicional (*"Globo lixo"*).

A bolha bolsonarista tornou-se um sistema de crenças, semelhante a uma seita. Para os seus seguidores, a única fonte fiável de informação são os canais da mídia bolsonarista.

A junção desses fatores elencados criou um fenómeno inédito no Brasil: uma realidade paralela.

A guerra cultural bolsonarista consolidou-se como um sistema fechado, cujos seus seguidores viviam num universo desconectado dos factos objetivos.

Esse fenómeno, para dizê-lo de forma clara, é uma metamorfose interna do movimento que, se em 2018 e 2019 era comandado pela guerra cultural, com a pandemia e a crise no sistema de crenças da sua base, passou por uma transformação.

A condução da crise sanitária pelo governo Bolsonaro demonstrou uma completa falta de empatia, que acerca-se da psicopatia, além de uma incapacidade absoluta de considerar o luto do outro e um desprezo total pela vida dos compatriotas.

A guerra cultural deixou de ser suficiente para sustentar a militância bolsonarista. O que antes era uma disputa de narrativas por ganhos políticos imediatos**,** transformou-se progressivamente num modo de vida.

Quando a guerra cultural torna-se um modo de vida, adquire um *ethos* religioso. Não surpreende que tenha sido naquele momento, no auge da pandemia, que o apoio pentecostal ao bolsonarismo tenha-se tornado mais ostensivo e agressivo.

Posto que a guerra cultural transforma-se em forma de vida e adquire um *ethos* religioso, a simples possibilidade de uma derrota eleitoral deixa de ser concebível. A possibilidade de aceitar o adversário político que, na lógica da guerra cultural, era apenas um opositor narrativo, desaparece.

Agora, o adversário já não é um simples rival discursivo; torna-se um ímpio, um herege. E o herege não pode ser tolerado. A partir desse ponto, entramos numa ascensão perigosa, avançando da violência simbólica para a agressão física e, eventualmente, para o terrorismo doméstico.

O 8 de janeiro não foi um evento inesperado, mas sim o culminar de uma série de ações ocorridas diante dos nossos olhos, sem que conseguíssemos conectar os pontos.

Partamos do dia 30 de outubro de 2022, data do pleito eleitoral. A partir das 19 ou 20 horas, quando Lula não só alcançou como ultrapassou Bolsonaro por uma pequena margem, o desespero apoderou-se dos grupos bolsonaristas no WhatsApp. A primeira reação foi a organização de terços e círculos de oração por todo o país. No entanto, quando a derrota tornou-se inevitável, instaurou-se um verdadeiro cenário apocalíptico.

No dia 30 de outubro, Lula foi declarado vencedor; no dia 31 de outubro, ocorreu o primeiro bloqueio de estradas. Foram registados quase 400 bloqueios em menos de 24 horas. Logística e materialmente, isso não poderia ocorrer de forma espontânea. Os bloqueios possuíam infraestrutura padronizada: os mesmos sistemas de som, a mesma logística, os mesmos discursos e palavras de ordem. Era evidente que havia financiamento e coordenação centralizada à retaguarda dessa mobilização.

A estratégia seguiu um modelo bem conhecido. Vale recordar: o golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, que derrubou Salvador Allende, um elemento crucial foi a greve dos camionistas, que levou ao colapso da economia chilena. Hoje sabemos, através de documentos desclassificados da CIA, que essa greve foi financiada para ocorrer.

O bloqueio de estradas no Brasil**,** a partir de 31 de outubro de 2022**,** inscreve-se nessa mesma cartilha. A justificação retórica baseava-se numa leitura absolutamente deturpada do artigo 142 da Constituição, um dos principais pilares argumentativos do golpismo bolsonarista.

Com o passar dos dias, a resistência golpista reorganizou-se. No dia 4 de novembro, Bolsonaro gravou um vídeo**,** pedindo aos camionistas que desobstruíssem as estradas. Contudo, cometeu um erro de português e escreveu *"desor destruir"* em vez de *"desobstruir"*.

Nos grupos de Telegram e WhatsApp bolsonaristas, essa falha foi interpretada como uma mensagem cifrada. Dela surgiu o famoso "SOS FFAA", um apelo para que as Forças Armadas interviessem.

Foi a partir desse momento que se iniciou a concentração diante dos quartéis, acompanhada das míticas *"72 horas para a intervenção militar"*. Quando esse prazo findou-se, sem que nada acontecesse, a retórica extremista intensificou-se ainda mais.

No dia 12 de dezembro, data da diplomação de Lula e Alckmin, assistiu-se a uma verdadeira tentativa de golpe. Grupos bolsonaristas tentaram invadir a sede da Polícia Federal, incendiaram carros e autocarros e promoveram atos de violência explícita.

Uma cena emblemática daquele episódio foi a de bolsonaristas tentando, de sobre um viaduto, empurrar um autocarro incendiado, um ato que pode ser descrito, sem exagero, como terrorismo doméstico.

No dia 24 de dezembro, ocorreu um atentado à bomba no Aeroporto de Brasília. A única razão pela qual aquele ataque não se tornou um dos maiores atentados da história do Brasil foi a ação preventiva de um camionista que, ao realizar uma inspeção rotineira, descobriu um explosivo num camião-cisterna, alertou as autoridades, impedindo, assim, o que poderia ter sido uma catástrofe de grandes proporções.

Chega-se, então, ao 8 de janeiro de 2023, quando o evento não foi um episódio isolado. Pelo contrário, representou o ápice de uma escalada progressiva de violência política, iniciada imediatamente após a derrota eleitoral de Bolsonaro.

Os atos de vandalismo e invasão às sedes dos Três Poderes em Brasília foram a culminação de um movimento que, ao longo de meses, vinha sendo alimentado por desinformação, discurso de ódio e apelos explícitos ao golpismo.

A tentativa de golpe já estava em curso muito antes do 8 de janeiro. Essa data foi apenas a manifestação mais evidente e destrutiva do que vinha sendo sistematicamente construído.

O 8 de janeiro não foi um evento isolado, foi o desfecho lógico de uma sequência de ações que ocorreram diante dos nossos olhos, mas cujos pontos não foram imediatamente conectados.

A tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram os edifícios dos Três Poderes em Brasília, foi o ápice de uma escalada autoritária construída ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro. O evento revelou, não apenas a persistência do bolsonarismo após a derrota eleitoral, mas também a radicalização de sua base mobilizada, a qual passou a operar dentro de uma lógica de "dissonância cognitiva coletiva", cuja ficção política produzida pelas redes sociais sobrepôs-se à realidade factual (Cesarino, 2022).

O ataque, mais grave do que o ocorrido nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, expôs o impacto inédito da “midiosfera extremista”, uma rede digital coesa, resistente a críticas e ancorada na retórica de ódio (Rocha, 2023).

Esse fenômeno está diretamente relacionado à estratégia da guerra cultural, que transforma a política em um campo de batalha simbólico e moral (Hunter, 1991). Alimentados por desinformação e narrativas apocalípticas, como a existência de um suposto "comunismo

iminente" ou a ideia de fraude eleitoral, os radicais passaram a atuar como uma seita secularizada, guiada pela fé em uma figura messiânica e por um sentimento de missão (Brown, 2006).

O 8 de janeiro marca, portanto, o ponto em que a retórica violenta e antidemocrática transbordou do discurso para a ação direta, evidenciando a fragilidade das instituições diante de um movimento que se recusa a operar dentro dos limites da democracia. O evento escancara a necessidade de compreender o bolsonarismo não apenas como uma força eleitoral, mas como um projeto de poder ancorado no ressentimento social, no revisionismo histórico e na destruição simbólica do dissenso (Reis, 2021).

A resposta institucional ao ataque, embora firme, não garantiu, por si só**,** o enfraquecimento dessa máquina de mobilização. Pelo contrário, como demostraram os eventos de dezembro de 2022, incluindo as ações terroristas contra a sede da Polícia Federal e o uso da Polícia Rodoviária Federal para interferir nas eleições, o bolsonarismo ancorou-se em segmentos do aparato estatal e nas forças de segurança, o que ampliou seu potencial desestabilizador (Rosenfeld, 2019).

O cenário do 8 de janeiro não deve ser visto como um episódio isolado, mas como parte de uma estratégia continuada de erosão democrática, sustentada por um ecossistema digital extremista e por lideranças políticas que apostam na radicalização como ferramenta de permanência no poder (Cesarino, 2022; Rocha, 2023).

6. Conclusão

A transmissão de conhecimento sempre fundamentou a organização social, influenciando ideias, reformulando tradições e definindo o curso da história. O que se modificou, com o passar dos séculos, foi o modo como essa troca acontece. No passado, a comunicação ocorria de maneira pausada, permitindo reflexão e ponderação sobre os eventos. Atualmente, vivemos em uma avalanche constante de informações, pelas quais fatos, interpretações e conteúdos manipulados misturam-se, dificultando a distinção entre o real e o fictício.

A guerra cultural promovida pelo bolsonarismo não é apenas uma intensificação de processos comunicacionais já existentes. Trata-se de uma alteração profunda na lógica da construção da verdade e da experiência política. Mais do que um incremento na velocidade das informações, observa-se a consolidação de um novo regime epistêmico, no qual a verdade é substituída por afeto, alinhamento e identidade. Como analisa Sophia Rosenfeld, vivemos a afirmação da inverdade como um modo de governo, em que a mentira se disfarça de verdade, e a credibilidade das fontes tradicionais de conhecimento é minada sistematicamente (Rosenfeld, 2019).

Esse fenômeno conecta-se à ideia de "reconhecimento fragmentado" (Cesarino, 2022), em que a verdade deixa de estar ancorada em fatos verificáveis e passa a depender da posição do emissor no espectro político. A pós-verdade, portanto, não é apenas um sintoma da era digital, mas um dispositivo político ativo. A "midiosfera extremista", como descrita por João Cezar de Castro Rocha, cria uma realidade paralela, cuja dissonância cognitiva coletiva é incentivada como modo de sobrevivência simbólica (Rocha, 2023).

Nesse cenário, o bolsonarismo opera não apenas como uma força política tradicional, mas como um sistema de produção de realidades, um novo modo de governar e sentir o mundo. Essa hipótese aponta para uma mudança de paradigma, em cujos parâmetros democráticos de objetividade, dissenso e racionalidade são substituídos por uma política do ressentimento, da emoção e da polarização permanente (Rocha, 2021; Cesarino, 2022).

Esse novo contexto trouxe vantagens inegáveis, como a ampliação do acesso ao saber e a possibilidade de conexão instantânea com diferentes partes do planeta. Contudo, também gerou um dilema preocupante: a sobrecarga de dados que, ao invés de esclarecer, pode gerar confusão. Ao invés de unir, intensifica desentendimentos. E, frequentemente, é

utilizada de forma estratégica para manipular perceções e distorcer acontecimentos.

Entre 2018 e 2023, esse cenário tornou-se ainda mais evidente. Os episódios de 8 de janeiro de 2023, no Brasil, exemplificam com nitidez essa problemática. A invasão e destruição das sedes dos Três Poderes não aconteceram de maneira isolada, mas representaram o ponto culminante de um processo alimentado por anos de disseminação de desinformação, radicalização *online* e discursos extremos. Aqueles atos expuseram, na prática, como a abundância descontrolada de conteúdos pode desorganizar a compreensão coletiva, não pela falta de fatos, mas pelo excesso sem critérios de interpretação.

A intensificação do radicalismo ancora-se em uma disputa simbólica que, de maneira bastante condensada, pode ser descrita como um mecanismo voltado para fabricar, engendrar discursos extremos, apoiados em desinformação e crenças fantasiosas. Essas construções narrativas precisam ser maniqueístas, porque, além de impulsionar interações e gerar lucro às plataformas virtuais, estruturam uma visão simplificada da realidade, onde inimigos fictícios podem ser criados em larga escala. Uma vez que esses alvos são estabelecidos, abre-se caminho para alimentar uma engrenagem de hostilidade, sustentada por um vocabulário agressivo. Esse modelo de ação, amplamente explorado por setores ultraconservadores, replica-se em diferentes países. O discurso de antagonismo prospera, porque se vincula a um dos sentimentos mais básicos do ser humano: o receio do desconhecido.

Em contrapartida, a literatura fictícia funciona como uma ferramenta de ampliação de perspetivas. A leitura de narrativas ficcionais, sejam elas contos, novelas ou romances, permite-nos enxergar o mundo a partir de outros ângulos. Ou seja, o pacto com a ficção envolve, ainda que de maneira inconsciente, o exercício de deslocamento de identidade, como no conceito “Eu é um outro” (Rimbaud, 2009, pp. 34–36). A peculiaridade gramatical dessa ideia reflete a abertura para múltiplas realidades e formas de expressão. Dessa forma, ler representa um movimento de transformação interior, permitindo a compreensão do diferente.

Já a estrutura discursiva dos embates ideológicos promovidos por grupos ultraconservadores funciona de forma absolutamente contrária. Seu propósito é apenas reforçar certezas pré-existentes, promovendo um tipo de reafirmação constante que se aproxima do fanatismo. Nesse contexto, qualquer pensamento divergente é suprimido, e toda tentativa de aproximação com a diversidade é percebida como uma ameaça que deve ser rapidamente eliminada. Assim, a repetição exaustiva e a ausência de abertura para

questionamento são suas principais estratégias. Pior ainda: essa construção narrativa concretiza-se por meio de uma retórica agressiva, em que o outro deixa de ser um indivíduo para se tornar um adversário a ser aniquilado.

Os movimentos ultraconservadores manipulam essa retórica com destreza, explorando a ideia de um colapso moral iminente. Mas o que isso significa na prática? A crença de que existe um plano para desestruturar o núcleo familiar tradicional: a sua morada. A teoria de que há um esforço deliberado para corromper crianças: a prole. A suposição de que há um incentivo ao abandono de padrões masculinos convencionais: os seus filhos. A ideia de que as instituições de ensino, onde jovens passam boa parte de sua formação, são espaços de doutrinação e manipulação ideológica promovidas por educadores subversivos. Assim, a noção de degradação moral apresenta-se como um argumento de fácil assimilação, pois atinge diretamente a vida cotidiana e desperta um medo visceral: "Será que isso afetará a minha família?". Esse temor, quando amplificado, converte-se em hostilidade. Mas a aversão não se manifesta de forma abstrata. Ela sempre se dirige a um alvo específico. Dessa maneira, a narrativa da suposta crise moral acaba gerando inimigos imaginários.

Embora o bolsonarismo possua especificidades brasileiras, como a centralidade das Forças Armadas e o papel do revisionismo da ditadura, ele também integra um fenômeno mais amplo de convergência reacionária internacional. As semelhanças com o *trumpismo* são evidentes: ambos mobilizam fake news, deslegitimam instituições, invocam um passado idealizado e alimentam a polarização social através da guerra cultural.

A tentativa de golpe no Brasil em 8 de janeiro de 2023 e o ataque ao Capitólio nos EUA em 6 de janeiro de 2021 revelam dinâmicas paralelas de radicalização. O uso político da pandemia de Covid-19, a recusa da ciência e o incentivo à automedicação são elementos compartilhados. Como aponta Wendy Brown, o que se observa é uma "desdemocratização do passado", pelas quais narrativas históricas são manipuladas para justificar projetos autoritários (Brown, 2019).

O Brasil, nesse sentido, não está isolado. A ascensão de Bolsonaro é parte de um processo mais amplo de erosão democrática, alimentado pela crise do Estado, pela precarização da vida e pela revolta das classes médias diante das transformações culturais e sociais recentes. Essa convergência entre neoliberalismo, neoconservadorismo e ressentimento de classe, definida por Cesarino como "convergência reacionária", oferece o pano de fundo para compreender o sucesso e a persistência do bolsonarismo (Cesarino, 2022; Rocha, 2023).

Nenhuma pessoa consegue alinhar perfeitamente aquilo em que acredita com suas ações no dia a dia. O que se conhece como dissonância cognitiva é exatamente esse descompasso entre convicção e comportamento. Com frequência, temos consciência de que certos hábitos são prejudiciais, mas seguimos adotando-os. Esse intervalo entre crença e conduta é parte essencial da condição humana. O discurso da extrema direita aproveita essa característica natural para combiná-la a dois aspetos fundamentais: primeiro, o poder da narrativa; segundo, a existência da dissonância cognitiva.

Relatar experiências, construir histórias e compartilhá-las sempre foi uma das bases de qualquer sociedade. Criar narrativas é um dos processos que definem a humanidade. No entanto, grupos extremistas exploram essa tendência para promover algo inédito na era digital: uma dissonância cognitiva coletiva. O que antes era um fenômeno individual, estudado pelo psicólogo Leon Festinger, agora se manifesta em larga escala, criando ambientes de desinformação projetados para manter as pessoas presas em um estado permanente de ilusão compartilhada.

Isso leva a situações paradoxais: milhões de indivíduos enxergam um homem casado diversas vezes, que sempre substitui suas esposas por mulheres mais jovens, como um defensor dos valores tradicionais. Essa desconexão entre fato e interpretação agrava-se conforme a dissonância cognitiva intensifica-se, gerando desconforto psicológico. Como explica Festinger, é um instinto humano buscar formas de reduzir esse incômodo. Assim como a fome leva-nos a comer, a dissonância cognitiva nos faz rejeitar qualquer informação que contradiga nossas crenças. Foi esse mecanismo que consolidou a ascensão do bolsonarismo: um universo paralelo cujos seguidores só consomem conteúdos de fontes alinhadas à sua visão de mundo, rejeitando e invalidando qualquer alternativa. Dessa forma, torna-se impossível demonstrar que certos discursos são falsos, uma vez que toda informação divergente já foi previamente desqualificada.

Agora, imagine alguém que passou anos envolvido na defesa dessas narrativas. Durante a pandemia, no entanto, surge um obstáculo: a realidade da morte. A tragédia humana não pode ser reduzida a uma piada ou transformada em desinformação. Conforme as perdas se multiplicam, os números deixam de ser estatísticas manipuláveis e passam a ter rostos: um irmão, um amigo, um pai. Nesse momento, o negacionismo começa a gerar repulsa. Portanto, a hipótese é que, diante desse cenário, a guerra cultural passou por uma mutação: deixou de ser apenas um discurso e se transformou em um estilo de vida. O resultado? Pessoas passaram a ingerir remédios ineficazes como parte da rotina; a desafiar deliberadamente medidas sanitárias e a transformar o uso inadequado da máscara em um

símbolo de resistência.

Foi, a partir desse ponto, que o bolsonarismo reconfigurou-se. O movimento ultrapassou a esfera política e arrogou-se uma dimensão religiosa. Esse processo coincidiu com um aprofundamento da radicalização em diversas igrejas evangélicas.

Não estamos mais lidando apenas com um embate ideológico. A guerra simbólica tornou-se uma questão de identidade e fé. E isso teve consequências sérias. Quando um movimento político assume um caráter messiânico, a ideia de derrota eleitoral torna-se inaceitável. Não se pode admitir que o "líder escolhido" tenha perdido. Nesse novo cenário, não há mais adversários políticos: apenas traidores e inimigos espirituais, aqueles que se recusam a aceitar a santidade atribuída ao seu representante.

O levante de 8 de janeiro não surgiu do nada. Ele foi o desfecho inevitável desta transformação: uma disputa política que se converteu em um culto radical.

A compreensão exige enxergar o que o movimento bolsonarista representa, em grande parte, traços profundamente arraigados na sociedade brasileira. Em verdade, tratou-se da manifestação de elementos reprimidos da estrutura social do país, funcionando como um esforço para resgatar um cenário anterior à Constituição de 1988. Isso significo reafirmar a supremacia da força sobre a legalidade, a aversão às normas e a normalização do improviso oportunista. Dessa forma, o bolsonarismo ultrapassou a figura de Bolsonaro, que serviu apenas como um porta-voz de uma estrutura preexistente. Por isso, a ascensão da extrema-direita não foi um fenômeno passageiro: sua continuidade independe da presença ou ausência de seu principal expoente. À medida que Bolsonaro perde espaço, o bolsonarismo permanece, pois está diretamente ligado à estrutura social do país, uma nação marcada por desigualdade profunda, hierarquização rígida e uma elite que dificilmente cede seu lugar. A sociedade pode-se transformar, mas aqueles que detêm o poder mantêm-se inalteráveis. Assim, o bolsonarismo é, essencialmente, um reflexo da própria composição histórica do Brasil.

No caso brasileiro, um dos diferenciais estruturantes do bolsonarismo é a sua simbiose com o movimento evangélico. Mais do que um aliado, o campo religioso apresenta-se como o vetor que permite a penetração do discurso bolsonarista nas camadas populares. Essa produção evangélica de sentido não fornece apenas uma ideologia, mas uma linguagem comum, um imaginário e um repertório afetivo que legitima o autoritarismo como expressão da vontade divina (Villazon, 2015; Rocha, 2021).

Como observado no presente trabalho, esse movimento religioso atua como um "cavalo de Troia": infiltra-se nos espaços periféricos da sociedade, muitas vezes abandonados pelo Estado, e oferece pertencimento, segurança e uma explicação moral para o caos social. Ao fazê-lo, transforma a diferença em ameaça e o conflito político em guerra espiritual.

O bolsonarismo, portanto, não apenas instrumentaliza a religião, ele a reconfigura como linguagem política. A retórica da salvação, do inimigo e do juízo final compõe uma gramática de combate em que o outro não é apenas adversário, mas um agente do mal. É essa gramática que justifica o "vale-tudo" simbólico, a retórica de ódio e, em última instância, o desejo de eliminação do dissenso (Rocha, 2021; Brown, 2019).

A partir desses três eixos, a transformação epistemológica do regime de verdade, a inserção do bolsonarismo numa convergência reacionária global e o papel central do movimento evangélico na mobilização social, é possível compreender o bolsonarismo como mais do que uma anomalia política. Trata-se de um sintoma de um mundo em mutação, cuja democracia é fragilizada não apenas por suas contradições internas, mas também pela ascensão de projetos que rejeitam a própria ideia de pluralismo. A guerra cultural, nesse contexto, não é apenas um sintoma, mas o motor de uma nova forma de fazer política, baseada na destruição dos espaços comuns e na construção de uma subjetividade autoritária (Rocha, 2023; Cesarino, 2022; Brown, 2019).

A sustentação desse fenômeno segue uma lógica específica erro + Ilusão + rede de desinformação + perceção distorcida + conjuntura governativa. A intenção principal dessa estratégia é manter a população sob constante influência, ocupando seu imaginário de modo a provocar desorientação coletiva. A extrema-direita ganhou projeção global, ao desafiar consensos científicos; primeiro com a negação das mudanças climáticas, um dos braços do negacionismo científico que se intensificou na pandemia e, paralelamente, promoveu uma revisão seletiva da história.

O aspeto mais ardiloso dessa tática é a apropriação do método científico para desvirtuá-lo. O processo de construção do conhecimento parte de princípios já estabelecidos e busca questioná-los através da formulação de hipóteses testáveis. Assim como Galileu contrariou a visão ptolomaica e Kepler definiu as leis que regem os planetas, a ciência progride ao desafiar verdades aceitas. No entanto, a validação empírica é um passo indispensável e justamente esse estágio é ignorado pela extrema-direita. Seu método consiste em simular o início da investigação científica, mas rejeitar qualquer evidência que vá contra sua narrativa.

O avanço da extrema-direita deu-se por meio da subversão de conceitos-chave. Nos anos 1970 e 1980, pensadores progressistas passaram a questionar a ideia de uma "história única", que sugeria uma "verdade universal". Esse debate buscava ampliar as perspetivas e diversificar os discursos. A extrema-direita, no entanto, levou essa noção ao extremo e inverteu sua lógica: agora, na sua visão, nada é real, tudo é apenas uma versão dos fatos. Dessa forma, o conceito de desinformação perde força, já que tudo pode ser relativizado como uma mera "opinião". Essa manipulação intensifica-se nas redes sociais, cuja distorção dos fatos serve a um projeto autoritário. O modelo digital, por sua vez, favorece esse tipo de estratégia, pois o conflito de narrativas gera engajamento, tornando a disputa de versões um espetáculo necessário para manter relevância na competição pela atenção do público.

A retórica da extrema-direita apoia-se na defesa da liberdade de questionamento irrestrito. De facto, indagar é um aspeto essencial do pensamento crítico e do progresso da ciência. No entanto, sua intenção não é incentivar um debate genuíno, mas interrompê-lo antes da verificação dos argumentos. Trata-se de um mecanismo planejado para criar confusão e minar a credibilidade do conhecimento. O que ocorre, na prática, é a apropriação dos princípios da investigação científica sem sua conclusão, o teste e a comprovação. Perguntar se a Terra é plana, por exemplo, pode ser um questionamento válido em um contexto exploratório. Formular hipóteses sobre isso também pode ser legítimo. O problema surge quando, diante de provas incontestáveis que refutam essa ideia, insiste-se em negar a realidade e criar justificativas alternativas para sustentar uma tese insustentável.

No centro do bolsonarismo está a retórica do ódio, entendida aqui como uma pedagogia da inimizade. Não se trata de um discurso apenas negativo, mas de uma linguagem performativa que forja uma identidade coletiva contra um “inimigo interno”, a esquerda, os movimentos sociais, a imprensa, o Supremo Tribunal Federal. A eliminação simbólica do outro é parte da gramática política bolsonarista, como analisado por João Cezar de Castro Rocha (2023), que identifica no discurso do ex-presidente um “vale-tudo disfarçado de filosofia” (Rocha, 2023).

Essa retórica apresenta-se de forma infantilizada, agressiva e polarizante, ecoando as estratégias de Olavo de Carvalho, que projetava, nas instituições democráticas e nos pensadores progressistas, a fonte de todos os males. Sua influência na formação da elite bolsonarista contribuiu para o esvaziamento do debate público e para a ascensão de um discurso ressentido e antiliberal (Cassimiro & Lynch, 2022; Rocha, 2023).

A segunda engrenagem do bolsonarismo é o uso sistemático das redes sociais para

disseminar *fake news*. A "midiosfera extremista", descrita por Rocha (2023), não apenas desinforma, mas cria um ecossistema cujos fatos perdem centralidade diante da narrativa emocional. As redes sociais funcionam como catalisadores de crenças prévias, fomentando a dissonância cognitiva coletiva, uma adesão à mentira como forma de identidade política (Cesarino, 2022).

A disseminação de conteúdos como o "kit gay", a mamadeira erótica ou o risco comunista opera com lógica conspiratória, uma vez que qualquer checagem de fatos é interpretada como parte do "sistema". A retórica da guerra cultural, nesse sentido, serve como justificativa moral para o abandono da racionalidade e da ética pública (Rocha, 2023; Hunter, 1991; Cesarino, 2022).

Um dos pilares centrais do bolsonarismo é a articulação entre narrativa política e discurso religioso. Trata-se de uma "produção evangélica" que legitima o autoritarismo sob o manto da moral cristã. Mais do que um fornecedor de ideologia, o movimento evangélico funciona como um cavalo de Troia: infiltra-se nas camadas populares com uma linguagem de salvação e pertencimento, mobilizando-as para um projeto de conservação, e não de transformação (Villazon, 2015; Lessa, 2020).

Essa aliança entre fé e política proporciona um tipo de blindagem discursiva, em que o messianismo político ganha força e a figura de Bolsonaro é associada a uma missão divina. O resultado é uma subjetividade política avessa ao dissenso, que naturaliza o autoritarismo como forma de defesa dos "valores da família" (Rocha, 2021; Cesarino, 2022).

A guerra cultural não é um subproduto do bolsonarismo, mas seu núcleo organizador. Inspirada em estratégias da nova direita global, a guerra cultural busca não apenas combater o progressismo, mas destruir os espaços institucionais onde ele atua: universidades, artes, ciência, imprensa (Empoli, 2020; Hunter, 1991; Rocha, 2023). O objetivo não é vencer no campo do debate, mas esvaziar o próprio campo simbólico onde o debate é possível (Rocha, 2021; Aarão Reis, 2020).

Essa ofensiva simbólica inclui a revisão do passado, com a reabilitação da ditadura, e o ataque ao presente, com a deslegitimação das políticas de memória, da diversidade e da cultura crítica (Napolitano, 2020; Bauer, 2018; Reis, 2020). A guerra cultural é, portanto, uma política de ressentimento organizada, que pretende refundar os marcos da história, da

moral e da cidadania (Brown, 2018; Aravena, 2019).

A máquina política bolsonarista opera por meio de uma racionalidade própria, em que verdade, política e religião fundem-se em um dispositivo de mobilização. A análise desses mecanismos revela um projeto de poder que não se sustenta apenas por suas ideias, mas por sua capacidade de produzir afetos, subjetividades e narrativas (Rosenfeld, 2018; Cesarino, 2022). Ao privilegiar a retórica do ódio, instrumentalizar as redes sociais, capturar o campo religioso e atacar o tecido simbólico da democracia, o bolsonarismo não apenas disputa o presente, mas busca sequestrar o futuro**.**

O problema essencial não é apenas a velocidade com que as informações espalham-se, mas a forma como são compartilhadas e absorvidas. As plataformas digitais, os grupos fechados e os algoritmos que reforçam crenças prévias criaram um ambiente pelo qual a realidade se tornou-se subjetiva e a incerteza permanente enfraquece qualquer possibilidade de entendimento comum. O resultado disso é uma sociedade cada vez mais cética, cujas instituições são desacreditadas, especialistas perdem autoridade e qualquer indivíduo pode fabricar sua própria versão dos acontecimentos.

A principal tarefa que temos pela frente não é reduzir a quantidade de conteúdos disponíveis, algo inviável e até prejudicial, mas sim fortalecer a habilidade de análise e discernimento da população. Para isso, é essencial investir em educação voltada ao pensamento crítico, desenvolver mecanismos que inibam a circulação de informações falsas e incentivar um uso mais responsável das redes digitais.

O colapso da capacidade interpretativa é um dos desafios mais urgentes do século XXI. Se a hiperconectividade levou-nos ao limite da desinformação e da fragmentação do saber, torna-se indispensável restabelecer espaços para reflexão crítica e análise aprofundada.

Uma grande questão a ser debatida: poderá a democracia continuar existindo [ou sobreviver] num contexto cujas informações não sejam criteriosamente interpretadas?

Se não houver uma reconstrução da base interpretativa do conhecimento, o debate público será engolido pela pressa e pela superficialidade. O destino da sociedade depende de nossa capacidade de recuperar o tempo da análise, pois, mais do que nunca, formular perguntas tornou-se mais essencial do que simplesmente obter respostas.

Diante disso, surge um desafio crucial: como reduzir o ritmo acelerado da circulação de informações? De que maneira podemos criar momentos que favoreçam a reflexão antes da reação?

A resposta pode estar na retomada de práticas que retardam o consumo de informações, como a leitura reflexiva, os diálogos filosóficos, os rituais que incentivam a introspecção e a valorização do tempo necessário para que ideias amadureçam.

Referências

Aarão Reis, D. (2020). Notas para compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero Americanos, 46*(1), e36709.

Adorno, T. W. (1941). The culture industry: Enlightenment as mass deception. In. *Dialectic of Enlightenment*. Verso.

Adorno, T. W. (1975). O fetichismo na música e a regressão na audição. In T. W. Adorno et al., *Textos escolhidos*. Abril Cultural.

Adorno, T. W. (2009). A social critique of radio music. In *Current of Music*. Polity Press.

Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1944). *A indústria cultural: O esclarecimento como mistificação das massas*.

Aires, J. L. de Q. (2020). "Gramscismo cultural": A ideologia neofascista brasileira. *Revista História & Luta de Classes, 16*(30), 13–29.

Ajzenman, N., Cavalcanti, T., & Da Mata, D. (2023). More than words: Leader's speech and risky behavior during a pandemic. *American Economic Journal: Economic Policy, 15*(3), 351–371.

American History TV C-SPAN. (2024, July 18). *Pat Buchanan 1992 convention speech* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=y1rQKnTWEDQ

Aravena, P. (2019). Mudanças epocais na consciência histórica moderna: A evolução das representações do passado e a pós-verdade. In J. C. de Castro Rocha & L. Cesarino (Orgs.), *Teoria da história e epistemologia contemporânea* (pp. 45–67). Editora XYZ.

Arendt, H. (1988). Verdade e política. In *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva.

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras.

Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Companhia de Bolso.

Aos Fatos. (s.d.). *Todas as declarações de Bolsonaro*. https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/

Aulete, C. (1980). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (Vol. 5, 3.ª ed.). Delta.

Aulete, C., & Caldas, A. (1980). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (Vol. 5, 3.ª ed.). Delta.

Barkey, K. (2009). Historical sociology. In P. Hedström & P. S. Bearman (Eds.), *The Oxford handbook of analytical sociology*. Oxford University Press.

Barroso, L. R. (2020). *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: A construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Fórum.

Bauer, C. (2018). Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In A. M.

Mauad, R. Santhiago, & V. T. Borges (Orgs.), *Que história pública queremos?* (pp. 195–203). Letra e Voz.

BBC News Brasil. (2018, April 16). Título do artigo. https://www.bbc.com/portuguese/geral-43646687

BBC News Brasil. (2020). Título do artigo. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53353594

Beiguelman, G. (2021). *Políticas da imagem: Vigilância e resistência na dadosfera*. Ubu Editora.

Benbasat, I., Goldstein, D. K., & Mead, M. (1987). The case research strategy in studies of information systems. *MIS Quarterly, 11*(3), 369–386.

Benjamin, W. (1987). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Obras escolhidas I*. Brasiliense.

Benjamin, W. (2012). *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (F. A. P. Machado, Trad.). Editora Zouk.

Berakash. (2020, June). Resumo de como se introduziu o marxismo. https://berakash.blogspot.com/2020/06/resumo-de-como-se-introduziu-o-marxismo.html

Bolsonaro, J. [@jairbolsonaro]. (2024, March 5). Texto do tweet [Tweet]. X. https://x.com/jairbolsonaro

Brasil de Fato. (2021, March 25). Cinco vezes que Bolsonaro ou pessoas ligadas a ele recorreram a símbolos nazistas. https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas/

Brown, W. (2006). *Regulating aversion: Tolerance in the age of identity and empire*. Princeton University Press.

Brown, W. (2018). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Politéia.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Politéia.

Canetti, E. (1995). *Massa e poder*. Companhia das Letras.

Capurro, R. (1978). *Information: Ein Beitrag zur etymologischen und ideengeschichtlichen Begründung des Informationsbegriffs*. Saur.

CartaCapital. (2018, October 29). Bolsonaro em 25 frases polêmicas. https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas

Carvalho, O. (2002, June 8). Do marxismo cultural. *O Globo*. https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/

Carvalho, O. de. (2015). *O jardim das aflições*. Vide Editorial.

Carvalho, O. de. (s.d.). Publicação no Facebook. Facebook. https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=10158015404377192&id=698992191

Cassimiro, P. H., & Lynch, C. (2022). *O populismo reacionário: Ascensão e legado do bolsonarismo*. Contracorrente.

Castells, M. (1999a). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra.

Castells, M. (1999b). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (Vol. 2, *O poder da identidade*). Paz e Terra.

Castells, M. (2000). *O poder da identidade* (2.ª ed.). Paz e Terra.

Castells, M. (2013). *O poder da comunicação*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Cesarino, L. (2022). *Convergência reacionária: O neoliberalismo e o neoconservadorismo no século XXI*. Editora ABC.

Cesarino, L. (2022). *O mundo do Bolsonaro: A guerra cultural e a construção do inimigo*. Ubu Editora.

CHEGA TV. (2019, December 4). André Ventura ARRASA Governo – Parte 3 [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=QqlK_F9Drhc

CHEGA TV. (2020, October 2). André Ventura DESTRÓI lei da nacionalidade da esquerda [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=KRVfMERZMfk

CHEGA TV. (2022, November 8). Ventura ARRASA Pedro Nuno Santos [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/live/LB6HoWsgQh0

CNN Brasil. (2022, December 13). Brasília amanhece com vestígios de protestos, fim da transição e mais de 13 de dezembro. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasilia-amanhece-com-vestigios-de-protestos-fim-da-transicao-e-mais-de-13-de-dezembro/

CNN Brasil. (2023, September 15). Pesquisa Quaest: apenas um governista está no top 10 em popularidade digital no Congresso. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-quaest-apenas-um-governista-esta-no-top-10-em-popularidade-digital-no-congresso/

Colab PUC Minas. (2021, July 2). Caos planejado: as cortinas de fumaça produzidas pelo governo. https://blogfca.pucminas.br/colab/caos-planejado-as-cortinas-de-fumaca-produzidas-pelo-governo-federal/

Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos na Câmara Legislativa do Distrito Federal (Brasil). (2024). *Notas taquigráficas da 4ª reunião ordinária da CPI dos atos antidemocráticos na CLDF: Oitiva de Jorge Eduardo Naime*.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Brasil). (2024). *Notas taquigráficas da 5ª reunião ordinária da CPMI: Oitiva de Leonardo de Castro*.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Brasil). (2024). *Notas taquigráficas da 18ª reunião da CPMI: Oitiva de Gustavo Henrique Dutra de Menezes*.

Confederação Nacional de Municípios. (2015). No Brasil, 95,4 milhões de pessoas tiveram acesso à internet em 2014. https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/no-brasil-954-milhoes-de-pessoas-tiveram-acesso-a-internet-em-2014

Correio Braziliense. (2018, March 8). Fake news se espalham 70% mais rápido que notícias verdadeiras. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2018/03/08/interna_tecnologia,664835/fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-noticias-verdadeiras.shtml

Cultura UOL. (2022, November 2). Manifestantes bolsonaristas fazem gesto nazista durante ato em São Miguel do Oeste. https://cultura.uol.com.br/noticias/53430_manifestantes-bolsonaristas-fazem-gesto-nazista-durante-ato-em-sao-miguel-do-oeste.html

da Empoli, G. (2019). *Os engenheiros do caos*. Vestígio.

da Empoli, G. (2020). *Os engenheiros do caos*. Vestígio.

Dantas, M., et al. (2022). *O valor da informação: De como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*. Boitempo.

DeCesare, M. (2023). *A legibilidade do presente: A crise da compreensão política e histórica no mundo contemporâneo*. Editora Delta.

Desinformante. (2025). Golpe do Ads: anúncios falsos. https://desinformante.com.br/golpe-ads-anuncios-falsos/

Deutsche Welle Brasil. (2020, January). Discurso de Alvim com referências ao nazismo gera repúdio maciço nas redes. https://www.dw.com/pt-br/discurso-de-alvim-com-refer%C3%AAncias-ao-nazismo-gera-rep%C3%BAdio-maci%C3%A7o-nas-redes/a-52047210

Dooley, L. M. (2002). Case study research and theory building. *Advances in Developing Human Resources, 4*(3), 335–354.

Durkheim, É. (1995). *As regras do método sociológico*. Companhia Editorial Nacional.

Eagleton, T. (1993). *A ideologia da estética*. Zahar.

Eisenhardt, K. M. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review, 14*(4), 532–550.

Eisenhardt, K. M., & Graebner, M. E. (2007). Theory building from cases: Opportunities and challenges. *Academy of Management Journal, 50*(1), 25–32.

El País Brasil. (2018, December 27). Chanceler de Bolsonaro: “Deus uniu ideias de Olavo de Carvalho ao patriotismo do presidente”. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/27/politica/1545925083_475905.html

El País Brasil. (2018, October 18). Título do artigo. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539873857_405677.html

Empoli, G. d. (2020). *Os engenheiros do caos*. Vestígio.

Estado de Minas. (2021, July 29). Bolsonaro: “Sobre apoiadores, meu exército é o povo brasileiro”. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/29/interna_politica,1291219/bolso

naro-sobre-apoiadores-meu-exercito-e-o-povo-brasileiro.shtml

Estado de Minas. (2022, September 13). YouTube privilegia vídeos pró-Bolsonaro em recomendações a usuários. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/13/interna_politica,1393276/youtube-privilegia-videos-pro-bolsonaro-em-recomendacoes-a-usuarios.shtml

Estadão. (2024, November 19). General imprimiu no Planalto plano de execução de Lula, Alckmin e Moraes com Bolsonaro no Palácio. https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/general-imprimiu-no-planalto-plano-de-execucao-de-lula-alckmin-e-moraes-com-bolsonaro-no-palacio/

Estadão Verifica. (2018, January 30). Macedônia: uma usina mundial de fake news. https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/macedonia-uma-usina-mundial-de-fake-news/

Festinger, L. (1975). *Teoria da dissonância cognitiva*. Zahar.

Floridi, L. (2010). *Information: A very short introduction*. Oxford University Press.

Folha de S.Paulo. (2018, November 6). Após eleições, WhatsApp vira canal de exaltação a Bolsonaro e divulgação de "caça às bruxas". https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/apos-eleicoes-whatsapp-vira-canal-de-exaltacao-a-bolsonaro-e-divulgacao-de-caca-as-bruxas.shtml

Folha de S.Paulo. (2018, December 29). Bolsonaro fez referência a área de desova de mortos pela ditadura. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/bolsonaro-fez-referencia-a-area-de-desova-de-mortos-pela-ditadura.shtml

Folha de S.Paulo. (2019, March 18). Homenageado por Bannon, Olavo de Carvalho diz desconhecer ideias políticas de Bolsonaro. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/homenageado-por-bannon-olavo-de-carvalho-diz-desconhecer-ideias-politicas-de-bolsonaro.shtml

Folha de S.Paulo. (2019, July 7). 7% dos brasileiros afirmam que a Terra é plana, mostra pesquisa. https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml

Folha de S.Paulo. (2023, September). Brasil cai em ranking de democracias desde 2016, mas houve leve melhora em 2023. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/09/brasil-cai-em-ranking-de-democracias-desde-2016-mas-houve-leve-melhora-em-2023.shtml

Freud, S. (1997). *O futuro de uma ilusão*. Imago.

G1. (2018, September 6). Bolsonaro faz campanha eleitoral nesta quinta em Juiz de Fora. https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/bolsonaro-faz-campanha-eleitoral-nesta-quinta-em-juiz-de-fora.ghtml

G1. (2020, January 17). Secretário Nacional da Cultura Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da propaganda de Hitler. https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml

G1. (2021, June 9). MPF diz que Filipe Martins, assessor de Bolsonaro, tem histórico de menções a símbolos de extrema direita: Veja casos. https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/09/mpf-diz-que-filipe-martins-assessor-de-bolsonaro-tem-historico-de-mencoes-a-simbolos-de-extrema-direita-veja-casos.ghtml

G1. (2022, December 24). Polícia prende suspeito de plantar suposto artefato explosivo em Brasília e apreende arsenal. https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/24/policia-prende-suspeito-de-plantar-suposto-artefato-explosivo-em-brasilia-e-apreende-arsenal.ghtml

G1. (2022, December 31). Bolsonaro chega a Orlando e vai a condomínio privado. https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/31/bolsonaro-chega-a-orlando-e-vai-a-condominio-privado.ghtml

G1. (2023, April 18). STF decide 100 denunciados por atos golpistas de 8 de janeiro: Lista de nomes. https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/18/stf-decide-100-denunciados-atos-golpistas-8-de-janeiro-lista-nomes.ghtml

G1. (2024, February 8). Conversas mostram Mauro Cid orientando manifestações e monitoramento de Moraes, diz PF; veja prints. https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/08/conversas-mostram-mauro-cid-orientando-manifestacoes-e-monitoramento-de-moraes-diz-pf-veja-prints.ghtml

G1. (2024, February 8). Quem é Tércio Arnaud, ex-assessor de Bolsonaro e alvo de operação da Polícia Federal. https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/02/08/quem-e-tercio-arnaud-ex-assessor-de-bolsonaro-e-alvo-de-operacao-da-policia-federal.ghtml

G1. (2024, November 19). Arsenal previsto em plano golpista poderia derrubar paredes do STF. https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/11/19/arsenal-previsto-em-plano-golpista-poderia-derrubar-paredes-do-stf.ghtml

G1. (2024, November 19). PF indica que autor de plano terrorista esteve com Bolsonaro em pelo menos duas ocasiões. https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/11/19/pf-indica-que-autor-de-plano-terrorista-esteve-com-bolsonaro-em-pelo-menos-duas-ocasioes.ghtml

Gadamer, H.-G. (1997). *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Vozes.

Gazeta do Povo. (n.d.). Conectados do mundo já chegam a 2 bilhões. https://www.gazetadopovo.com.br/economia/conectados-do-mundo-ja-chegam-a-2-bilhoes-dpaej93gcr5elmulmxqguuudq/

Geertz, C. (1980). Transição para a humanidade. In F. Engels et al. (Eds.), *O papel da cultura nas ciências sociais* (pp. 21–36). Editorial Villa Martha.

Gennari, A. J. de P. (2022). “Stop the count!”, “Tá ok?”: Populismo de extrema direita em práticas de comunicação política. *Nome da revista*.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. UNESP.

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade*. UNESP.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.

Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo, 6*(1), 95–121.

Giromarília. (2021, May 5). Bolsonaro defende membros do chamado "gabinete do ódio" ("gabinete da liberdade"). https://www.giromarilia.com.br/cidades/nacional/bolsonaro-defende-membros-do-chamado-gabinete-do-odio-gabinete-da-liberdade/

Globo.com. (2018, September 6). Bolsonaro faz campanha eleitoral nesta quinta em Juiz de Fora. https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/bolsonaro-faz-campanha-eleitoral-nesta-quinta-em-juiz-de-fora.ghtml

GSMA. (2024). *The mobile economy 2024*. https://www.gsma.com/solutions-and-impact/connectivity-for-good/mobile-economy/wp-content/uploads/2024/02/260224-The-Mobile-Economy-2024.pdf

Hamilton, W. D. (1971). Geometry for the selfish herd. *Journal of Theoretical Biology, 31*(2), 295–311. https://doi.org/10.1016/0022-5193(71)90189-5

Han, B.-C. (2021). *O desaparecimento dos rituais: Uma topologia do presente*. Vozes.

Han, B.-C. (2021a). *Louvor à terra: Uma viagem ao jardim*. Vozes.

Han, B.-C. (2022). *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*. Vozes.

Hardt, M., & Negri, A. (2004). *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Record.

Hartley, J. (2004). Case study research. In C. Cassell & G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 323–333). Sage Publications.

Hayek, F. A. (2010). *O caminho para a servidão*. LVM Editora.

Hedström, P. (2005). *Dissecting the social: On the principles of analytic sociology*. Cambridge University Press.

Hunter, J. D. (1991). *Culture wars: The struggle to define America*. Basic Books.

Iser, W. (2002). Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In L. C. Costa Lima (Ed.), *Teoria da literatura em suas fontes* (2.ª ed., Vol. 2, pp. 955–987). Francisco Alves.

IstoÉ. (2018, September 24). Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/

IstoÉ. (2025, January 7). Lives de Bolsonaro com "Café da Manhã Simples" eram armadas, diz Frota. https://istoe.com.br/lives-de-bolsonaro-com-cafe-da-manha-simples-eram-armadas-diz-frota/

Jay, M. (1973). *The dialectical imagination: A history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research*. University of California Press.

Kaes, A. (1989). *From Hitler to Heimat: The return of history as film*. Harvard University Press.

Kalpokas, I. (2019). *A pós-verdade e a era da incerteza*. Universidade de Lisboa Press.

Koppes, C. R., & Black, G. (2003). *Hollywood goes to war: How politics, profits and propaganda shaped World War II movies*. The Free Press.

Kosík, K. (2007). *Dialética do concreto*. Paz e Terra.

Le Bon, G. (2019). *Psicologia das multidões*. Martins Fontes.

Lessa, R. (2020). Homo bolsonarus. *Serrote*, edição especial *Em Quarentena*, 46–67.

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.

Lévy, P. (1995). *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. Editora 34.

Lima, A. G. M. (1992). *Introdução à sociologia* (3.ª ed.). Presença.

Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (2000). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 163–188). Sage Publications.

Lyotard, J.-F. (1984). *The postmodern condition*. Manchester University Press.

Lyotard, J.-F. (2015). *A condição pós-moderna*. José Olympio.

Maffesoli, M. (1997). *Le mystère de la conjonction*. Fata Morgana.

Maffesoli, M. (2011). *La crise est dans nos têtes*. Jacob Duvernet.

McLuhan, M. (1969). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Cultrix.

McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg: A formação do homem tipográfico*. Editora Nacional; Editora da USP.

McLuhan, M. (2000). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Cultrix.

McMichael, P. (1990). Incorporating comparison within a world-historical perspective: An alternative comparative method. *American Sociological Review, 55*(3), 385–397. https://doi.org/10.2307/2095763

Mello, P. C. (2020). *A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. Companhia das Letras.

Merleau-Ponty, M. (2011). *Fenomenologia da percepção*. Martins Fontes.

Metrópoles. (2023, September 3). Vídeo: mulher se casa de tornozeleira e bandeira do Brasil como véu. https://www.metropoles.com/brasil/video-mulher-se-casa-tornozeleira

Metrópoles. (2025, March 20). Brasil é o 3º maior consumidor de redes sociais do mundo, diz estudo. https://www.metropoles.com/colunas/m-buzz/brasil-e-o-3-maior-consumidor-de-redes-sociais-do-mundo-diz-estudo

Minayo, M. C. (Org.). (1998). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Vozes.

More, T. (1972). *Utopia*. Abril Cultural.

Moynihan, D. P. (2012). *Daniel Patrick Moynihan: A portrait in letters of an American visionary*. Biblio.

Napolitano, M. (2020). Aporias de uma dupla crise: História e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum*, 39, 205–218.

New York Times. (1998). How the earlier media achieved critical mass. https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/library/tech/98/09/biztech/articles/28related.html

Nexo Jornal. (2016, November 16). O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford

Niven, B. (2007). *Nazism and cinema*. Continuum.

O Antagonista. (2020, July 29). Entenda a história das relações entre Bolsonaro e Olavo de Carvalho. https://oantagonista.com.br/brasil/entenda-a-historia-das-relacoes-entre-bolsonaro-e-olavo-de-carvalho/

O Antagonista. (2022, October). "Repassem ao máximo", diz Bolsonaro sobre envio de fake news. https://oantagonista.com.br/brasil/repassem-ao-maximo-diz-bolsonaro-sobre-envio-de-fake-news/

O Globo. (2022, October). Com 99,99% das urnas apuradas, Lula vence Bolsonaro com 2,1 milhões de votos de vantagem. https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/com-9999percent-das-urnas-apuradas-lula-vence-bolsonaro-com-21-milhoes-de-votos-de-vantagem.ghtml

O Globo. (2024, April 18). Justiça dos EUA sentencia ex-membro da QAnon a 3 anos e 5 meses por invasão do Capitólio. https://oglobo.globo.com/mundo/justica-dos-eua-sentencia-xamada-qanon-3-anos-5-meses-por-invasao-do-capitolio-25280367

O Globo. (2025, February 4). Página inautêntica administrada no Planalto divulgou mensagens falsas sobre Covid-19 e fez ataques a rivais de Bolsonaro. https://oglobo.globo.com/politica/pagina-inautentica-administrada-no-planalto-divulgou-mensagens-falsas-sobre-covid-19-fez-ataques-rivais-de-bolsonaro-25051702

Olavo.decarvalho. (s.d.). Olavo de Carvalho [Página do Facebook]. Facebook. https://www.facebook.com/olavo.decarvalho/?locale=pt_BR

Oliveira, L. S. (1995). *Corpo e comunicação: Sintoma da cultura*. Paulus.

ONU Brasil. (2019). População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU. https://brasil.un.org/pt-br/83427-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-deve-chegar-97-bilh%C3%B5es-de-pessoas-em-2050-diz-relat%C3%B3rio-da-onu

Peters, J. D. (1988). Information: Notes toward a critical history. *Journal of Communication Inquiry, 12*, 10–24.

Poder360. (2024, December 4). Brasil: “Ame-o ou deixe-o”: SBT revive slogan e músicas da ditadura. https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-ame-o-ou-deixe-o-sbt-revive-slogan-e-musicas-da-ditadura/

Poder360. (2024, December 28). Golpe seria em 15 de dezembro, mas falta de apoio impediu ação. https://www.poder360.com.br/poder-justica/golpe-seria-em-15-de-dezembro-mas-falta-de-apoio-impediu-acao/

Poder360. (2025, February 17). Declaração que “não cabe em país democrático”, diz Maia sobre fala de Carlos. https://www.poder360.com.br/congresso/declaracao-que-nao-cabe-em-pais-democratico-diz-maia-sobre-fala-de-carlos/

Reid, A. (2021, January 14). Apocalypse in America: The smell of fascism in the pro-Trump QAnon conspiracy. *Ha’aretz*. https://www.haaretz.com/world-news/2021-01-14/ty-article/

Reis, D. A. (2020). Notas para compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos, 46*(1), e36709.

Reis, D. A. (2021). *Bolsonarismo: Da teoria à prática do neofascismo no Brasil*. Boitempo.

Rentschler, E. (1996). *The ministry of illusion: Nazi cinema and its afterlife*. Harvard University Press.

Ricoeur, P. (1995). *A crítica e a convicção*. Edições 70.

Rocha, J. C. C. (2002). Antes que seja tarde: Reflexões sobre o futuro da universidade. In G. Casper & W. Iser (Orgs.), *Futuro da universidade* (pp. 15–34). EdUERJ.

Rocha, J. C. C. (2003). Respostas à pergunta: Que é universidade? In W. von Humboldt & G. Casper (Orgs.), *Um mundo sem universidades?* (pp. 15–34). EdUERJ.

Rocha, J. C. C. (2018, December 26). O direito à leitura literária (I). *Revista Pessoa*.

Rocha, J. C. C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: Crônicas de um Brasil pós-político*. Caminhos.

Rocha, J. C. C. (2023). *A máquina do ódio: Notas sobre a engenharia do bolsonarismo*. Todavia.

Rocha, J. C. de C. (2023). *Bolsonarismo: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Autêntica.

Rosa, H. (2005). *Aliénation et accélération: Vers une théorie critique de la modernité tardive*. La Découverte.

Rosa, H. (2010). *Accélération: Une critique sociale du temps*. La Découverte.

Rosenfeld, S. (2018). *The undermining of modern myths: Truth, democracy, and the decline of the modern imaginary*. Harvard University Press.

Rosenfeld, S. (2019). *Democracy and truth: A short history*. University of Pennsylvania Press.

Rosenfeld, S. (2019). *The age of inauthenticity: Political truth in the postmodern era*. Routledge.

Rowley, J. (2002). Using case studies in research. *Management Research News, 25*(1), 16–27.

RNP. (2001). Imprensa: Notícia de 10 de março de 2001. https://memoria.rnp.br/noticias/imprensa/2001/not-imp-010310.html

Schnelle, H. (1976). Information. In J. Ritter (Ed.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie* (Vol. IV, pp. 116–117). Schwabe.

Seiffert, H. (1968). *Information über die Information*. Beck.

Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Record.

Shao, C., et al. (2018). The spread of low-credibility content by social bots. *Nature Communications, 9*(1), 4787. https://doi.org/10.1038/s41467-018-06930-7

Simmel, G. (1989). *Philosophie de la modernité* (Tome II). Payot.

Simon, H. A. (1971). Designing organizations for an information-rich world. In M. Greenberger (Ed.), *Computers, communication, and the public interest* (pp. 37–52). Johns Hopkins University Press.

Sloterdijk, P. (2002). *O desprezo das massas: Ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Estação Liberdade.

Soares, F. B., Viegas, P., Bonoto, C., & Recuero, R. (2020, November 16). Covid-19, desinformação e Facebook: circulação de URLs sobre a hidroxicloroquina em páginas e grupos públicos [Preprint]. *SciELO Preprints*. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1476

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Sage Publications.

Stake, R. E. (2000). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed., pp. 435–454). Sage Publications.

Stiegler, B. (2018). *La technique et le temps – 2. La désorientation*. Fayard.

Supremo Tribunal Federal (Brasil). (2020, May 7). *Acórdão - ADI 6387 MC-REF / DF*. https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754357629

Supremo Tribunal Federal (Brasil). (2021). *Inquérito nº 4784 – Inquérito das Milícias Digitais*.

Supremo Tribunal Federal (Brasil). (2023). *Inquérito nº 4.921/DF*. https://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5644441

Supremo Tribunal Federal (Brasil). (2023). *Inquérito nº 4.922/DF*. https://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5644442

The Intercept Brasil. (2018, October 20). Quem é Jair Bolsonaro? https://www.intercept.com.br/2018/10/20/quem-e-jair-bolsonaro-17/

The Intercept Brasil. (2023, August 26). Todos os problemas das mensagens golpistas de Bolsonaro para o dono da Tecnisa. https://www.intercept.com.br/2023/08/26/todos-os-problemas-das-mensagens-golpistas-de-bolsonaro-para-o-dono-da-tecnisa/

Trump, D. [@realDonaldTrump]. (2023, October 2). Texto do tweet [Tweet]. X. https://x.com/realDonaldTrump

UOL Notícias. (2022, November 1). Após 44 horas de silêncio, Bolsonaro faz discurso ambíguo voltado à classe política e a apoiadores. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/11/01/analise-apos-44-horas-de-silencio-bolsonaro-faz-discurso-ambiguo-voltado-a-classe-politica-e-a-apoiadores.htm

UOL Notícias. (2022, December 9). Bolsonaro diz que apoiadores vão decidir seu futuro. https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/12/09/bolsonaro-diz-que-apoiadores-vao-decidir-seu-futuro.htm

United States Holocaust Memorial Museum. (s.d.). History of the swastika. https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/history-of-the-swastika

Valor Econômico. (2022, December 21). Politização da saúde marca era Bolsonaro. https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/12/21/politizacao-da-saude-marca-era-bolsonaro.ghtml

Veja. (2025, January 11). "Não percam a fé": a explicação de Braga Netto para a fala enigmática. https://veja.abril.com.br/politica/nao-percam-a-fe-a-explicacao-de-braga-netto-para-a-fala-enigmatica/

Villazon, J. C. (2015). Velhas e novas direitas religiosas na América Latina. In K. Velasco & C. Codas (Eds.), *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (pp. 119–138). Fundação Perseu Abramo.

Vincent, D. (2000). *The rise of mass literacy: Reading and writing in modern Europe*. Polity.

Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false news online. *Science, 359*(6380), 1146–1151. https://doi.org/10.1126/science.aap9559

Voss, C., Tsikriktsis, N., & Frohlich, M. (2002). Case research in operations management. *International Journal of Operations & Production Management, 22*(2), 195–219.

Weber, M. (2004). *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 2). Editora UnB; Imprensa Oficial.

Yin, R. K. (1994). *Case study research: Design and methods* (2nd ed.). Sage Publications.

Zuboff, S. (2015). Big other: Surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology, 30*(1), 75–89.